

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Gustavo Oliveira Kwiatkowski

**ECONOMIA MUNICIPAL E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS:  
UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2008 E 2012 EM  
NOVE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Santa Maria, RS  
2022

Gustavo Oliveira Kwiatkowski

**ECONOMIA MUNICIPAL E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS:  
UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS DE 2008 E 2012 EM  
NOVE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez

Santa Maria, RS  
2022

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Kwiatkowski, Gustavo Oliveira

Economia municipal e financiamento de campanhas: uma análise das eleições legislativas municipais de 2008 e 2012 em nove municípios do estado do Rio Grande do Sul / Gustavo Oliveira Kwiatkowski.- 2022.

131 p.; 30 cm

Orientador: Reginaldo Teixeira Perez

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2022

1. Financiamento de campanhas eleitorais 2. Eleição de 2008 3. Eleição de 2012 4. Indústria 5. Economia municipal I. Perez, Reginaldo Teixeira II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, GUSTAVO OLIVEIRA KWIATKOWSKI, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Gustavo Oliveira Kwiatkowski**

**ECONOMIA MUNICIPAL E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS:  
UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS DE 2008 E 2012 EM  
NOVE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Aprovada em 13 de dezembro de 2022.

---

Reginaldo Teixeira Perez, Dr. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)

---

Luis Gustavo Mello Grohmann, Dr. (UFRGS)

---

Bruno Marques Schaefer, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, RS  
2022

## **AGRADECIMENTOS**

*Este trabalho é o resultado de uma trajetória acadêmica a qual teve seu início em 2015, ano em que ingressei no curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).*

*Ao longo deste processo de incorporação do habitus de cientista social, em geral, e de cientista político, em específico -, muitas instituições e pessoas contribuíram, direta e indiretamente, não só para o desenvolvimento deste estudo, como também para o meu amadurecimento profissional e desenvolvimento enquanto ser humano.*

*Diante disso, agradeço a todos que, de alguma forma, colaboraram para a elaboração deste trabalho e para a minha formação como um todo, e, de uma maneira especial, agradeço ao meu orientador e amigo Reginaldo Teixeira Perez por toda a sabedoria transmitida, por todos os conselhos e pela imensa paciência e parceria ao longo da graduação e, principalmente, do mestrado. O processo de construção e a finalização deste trabalho não seriam possíveis sem sua compreensão e apoio: muitíssimo grato pela orientação.*

*Como não poderia ser diferente, agradeço, sobretudo, aos meus pais João Augusto Kwiatkowski e Cleni Oliveira pelo apoio emocional e material ao longo deste percurso. Não fossem os sacrifícios e as renúncias que, muitas vezes, vocês fizeram para que eu pudesse avançar, com toda certeza eu não teria alcançado objetivos antes inimagináveis para um jovem advindo do interior de Encruzilhada do Sul/RS. A vocês, os agradecimentos mais sinceros.*

*Agradeço à minha companheira Maria Eliane Savegnago pela paciência, pelo apoio e pelo amor incondicional despendido a mim nos últimos anos. Sua assistência, em alguns momentos críticos, foi fundamental para que eu desse prosseguimento aos meus objetivos. Fico feliz de, hoje, estar dividindo minhas conquistas com você. Obrigado, minha querida!*

*Também entrego meus singelos agradecimentos à Universidade pública, gratuita e de qualidade, que foi - por quase nove anos - a minha casa, literalmente. Graças à UFSM, tive a oportunidade de conhecer pessoas incríveis, de crescer por meio dos conhecimentos transmitidos pelos meus mestres e de desenvolver e concretizar este estudo. À UFSM, minha gratidão.*

*Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e aos seus professores, coordenadores e servidores que, no decorrer do curso, sempre apresentaram extrema dedicação e paciência, auxiliando-me em todos os momentos que deles precisei. Ao PPG e às pessoas que o fazem, meu reconhecimento e afeto!*

*Além disso, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa que foi fundamental para o desenvolvimento da presente pesquisa.*

*Por fim, agradeço imensa e profundamente o auxílio, a compreensão, a dedicação, a parceria e o afeto de todos aqueles que, de alguma forma, tornaram este trabalho possível.*

## RESUMO

### **ECONOMIA MUNICIPAL E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS: UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS DE 2008 E 2012 EM NOVE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

AUTOR: Gustavo Oliveira Kwiatkowski  
ORIENTADOR: Reginaldo Teixeira Perez

A intersecção entre economia e política não é um objeto novo na Ciência Política, em especial nas discussões sobre financiamento de campanhas. A literatura de recorte empírico sobre investimento eleitoral no Brasil, contudo, tem se dedicado pouco a entender a dinâmica dos recursos de campanha em nível municipal e o grau de participação das empresas nos processos eleitorais locais. Nesse ínterim, este trabalho buscou verificar a associação entre a participação de determinado setor econômico na economia municipal e a presença de recursos empresariais nas campanhas eleitorais de processos eleitorais locais. Assim, a partir de uma análise empírica de dados de financiamento de campanhas de candidatos vitoriosos em eleições legislativas de 2008 e 2012 em Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Rio Grande, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana, e de dados econômicos desses municípios, principalmente a composição setorial dos seus Produtos Internos Brutos (PIBs) municipais, procurou-se responder à seguinte questão: *como* a participação de um setor econômico na economia municipal afeta a presença de determinado tipo de recurso de campanha? As hipóteses propostas desenhavam, por um lado, uma associação positiva entre presença industrial no PIB municipal e participação dos recursos de pessoas jurídicas nas campanhas e, por outro lado, uma associação negativa entre espaço ocupado pelo setor público em uma economia municipal e recursos empresariais mobilizados por candidatos eleitos. Por meio de um estudo exploratório - que mobilizou técnicas de caráter quantitativo -, foi possível testar as hipóteses sugeridas, abordar o tema por uma nova perspectiva e apontar tendências a serem objetos de trabalhos futuros. De modo geral, entende-se que a hipótese foi corroborada, ao passo que, tanto no cenário em que se destacou o setor industrial quanto no que se deu relevo à administração pública, o comportamento esperado pelos dados de financiamento ocorreu. Com exceção de dois casos: Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul. Nesses dois municípios, apesar do robusto setor industrial e da participação significativa desse setor no PIB dos municípios, não houve presença expressiva das pessoas jurídicas no financiamento dos eleitos. Uma possível explicação para o comportamento anômalo desses dois casos é o interesse das indústrias localizadas em seus limites na exportação de seus produtos, porém, as políticas de comércio exterior não são de responsabilidade municipal.

**Palavras-chave:** Financiamento de campanhas eleitorais; Eleição de 2008; Eleição de 2012; Indústria; Economia municipal.

## ABSTRACT

### **MUNICIPAL ECONOMY AND CAMPAIGN FINANCING: AN ANALYSIS OF THE MUNICIPAL LEGISLATIVE ELECTIONS OF 2008 AND 2012 IN NINE MUNICIPALITIES IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL**

AUTHOR: Gustavo Oliveira Kwiatkowski

ADVISOR: Reginaldo Teixeira Perez

The intersections between economics and politics are not a new object in Political Science, especially in discussions about campaign finance. The empirical literature on electoral investment in Brazil, however, has devoted little attention to understanding the dynamics of campaign resources at the municipal level and the degree of participation of companies in local electoral processes. In the meantime, this work sought to verify the association between the participation of a certain economic sector in the municipal economy and the presence of business resources in electoral campaigns of local electoral processes. Thus, based on an empirical analysis of data on campaign finance for successful candidates in the 2008 and 2012 legislative elections in Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Rio Grande, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria and Uruguaiana, and economic data from these municipalities, mainly the sectorial composition of their municipal Gross Domestic Products (GDP), an attempt was made to answer the following question: how does the more expressive participation of an economic sector in the municipal economy affect the presence of a certain type of resource in the campaign of those elected to a Municipal Legislative? The proposed hypotheses drew, on the one hand, a positive association between industrial presence in the municipal GDP and the participation of corporate resources in campaigns and, on the other hand, a negative association between space occupied by the public sector in a municipal economy and corporate resources mobilized by elected candidates. Through an exploratory study - which mobilized techniques of a quantitative nature - it was possible to test the hypotheses suggested, to advance in the understanding of a neophyte theme and to point out trends to be objects of future works. In general, it is understood that the hypothesis was corroborated, whereas, both in the scenario in which the industrial sector stood out and in which emphasis was placed on public administration, the behavior expected by the financing data occurred. With the exception of two cases: Bento Gonçalves and Santa Cruz do Sul. In these two municipalities, despite the robust industrial sector and the significant participation of this sector in the GDP of the municipalities, there was no significant presence of legal entities in the financing of elected officials. A possible explanation for the anomalous behavior of these two cases is the interest of industries located in their limits in exporting their products, however, foreign trade policies are not a municipal responsibility.

**Keywords:** Financing of electoral campaigns; 2008 election; 2012 election; Industry; Municipal economy.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Produto Interno Bruto (em percentuais) dos Municípios Selecionados por Setor Econômico no Ano de 2008 - exceto setor de serviços.....	50
Figura 2 - Produto Interno Bruto (em percentuais) dos Municípios Selecionados por Setor Econômico no Ano de 2012 - exceto setor de serviços.....	51
Figura 3 - <i>Ranking</i> da participação industrial e participação da administração pública nos PIBs dos nove municípios nos anos de 2008 e 2012.....	58
Figura 4 - Associação entre Participação da Indústria no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2008.....	93
Figura 5 - Associação entre Participação da Indústria no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2012.....	94
Figura 6 - Associação entre Participação da Administração Pública no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2008.....	99
Figura 7 - Associação entre Participação da Administração Pública no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2012.....	100
Figura 8 - Principais fontes de financiamento do conjunto de eleitos aos Legislativos Municipais dos municípios selecionados em 2008 e 2012.....	102

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação do Setor Industrial no PIB dos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul e Rio Grande em 2008 e 2012.....	55
Tabela 2 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Bagé em 2008.....	63
Tabela 3 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Bento Gonçalves em 2008.....	64
Tabela 4 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Caxias do Sul em 2008.....	65
Tabela 5 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Passo Fundo em 2008.....	67
Tabela 6 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Pelotas em 2008.....	68
Tabela 7 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Rio Grande em 2008.....	69
Tabela 8 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Santa Cruz do Sul em 2008.....	71
Tabela 9 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Santa Maria em 2008.....	72
Tabela 10 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Uruguaiana em 2008.....	73
Tabela 11 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Bagé em 2012.....	77
Tabela 12 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Bento Gonçalves em 2012.....	78
Tabela 13 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Caxias do Sul em 2012.....	80

Tabela 14 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Passo Fundo em 2012.....	81
Tabela 15 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Pelotas em 2012.....	83
Tabela 16 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Rio Grande em 2012.....	84
Tabela 17 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Santa Cruz do Sul em 2012.....	86
Tabela 18 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Santa Maria em 2012.....	87
Tabela 19 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Uruguaiana em 2012.....	88

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS.....</b>	<b>18</b>
2.1 FINANCIAMENTO POLÍTICO E PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NA TEORIA POLÍTICA.....	
192.1.1 <b>Ampliação do sufrágio e mudanças nos meios de comunicação: a demanda por recursos.....</b>	<b>21</b>
2.1.2 <b>Estado, empresas e grupos de interesses: a fonte dos recursos.....</b>	<b>24</b>
2.2 EMPRESARIADO E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS NO BRASIL.....	26
2.3 NOTAS METODOLÓGICAS.....	
362.3.1 <b>Um caminho a ser traçado.....</b>	
362.3.2 <b>Critérios de seleção.....</b>	
382.3.3 <b>Coleta, organização e interpretação dos dados.....</b>	<b>40</b>
<b>3 BREVE CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL E DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS.....</b>	<b>43</b>
3.1 ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA GAÚCHA.....	43
3.2 PERFIS ECONÔMICOS DE NOVE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL..	47
<b>4 FONTES DE FINANCIAMENTO DOS ELEITOS NOS PROCESSOS ELEITORAIS DE 2008 E 2012 EM NOVE MUNICÍPIOS GAÚCHOS.....</b>	<b>60</b>
4.1 PROCESSO ELEITORAL DE 2008 EM NOVE MUNICÍPIOS GAÚCHOS.....	60
4.2 PROCESSO ELEITORAL DE 2012 EM NOVE MUNICÍPIOS GAÚCHOS.....	74
<b>5 ECONOMIA MUNICIPAL E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS..</b>	<b>90</b>
5.1 INDÚSTRIA E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS COM RECURSOS DE PESSOAS JURÍDICAS.....	90
5.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS COM RECURSOS DE PESSOAS JURÍDICAS.....	97
5.3 ECONOMIAS MUNICIPAIS E FONTES DE FINANCIAMENTO ELEITORAL...	101
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	
104 <b>REFERÊNCIAS.....</b>	
107 <b>APÊNDICES.....</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o financiamento de campanhas eleitorais é um assunto que se faz presente nos debates públicos desde a década de 30 (NICOLAU, 2012)<sup>1</sup>. Contudo, é como decorrência do processo de redemocratização dos anos 80 e das eleições estáveis e periódicas das últimas três décadas que a discussão sobre o financiamento da competição política por votos emerge com significativa relevância no país, constituindo-se como um tema sempre atual nos noticiários e na agenda de pesquisa da Ciência Política.

Por mais que se apresente com frequência no debate político brasileiro, as controvérsias acerca do financiamento da competição política o tornam um tema sensível em todas as democracias contemporâneas. Se, por um lado, a estabilidade democrática possibilita debates visando o aperfeiçoamento do modelo de financiamento das disputas eleitorais, por outro lado, escândalos de corrupção levam o legislador a realizar alterações sem planejamento (SPECK, 2006a), gerando “resultados inesperados” (MARENCO, 2010).

De todo modo, os estudos sobre financiamento eleitoral no Brasil são praticamente unânimes ao afirmar que o dinheiro importa nos resultados. A simples análise de correlação entre recursos e votos das candidaturas de qualquer Legislativo no Brasil (deputados, vereadores e senadores) mostra, quase que invariavelmente, uma forte correlação (REBELLO *et al*, 2016). Disso, interpreta-se que candidaturas que não recebem uma quantia razoável não conseguem se eleger para estes cargos. Assim, a preocupação com financiamento da competição política não é desmedida.

Diante disso, esta dissertação se debruça sobre a temática do financiamento de campanhas eleitorais na perspectiva disciplinar da Ciência Política. Particularmente, preocupa-se com as receitas eleitorais enquanto fenômeno a ser explicado, ou seja, enquanto variável dependente (MANCUSO, 2015). Desse modo, os fatores, as variáveis e as condições que possibilitam ou impedem a participação de determinados atores e recursos políticos no financiamento de campanhas são,

---

<sup>1</sup> As primeiras preocupações político-institucionais quanto à interferência do poder econômico sobre os processos eleitorais brasileiros podem ser observadas com o surgimento da Justiça Eleitoral em 1932. A necessidade de disciplinar, por meio do Poder Público, a influência exacerbada do fator econômico sobre a competição eleitoral tinha como objetivo mitigar a desigualdade de recursos entre os candidatos (NICOLAU, 2012).

nesta pesquisa, centrais; especialmente, as condições econômicas que favorecem a presença de determinadas fontes de recursos financeiros aplicados nas competições eleitorais.

Para explicar o perfil de arrecadação dos candidatos e dos processos eleitorais, fatores institucionais têm sido mobilizados. Assim, a trajetória política, a postulação à reeleição e as estratégias eleitorais individuais face às regras institucionais são entendidas como condicionantes ou, até mesmo, determinantes da presença, ausência ou sobreposição de diferentes fontes de financiamento entre os candidatos. No entanto, destaca-se que tal explicação não pode se restringir ao âmbito institucional: como salientam Hall e Taylor (2003) e March e Olsen (2008), as explicações da vida política combinam instituições e outros tipos de fatores socioeconômicos e ideológicos. Assim, a influência de fatores econômicos sobre as receitas eleitorais assume posição de destaque como principal interesse desta pesquisa.

Dessa forma, uma das questões teóricas a qual se pretende contribuir através do desenvolvimento desta investigação diz respeito ao *vínculo* da economia, especificamente a dos municípios, com o financiamento das disputas eleitorais nessas circunscrições. Em outras palavras, verificar a associação - em um primeiro momento - do perfil econômico de um município e do tipo de financiamento de campanha praticado pelos eleitos ao seu Legislativo. Mais especificamente, questiona-se: *como* a participação de um setor econômico na economia municipal afeta a presença de determinado tipo de recurso de campanha?

Enfrentar tal questão se justifica à medida que os regimes democráticos se caracterizam - principalmente - pela presença de disputas livres e competitivas pelo voto (SCHUMPETER, 2017). Paralelamente a isso, a competição por votos sem os recursos necessários para convencer o eleitor é impossível, fazendo, portanto, que o dinheiro assumira um papel positivo e necessário nas democracias contemporâneas (SPECK, 2006b). Contudo, a relação entre recursos financeiros e política não se restringe à operacionalização do jogo democrático. As questões envolvendo dinheiro e competição política podem afetar também aspectos normativos da democracia, como a igualdade de condições de disputa (DAHL, 2009; CERVI, 2014). Além disso, a relação entre financiamento e competições eleitorais incide sobre as chances de sucesso eleitoral de um candidato (SAMUELS, 2001b; CERVI, 2013; SPECK e MANCUSO, 2013; MANCUSO e FIGUEIREDO FILHO, 2014; SILVA, 2018) e até

mesmo sobre a atuação legislativa dos eleitos (BOAS et al, 2014; SANTOS *et al*, 2015; GEARA *et al*, 2018; FLORES *et al*, 2020; RESENDE *et al*, 2020). Assim, não só o financiamento de campanhas, como também as pesquisas sobre esse fenômeno se apresentam como relevantes em contextos democráticos – permitindo, essas últimas, compreender e aperfeiçoar os sistemas de financiamento em regimes de livre competição eleitoral.

No Brasil, a literatura de recorte empírico sobre o financiamento de campanhas eleitorais não tem enfatizado a relação entre economia municipal e financiamento, deixando as análises à mercê de generalizações que apontam uma influência empresarial quase hegemônica sobre os processos eleitorais em todos os níveis de competição (MANCUSO, 2012). Assim, esta pesquisa pode contribuir para a discussão, colocando em relevo a influência do contexto econômico sobre os recursos que financiam processos eleitorais em nível local. A ausência de um empresariado forte e desenvolvido, por exemplo, pode implicar em uma menor influência econômica desse setor sobre a competição política. Diante disso, investigar a concentração do investimento eleitoral em determinado tipo de fonte de financiamento pode esclarecer como são afetadas as estratégias mobilizadas pelos candidatos nas campanhas e, quando eleitos, na sua atuação legislativa.

Por fim, a investigação com ênfase na relação entre economia municipal e política local é justificável na medida em que, conforme as mudanças eleitorais estabelecidas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2015<sup>2</sup> e pela reforma política de 2017<sup>3</sup>, ficam proibidas as doações de pessoas jurídicas para campanhas. Assim, aventa-se a possibilidade de que os processos eleitorais sofreram significativas mudanças e a relação entre economia municipal e financiamento de campanhas tenha sido afetada. Diante disso, para se compreender os impactos dessa proibição sobre as campanhas e, principalmente, estabelecer parâmetros para se observar as alterações na competição eleitoral, faz-se necessário investigar o

---

<sup>2</sup> “Supremo proíbe doação de empresas para campanhas eleitorais”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/supremo-decide-proibir-doacoes-de-empresas-para-campanhas-eleitorais.html>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2019.

<sup>3</sup> “Reforma política e novas regras eleitorais são o destaque da semana no Senado”. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/06/reforma-politica-e-novas-regras-eleitorais-sao-o-destaque-da-semana-no-senado>>. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

financiamento da competição eleitoral e a relevância dos contextos econômicos locais antes da mudança na legislação.

Diante disso, para explorar o vínculo entre economia e investimento eleitoral - tomando como objeto analítico o conjunto de declarações de doações de campanha realizados pelos candidatos eleitos, nas eleições de 2008 e 2012 -, esta investigação objetiva *verificar a associação entre a participação do setor industrial e do setor público no Produto Interno Bruto (PIB) Municipal de um conjunto de municípios de médio porte do Rio Grande do Sul e a presença de recursos de pessoas jurídicas nas campanhas dos eleitos aos seus Legislativos Municipais*. De modo mais específico, objetiva-se: 1) caracterizar os municípios selecionados quanto aos seus aspectos econômicos; 2); descrever os dados eleitorais relativos ao financiamento de campanha desses municípios; 3) identificar a participação de cada tipo de recursos na campanha dos eleitos e nas eleições como um todo; e 4) explorar a associação entre participação do setor econômico e presença do recurso nas campanhas e nos pleitos.

Para perseguir tais objetivos geral e específicos, cabe esclarecimentos acerca de dois conceitos: financiamento de campanhas eleitorais e economia municipal. *Financiamento de campanhas eleitorais* abrange os recursos materiais empregados pelos competidores em eleições para organizar a campanha e convencer os cidadãos a lhes conferir o voto (SPECK, 2006b). Além disso, envolve tanto as contribuições eleitorais, feitas por financiadores de campanhas, quanto os gastos eleitorais, feitos pelos candidatos e seus partidos ou comitês, a partir das contribuições recebidas (MANCUSO, 2015). *Economia municipal*, por sua vez, é a configuração que assume a articulação entre os três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – bem como os impostos, líquidos de subsídios, e a Administração Pública, conformando os aspectos econômicos de um município (IBGE, 2018).

Na presente pesquisa, optou-se pela realização de um *estudo exploratório* sobre a associação entre a participação do empresariado e da administração pública no PIB Municipal dos municípios de Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana e a presença de recursos de pessoas jurídicas nas campanhas dos eleitos aos cargos das suas respectivas Câmaras de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012. A escolha desses nove municípios ocorreu mediante a aplicação de critérios que consideraram o número de habitantes, o número de eleitores e a influência da capital do Estado do



Rio Grande do Sul, Porto Alegre, sobre o município. O recorte temporal, por sua vez, atendeu aos critérios de estabilidade na legislação referente ao financiamento de campanhas e aos objetivos deste trabalho.

Em relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa - além de uma orientação hipotético-dedutiva, que não renuncia às possibilidades indutivas - adota métodos e técnicas de caráter quantitativo, mobilizando técnicas estatísticas descritivas para coletar, organizar e analisar os dados. Esses, provenientes dos ambientes virtuais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), são organizados no editor de planilhas Microsoft Excel. Por fim, a análise combina as ferramentas estatísticas, a literatura sobre financiamento de campanhas e a legislação eleitoral pertinente.

Com suporte no debate teórico-empírico, testam-se as hipóteses de que 1) existe uma associação positiva entre as economias municipais mais industrializadas e as campanhas eleitorais baseadas predominantemente em doações de empresas e 2) observa-se uma associação negativa entre as economias municipais em que o setor público constitui parcela significativa do PIB e a presença de recursos empresariais nos processos eleitorais. Os dados econômicos e de financiamento dos nove municípios indicam que em pelo menos sete casos se encontra correspondência com as hipóteses. Contudo, dois casos - Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul - fogem aos padrões esperados devido a características econômicas próprias e um setor industrial com interesses em legislações de nível estadual e federal.

Para tentar propor respostas às questões deste trabalho, além desta Introdução e de Considerações Finais, desenvolveu-se a pesquisa em quatro partes. Assim, segue abaixo uma síntese desse processo. No Capítulo 1 - *Fundamentos Teóricos e Conceituais*, primeiramente, apresenta-se uma breve recapitulação da relação entre financiamento político e processo de democratização na teoria política. A ampliação do sufrágio, as mudanças nos meios de comunicação e as novas formas de relacionamento entre Estado, partidos, cidadãos e empresas tornaram as competições políticas mais onerosas e, por sua vez, demandaram mais e novas fontes de recursos financeiros. Além disso, mudanças na forma e no escopo de atuação do Estado, principalmente na área econômica, atraíram o interesse das empresas que encontraram no financiamento de candidatos e partidos um meio de influenciar nas decisões e políticas públicas - tornando-se uma importante fonte de recursos para os processos eleitorais.

Ainda na discussão sobre os fundamentos teóricos, conceituais e empíricos deste trabalho, apresenta-se o estado da arte sobre a relação entre empresariado e financiamento de campanhas eleitorais no Brasil. Observa-se que as pesquisas sobre investimento eleitoral no país têm se dedicado à relação entre doações de empresas e benefícios governamentais aos doadores e ao peso dos recursos empresariais nas disputas eleitorais. De modo geral, as empresas brasileiras veem no Estado uma série de interesses econômicos que as levam a investir em candidatos e partidos por meio das doações de campanha. Contudo, a dinâmica de financiamento eleitoral empresarial que vigorou por mais de duas décadas foi interrompida por decisões judiciais, deixando questões sobre o impacto das doações de empresas sobre competições passadas e as repercussões da sua proibição para doações futuras.

Por fim, em espaço reservado a algumas notas metodológicas, aponta-se a ausência de investigações e procedimentos metodológicos para se investigar a relação entre financiamento eleitoral e economia na literatura sobre o tema no Brasil. A partir disso, apresenta-se os critérios de seleção dos casos, do período investigado e da opção de se trabalhar com as receitas eleitorais dos candidatos eleitos. Por fim, descreve-se a rotina de coleta, organização e interpretação dos dados.

A caracterização econômica dos municípios selecionados é realizada no Capítulo 2 - *Breve Caracterização Econômica do Rio Grande do Sul e dos Municípios Selecionados*. Na primeira parte, são apresentados aspectos gerais da economia do estado do Rio Grande do Sul no período que compreende de 1998 a 2013. Em um segundo momento, de modo sumário, são descritos os perfis econômicos de nove municípios selecionados. Por fim, realiza-se o agrupamento desses municípios em três grupos, conforme suas similaridades econômicas: os municípios de economia industrializada, os municípios de economia equilibrada e os municípios de economia ancorada na administração pública.

No Capítulo 3 - *As Fontes de Financiamento dos Eleitos nos Processos Eleitorais de 2008 e 2012 em Nove Municípios Gaúchos*, primeiramente, são descritas algumas características socioeconômicas e partidárias dos eleitos nos processos eleitorais de 2008 e de 2012 aos cargos dos Legislativos Municipais dos nove municípios do Rio Grande do Sul selecionados para este estudo. Em um segundo momento, explora-se os dados de financiamento das campanhas dos candidatos eleitos, de modo a identificar qual foi a fonte de recursos que predominou no conjunto

dos eleitos e nas campanhas individuais. Por último, realiza-se algumas sínteses dos dados referentes ao investimento eleitoral das candidaturas vencedoras.

Por fim, no Capítulo 4 - *Economia Municipal e Financiamento de Campanhas*, explora-se as possíveis associações entre as economias municipais (industrializadas, equilibradas e ancoradas na administração pública) e as fontes de financiamento de campanhas eleitorais. Para isso, mobiliza-se os dados econômicos dos nove municípios selecionados para este estudo, em especial os referentes aos PIBs municipais, e os dados de financiamento das campanhas dos eleitos aos Legislativos Municipais dos mesmos municípios nas eleições de 2008 e 2012.

Dessa forma, busca-se oferecer uma resposta a respeito da importância da economia municipal para os recursos utilizados nas campanhas eleitorais. Em suma, as doações de empresas aparecem nos processos eleitorais municipais com mais força à medida que a economia municipal é mais industrializada. Contudo, Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul fogem a esse padrão. Os recursos empresariais também são mais ausentes em municípios cujo setor público é mais significativo para a economia municipal.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

As competições políticas, em menor ou maior grau, sempre dependem de recursos financeiros para sua estruturação e realização (SPECK, 2013). Em um sistema político no qual os processos eleitorais apenas ratificam “acordos prévios entre membros de uma pequena elite política”, a questão dos recursos para custear partidos políticos e campanhas eleitorais possui pouca relevância (SPECK, 2012, p. 50). Contudo, é nas democracias – seja as de longa tradição democrática, seja as emergentes – que o financiamento político assume centralidade (SPECK, 2006b)<sup>4</sup>.

O financiamento político somente adquire pertinência quando os processos eleitorais decidem a distribuição de poder político (SPECK, 2013). Desse modo, em contextos democráticos, com o poder sendo disputado por vários partidos políticos e com eleitores que dispõem de liberdade para escolher entre várias alternativas, a regulação das fontes e do uso dos recursos financeiros ganha relevo. Diante da necessidade de mobilizar partidários e simpatizantes e de convencer eleitores com programas, promessas ou benefícios, os recursos de campanha se fazem necessários (SPECK, 2012).

Diferente de outros sistemas políticos, a democracia requer o dispêndio de elevado volume de recursos financeiros não só para subsidiar a competição partidário-eleitoral em si, mas também para a própria estruturação e manutenção do sistema político (CAMPOS, 2009). Assim, uma vez que as eleições – entendidas como uma concorrência organizada pelo voto livre – apresentam-se como um dos pilares centrais das democracias contemporâneas<sup>5</sup>, a competição por votos sem os recursos necessários para convencer o eleitor é impossível. Desse modo, o financiamento

---

<sup>4</sup> Para os fins deste trabalho, adota-se os seguintes entendimentos: a) *financiamento político* - conjunto de recursos financeiros mobilizados para a estruturação e manutenção de um sistema político, assim como para subsidiar a competição partidário-eleitoral (CAMPOS, 2009); b) *financiamento eleitoral* ou *de campanhas eleitorais* - conjunto de recursos financeiros empregados pelos competidores em eleições populares (partidos e candidatos) para organizar a campanha e convencer os cidadãos a lhes conferirem o voto (SPECK, 2006b); e c) *financiamento partidário* - conjunto de recursos financeiros utilizados para a estruturação e sustentação das organizações partidárias no exercício da sua função de representação política (KRAUSE *et al*, 2015).

<sup>5</sup> Para Schumpeter (2017), a democracia consiste em um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão por meio de uma luta competitiva pelos votos dos eleitores. Assim, uma das principais características da definição schumpeteriana de democracia é de que se trata de um sistema político em que há a concorrência organizada pelo voto livre, ou seja, eleições.

político assume um papel positivo e imprescindível para a própria consecução do ideal democrático<sup>6</sup> (SPECK, 2006b).

A partir dessas considerações, nesta seção de caráter teórico-conceitual, em primeiro lugar, realiza-se um breve panorama acerca da presença dos recursos financeiros na competição política nos últimos 150 anos, bem como a relação entre financiamento político e os processos de democratização, de ampliação da cidadania e de transformação do Estado. Sendo assim, busca-se resgatar alguns subsídios teóricos sobre os fatores sociais, políticos e econômicos que impactaram a oferta e a demanda de recursos necessários para custear partidos políticos e processos eleitorais. Logo após, são apresentados os principais achados empíricos sobre o financiamento empresarial de campanhas no Brasil - em virtude da importância que os recursos empresariais possuem no desempenho de candidatos aos diversos cargos eletivos do país. Por fim, trata-se de algumas questões metodológicas pertinentes à investigação apresentada neste trabalho.

## 2.1 FINANCIAMENTO POLÍTICO E PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NA TEORIA POLÍTICA

No curso *O Dinheiro na Política*<sup>7</sup>, Speck (2013) trata da relação entre dinheiro e competição política. Ao relacionar o financiamento político com outros tópicos de pesquisa em Ciência Política, o autor discorre sobre como, nos últimos 150 anos e em diferentes países democráticos, os recursos financeiros empregados no processo político vêm apresentando mudanças quanto à sua origem, volume e impacto que exercem sobre votações e políticas públicas.

---

<sup>6</sup> Dahl (2012) ressalta que a palavra *democracia* diz respeito à *democracia ideal*. Assim, o autor utiliza o termo *poliarquia* para se referir à *democracia real*, uma vez que considera as democracias existentes como pobres aproximações do ideal democrático. Contudo, Sartori (1994) discorda da distinção realizada por Dahl (2012). Para Sartori (1994), um sistema democrático se estabelece em decorrência de pressões deontológicas. Desse modo, o que a democracia é não pode ser separado do que a democracia deve ser. Em outras palavras, uma democracia só existe à medida que suas ideias e valores dão-lhe existência, sendo a diferenciação dahlsiana questionável.

<sup>7</sup> A disciplina *O Dinheiro na Política* foi oferecida pelo curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e ministrado pelo professor Bruno Wilhelm Speck no ano de 2013. No curso, tratou-se da relação entre dinheiro e competição política, tendo no centro de análise o financiamento de partidos e eleições. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=iIKtknnGSE8&t=331s&ab\\_channel=UNIVESP](https://www.youtube.com/watch?v=iIKtknnGSE8&t=331s&ab_channel=UNIVESP)>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

Speck (2013) critica a literatura que se restringe a estudar o financiamento político pela perspectiva da regulação e dos subsídios oferecidos aos partidos e às eleições por considerá-la como limitada. Contudo, não despreza as contribuições desses estudos e muito menos menospreza o fato de que parte significativa dessa literatura tem contado a história do financiamento político em regimes democráticos. No entanto, o autor entende que, para além da discussão das diferentes medidas regulatórias adotadas e dos subsídios diretos e indiretos fornecidos pelo Estado ao processo político-eleitoral, é preciso analisar a relação do financiamento político com fatores sociais, políticos e econômicos – e como esses fatores o influenciam ao longo do último século e meio.

A história, a teoria e a pesquisa sobre a participação do dinheiro na competição política não pode se restringir a discussões normativas e regulatórias (SPECK, 2013). Assim, para entender as mudanças no financiamento político em um período que abrange de 1850 a 2010, Speck (2013) centra sua análise na relação do Estado com cidadãos, partidos, empresas e grupos de pressão, e em como as modificações nessa relação impactaram e impactam a oferta e demanda da competição política por recursos.

Para Speck (2013), os processos de democratização e de ampliação da cidadania estão intrinsecamente relacionados com as transformações pelas quais o financiamento político passou nos últimos 150 anos. Contudo, para o autor, esses não são os únicos fatores a impactarem a demanda e a oferta de recursos para o processo político. Ao longo do século XX, o Estado e a Administração Pública sofreram mudanças significativas, em especial nas suas relações com o setor privado. A vida econômica (e, por consequência, a vida das empresas) se tornou mais dependente de decisões políticas, fazendo com que os empresários busquem - por meio do financiamento de partidos e candidatos - influenciar políticas que os afetam direta ou indiretamente.

Dessa forma, no que se segue, primeiro, discute-se os impactos da ampliação do sufrágio na dinâmica do financiamento político, em geral, e do financiamento de campanhas eleitorais, em específico. Além disso, em um segundo momento, trata-se do redirecionamento do papel estatal na economia a partir do começo do século XX e de como as empresas reagiram a essas mudanças.

### **2.1.1 Ampliação do sufrágio e mudanças nos meios de comunicação: a demanda por recursos**

Um fenômeno sócio-político que impactou significativamente a demanda dos partidos políticos e dos processos eleitorais por recursos foi a ampliação do sufrágio nos últimos 150 anos. As democracias, em meados do século XIX, caracterizavam-se, entre outras coisas, pelo sufrágio limitado, pelo eleitorado com baixa autonomia e pela pouca repercussão que a escolha dos eleitores tinha sobre o resultado das eleições (MANIN, 1995). Tais características restringiam tanto a demanda quanto a oferta de recursos para a política (SPECK, 2012, 2013).

Antes dos processos de industrialização e de urbanização, da exposição dos eleitores aos modernos meios de comunicação e da mobilização de massa, o grupo de indivíduos que conseguia alcançar a condição de cidadão e adquirir o direito ao voto era restrito (MANIN, 1995) e confinado a “currais eleitorais” (NICOLAU, 2012; SPECK, 2012). Em contextos de sufrágio limitado, eleitorado reduzido e processo político circunscrito a um pequeno escopo de cidadãos, não havia a necessidade de um volume de recursos significativo (SPECK, 2012). Por sua vez, a oferta de recursos também era escassa (SPECK, 2013).

Se por um lado o eleitorado era restrito, por outro, os aspirantes aos cargos políticos também não constituíam um grande grupo. Isso impactava diretamente o tipo de recurso que era mobilizado pelos candidatos. Em regra, os recursos eram provenientes principalmente dos próprios candidatos. Esse modelo de financiamento, por sua vez, influenciava o tipo de recrutamento e de socialização das elites políticas, assim como a forma e o conteúdo das configurações partidárias que se formavam (SPECK, 2013).

Manin (1995) discute as características e circunstâncias do modelo de democracia que prevaleceu até o final do século XIX. O governo representativo de tipo *parlamentar*, como denomina o autor, caracterizava-se - entre outras coisas - por candidatos vitoriosos que “eram pessoas que inspiravam confiança nos eleitores, em virtude de uma rede de relações locais, de sua notoriedade social ou da deferência que suscitavam” (MANIN, 1995, p. 9). Nessas condições, a relação entre representante e eleitores é direta: “ele é eleito por pessoas com quem tem contato frequente. As eleições parecem ser um reflexo e uma expressão da interação não-

política” (MANIN, 1995, p. 9). Em vista disso, os recursos financeiros não eram centrais na competição política, que priorizava outros tipos de recursos<sup>8</sup>.

Além de reduzido, o eleitorado contava com baixa autonomia para efetuar uma escolha livre e informada entre várias alternativas. Por se tratar de um eleitorado majoritariamente rural, dependente de notáveis locais e envolto em relações clientelistas, a liberdade de escolher um candidato entre outras opções postas era praticamente nula. Isso implicava, por parte dos candidatos, baixo investimento em bens materiais básicos necessários para suprir e manter a dependência que o eleitorado detinha para com eles. Tais recursos eram facilmente providos pelos próprios candidatos (LEAL, 2012; NICOLAU, 2012; SPECK, 2012, 2013).

Por fim, um eleitorado restrito e com baixa autonomia influenciava pouco ou quase nada a seleção dos ocupantes dos cargos políticos. Nesse contexto, o processo eleitoral constituía apenas: “(...) um ritual de consagração de escolhas previamente acordadas” e o sistema representativo cumpria uma “função meramente simbólica”. Os eleitores assumiam o papel de: “(...)objeto de uma mobilização orquestrada por integrantes da elite” (SPECK, 2012, p. 50). Portanto, o financiamento político não era um assunto central, pois sua necessidade era muito limitada.

O aumento do tamanho do eleitorado, gerado pela extensão do direito ao voto<sup>9</sup>, impediu o representante de manter relações pessoais e diretas com seus eleitores (MANIN, 1995). À medida que o sufrágio foi sendo ampliado com a exclusão de critérios censitários, de sexo ou de escolaridade para o exercício do voto, a necessidade de recursos simbólicos e materiais para convencer eleitores e obter votos aumentou. Assim, com a expansão do sufrágio, o processo político-eleitoral passou a demandar mais recursos, em especial financeiros, para que os candidatos atingissem seus potenciais eleitores (SPECK, 2013).

---

<sup>8</sup> “As relações de proximidade local ou de pertencimento [...] são consequências espontâneas dos laços sociais e da interação. Não são produzidas pela competição política. Ao contrário, elas constituem recursos prévios que os atores políticos mobilizam na disputa pelo poder. Ao mesmo tempo, os representantes alcançaram proeminência na comunidade em virtude de sua personalidade, riqueza ou ocupação. As eleições selecionam um tipo particular de elite: os notáveis. O governo parlamentar é o reinado dos notáveis” (MANIN, 1995, p. 9).

<sup>9</sup> Por não constituir objeto central da discussão, não se faz aqui uma reconstrução histórica da luta pelo sufrágio universal. Assim, apenas se compara a competição política em circunstâncias de sufrágio limitado e de sufrágio ampliado, e como a demanda e oferta de recursos se comporta nesses dois cenários. Contudo, para uma abordagem do caminho histórico do sufrágio universal, da conquista de direitos civis, políticos, econômicos e sociais, suas vitórias e seus percalços, ver Losurdo (2004).



A ampliação do sufrágio, por sua vez, não foi o único fator a repercutir sobre o contato entre candidato e eleitorado. Os processos de urbanização e de industrialização no começo do século XX, e a expansão do acesso à educação produziram eleitorados mais independentes e informados (SPECK, 2013). Esse novo tipo de eleitorado, quantitativamente maior e qualitativamente mais informado, passou a exigir por parte dos candidatos maior investimento em comunicação e em informação<sup>10</sup>. Surge, então, a necessidade de uma comunicação intermediária mais qualificada e especializada entre o candidato e o eleitor (TELLES, 2009).

Kirchheimer (2012) identificou a transformação que ocorria nos sistemas partidários da Europa Ocidental logo após a Segunda Guerra Mundial: os partidos de *notáveis* haviam se tornado a exceção; prevaleciam os partidos de *massa*. Tais agremiações partidárias se concentravam completamente no cenário eleitoral e no sucesso eleitoral mais imediato. Para cumprir esse objetivo, era necessário atingir o maior número de eleitores possível. Em um contexto de eleitorado ampliado, essa tarefa era executada por meio de um sistema comunicacional que interpelava o maior número de eleitores: em um primeiro momento, o meio de comunicação principal foi o rádio; com o decorrer das décadas, diversos meios foram sendo incorporados, como a televisão e, contemporaneamente, a internet (TELLES, 2009).

Não só é preciso se comunicar com um eleitorado mais amplo, mas também com um eleitorado mais independente - não mais limitado aos “currais eleitorais”. Assim, diante da necessidade de se comunicar com o eleitor mais independente e do desenvolvimento das tecnologias e mídias de comunicação, o custo da comunicação aumentou significativamente – principalmente em função do tipo de tecnologia adotada (SPECK, 2013). O advento das mídias eletrônicas – em especial a televisão – gerou um aumento expressivo dos custos de campanha (TELLES, 2009).

Sistematizando as mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorreram nos últimos 150 anos e afetaram o processo político, Marengo (2008, p. 382) entende que a demanda de recursos para as campanhas eleitorais cresceu significativamente pelos seguintes fatores: (1) o encarecimento de serviços usualmente encomendados pelos contendores e expostos a desenvolvimentos técnicos constantes, tais como

---

<sup>10</sup> A transição de uma mídia partidarizada - participante do processo político, que toma um ou outro lado na disputa eleitoral - para uma mídia independente - observadora *neutra* e crítica daquilo que ocorre na política - produziu mudanças na estrutura da mídia e dos meios de comunicação social (SPECK, 2013).

pesquisas de opinião e publicidade eleitoral; e (2) a profissionalização das campanhas eleitorais, decorrente de mudança nos padrões organizacionais dos partidos políticos, cada vez menos capazes de fornecer “militantes dispostos à cotização financeira”.

Desse modo, as democracias que se consolidam a partir dos anos 1950 caracterizam-se, entre outras coisas, pelo sufrágio universal, pelo eleitorado com alta autonomia e pela relevante repercussão que a escolha dos eleitores tem sobre o resultado das eleições (MANIN, 1995). Tais características, associadas a outras que serão vistas na próxima seção, não só aumentam a demanda quanto a oferta de recursos para a política (SPECK, 2012, 2013).

A introdução do sufrágio universal e o aumento expressivo do eleitorado - fora as mudanças qualitativas do público eleitoral - impactaram a disputa eleitoral, em especial a demanda por recursos financeiros para a competição política. Contudo, a necessidade de uma comunicação intermediária entre o candidato e o eleitor, que ficavam cada vez mais distantes um do outro, não foi a única mudança que afetou o processo eleitoral. Além da ampliação do sufrágio, outros fatores impactaram as disputas eleitorais e os recursos mobilizados na política. O processo de modernização do Estado e da economia também foi um dos fenômenos políticos do último século que transformaram a face do financiamento político.

### **2.1.2 Estado, empresas e grupos de interesses: a fonte dos recursos**

A partir das primeiras décadas do século XX, o Estado sofreu mudanças significativas na sua relação com os setores econômicos. No século XIX, o escopo de atuação do Estado era muito limitado na área econômica, priorizando-se a regulação da economia pela dinâmica do livre mercado. Contudo, a partir da grande crise econômica da década de 30, o papel do Estado, suas funções e área de atuação precisaram ser revistos. O *laissez-faire*<sup>11</sup> foi gradativamente substituído por um Estado com uma função regulatória mais robusta e presente nos diversos setores da economia. Além disso, o aparato estatal adquiriu uma importância ímpar no

---

<sup>11</sup> *Laissez-faire* é uma expressão francesa que significa "deixai fazer". O significado de tal expressão está relacionado a um modelo político e econômico de não-intervenção estatal. Para seus defensores, em geral, representa o liberalismo econômico na sua versão mais pura, em que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, taxas nem subsídios, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade.

estabelecimento de infraestrutura básica necessária para as empresas de determinados setores e, com a expansão da sua área de atuação, o Estado e a Administração Pública tornaram-se grandes clientes do setor privado, seja na contratação de obras e serviços, seja na aquisição de bens e materiais (KEYNES, 1984; HAYEK, 2010).

Speck (2013) entende que esse processo de modernização do Estado e da economia afetou direta e indiretamente as empresas e os grupos de interesse. Assim, a incorporação de funções regulatórias e a atuação do Estado como um ator econômico ativo fez com que os demais agentes econômicos tivessem um interesse crescente em influenciar as decisões políticas, mas não somente isso: as empresas e grupos de interesse também identificaram no Estado oportunidades de negócio, por meio das contratações públicas. Diante disso, os agentes econômicos encontraram no financiamento de campanhas eleitorais um meio de influenciar decisões estatais.

No início do século XX, uma das principais funções incorporadas pelo Estado foi a regulatória. O Estado que antes interferia nas relações econômicas predominantemente em assuntos tributários - com objetivos de arrecadação - passa a regular também aspectos importantes da vida social e econômica. Um desses aspectos da vida socioeconômica em que se tem uma maior presença estatal é nas relações de trabalho. Na medida que o Estado começou a regular as relações trabalhistas, os grupos de interesse - em especial associações de empresários - também entraram em cena com o objetivo de influenciar partidos e candidatos. Assim, à medida que a vida econômica das empresas se torna mais dependente do Estado, os grandes agentes econômicos encontram no financiamento de candidaturas e de partidos um meio de influenciar as decisões estatais que os afetam - na expectativa de que, quando no parlamento, os financiados defendam seus interesses (SPECK, 2013).

Não só a função regulatória do Estado exerce influência na vida das empresas. À medida que incorpora novas atribuições, o Estado e a Administração Pública demandam do setor privado mais serviços e bens - tornando-se, assim, um dos principais clientes de diversos setores econômicos. Contratos vultosos para obras públicas, serviços de segurança, limpeza e manutenção, e compras governamentais atraem o interesse de empresas, que buscam - por meio do financiamento de candidatos e partidos - uma contrapartida dos representantes eleitos no momento de contratar com o setor privado (CARAZZA, 2018).

Diante disso, percebe-se que o Estado, ao longo do século XX, tornou-se um dos grandes atores econômicos que influenciam a vida das empresas. As empresas e grupos de interesse veem no Estado uma solução para os problemas que os afligem e passam a se tornar mais dependentes do aparato estatal para o estabelecimento de seus negócios. Nessa relação, empresas e segmentos importantes do setor privado buscam influenciar as decisões políticas por meio de atores políticos apoiados financeiramente por eles (CARAZZA, 2018).

De tal modo, o Estado ao providenciar mais bens e serviços, ao regular e intervir na economia e ao estabelecer infraestruturas necessárias ao desenvolvimento econômico, também vai requerer mais bens e serviços do setor privado. Diante disso, Speck (2013) atenta para a questão de que, no momento em que grandes empresas fornecem serviços e bens ao Estado, uma relação orgânica entre empresas e Estado emerge. Assim, a fidelização das empresas àqueles que normalmente (ou frequentemente) estão no poder, que conseguem garantir acesso a contratos e serviços públicos, é relativamente grande e observável nos recursos investidos pelas empresas no processo eleitoral.

Para Speck (2013), é nessa relação entre Estado e empresas que atua o grande financiador empresarial. Interessados em influenciar a legislação, a regulação e a distribuição de contratos, empresas e grupos de interesse identificaram na demanda por recursos para campanhas eleitorais - gerada pela expansão do sufrágio - uma oportunidade. Assim, os agentes econômicos ocuparam o espaço de principal fonte de recursos dos processos eleitorais, o que permitiu a eles maior influência sobre as políticas públicas.

## 2.2 EMPRESARIADO E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS NO BRASIL

A literatura específica sobre financiamento de campanhas eleitorais no Brasil remonta aos trabalhos de Samuels sobre os processos eleitorais de 1994 e de 1998 (2001a; 2001b; 2001c; 2001d; 2002)<sup>12</sup>. Contudo, é a partir de 2002 que se observa

---

<sup>12</sup> Ainda que seja pioneiro nas investigações sistemáticas sobre financiamento eleitoral no Brasil, os dados eleitorais de 1994 e 1998 coletados por David Samuels não são confiáveis visto que foram coletados manualmente em arquivos físicos do TSE. Além disso, os dados de 94 e 98 desprezam as doações para candidatos aos cargos de deputado estadual (CARAZZA, 2019).

um crescimento quantitativo e qualitativo da produção acerca do tema<sup>13</sup>. Muito da constituição de um conjunto de trabalhos sobre o investimento eleitoral no Brasil foi possível por dois fatores: (1) a aprovação de uma legislação<sup>14</sup> que permitiu as doações eleitorais de pessoas jurídicas e determinou que os candidatos e os comitês financeiros dos partidos prestassem contas das doações recebidas à Justiça Eleitoral; e (2) a decisão dessa justiça especializada de divulgar as prestações de contas (MANCUSO, 2015).

Ao longo de duas décadas de desenvolvimento, a literatura sobre financiamento de campanhas eleitorais no Brasil tem compreendido um número significativo de assuntos<sup>15</sup>. No entanto, a preocupação com o financiamento de candidatos e partidos por meio de doações empresariais tem ocupado posição de destaque nos estudos sobre o investimento eleitoral nas eleições brasileiras. Para Mancuso (2015), três são as razões para tal ênfase: (1) os investimentos empresariais no financiamento político foram vultosos e crescentes a cada processo eleitoral desde 2002<sup>16</sup>; (2) o financiamento eleitoral empresarial foi realizado sobretudo por empresas e grupos empresariais de grande porte<sup>17</sup> e (3) a concentração do investimento eleitoral

---

<sup>13</sup> A partir de 2002, os dados de financiamento eleitoral passaram a ser compilados e disponibilizados pelo TSE nos repositórios de dados eleitorais de forma sistemática, eletrônica e acessível (CARAZZA, 2019).

<sup>14</sup> A Lei n. 8.713, de 30 de setembro de 1993, estabeleceu entre seus artigos 33 e 56 as normas de arrecadação e de aplicação de recursos nas campanhas eleitorais para as eleições de 3 de outubro de 1994.

<sup>15</sup> Entre os tópicos de interesse para a literatura sobre o financiamento político no Brasil, destacam-se: o financiamento eleitoral em perspectiva comparada (RUBIO, 2005; PIRONI, 2008; BOURDOUKAN, 2009); a legislação que rege o financiamento político no Brasil (CAMPOS, 2009; REIS, 2010; SPECK, 2012); o financiamento político-eleitoral público no Brasil - por meio do fundo partidário, do horário gratuito de propaganda eleitoral em rádio e TV, e do tratamento tributário diferenciado aos partidos políticos (CAMPOS, 2009; BOLOGNESI & CERVI, 2011; DANTAS, 2011; SPECK, 2012); o financiamento empresarial em período não eleitoral (CAMPOS & BORSANI, 2011); e o financiamento partidário (KRAUZE *et al*, 2015).

<sup>16</sup> Na campanha eleitoral de 2010, do total de recursos investidos, cerca de 75% foram provenientes de pessoas jurídicas (MANCUSO, 2015); em 2014, dos 5 bilhões movimentados, 64% vieram de pessoas jurídicas que doaram mais de um milhão de reais para as campanhas de candidatos e de partidos (CARAZZA, 2018).

<sup>17</sup> “Mais de 19 mil empresas fizeram doações para essas campanhas [campanhas de 2010], mas apenas 70 empresas ou grupos foram responsáveis por metade de todas as doações empresariais” (MANCUSO, 2015, p. 157).

em poucas empresas chamou a atenção dos pesquisadores para possíveis repercussões em valores democráticos fundamentais, como a igualdade política<sup>18</sup>.

Embora os motivos expostos acima já justifiquem por si só a importância de se atentar para a participação das empresas no investimento eleitoral, a relevância do financiamento eleitoral empresarial no Brasil fica ainda mais destacada quando se estuda as pesquisas e os principais achados sobre a temática. De modo geral, os trabalhos têm se debruçado sobre: 1) a relação entre doações eleitorais de empresas e favorecimento político dos doadores 2) e o impacto dos recursos empresariais sobre os resultados eleitorais. Na sequência, são compiladas e discutidas as principais investigações e resultados encontrados na literatura nacional sobre a relação entre empresariado e financiamento de campanhas eleitorais no Brasil.

Uma parte da literatura sobre investimento eleitoral no Brasil investiga os benefícios que doadores empresariais esperam ou efetivamente recebem ao financiarem campanhas. Segundo Mancuso (2015), diversos são os fatores que levam empresários a financiar campanhas: afinidade ideológica, motivação cívica, medo de ter interesses prejudicados etc., contudo, um fator que se destaca é o investimento em busca de vantagens mútuas. Assim, visando retornos, empresas doam para terem um acesso mais favorável ao financiamento de banco públicos (CLAESSENS *et al*, 2008; LAZZARINI *et al*, 2011), para obterem contratos com o governo (BOAS, HIDALGO & RICHARDSON, 2014), para lograrem um melhor desempenho econômico (CLAESSENS *et al*, 2008), para serem beneficiadas com políticas tributárias mais favoráveis (GONÇALVES, 2011) etc.

No Brasil, a primeira pesquisa empírica a investigar possíveis benefícios políticos às empresas que realizavam doações a campanhas eleitorais foi realizada por Claessens *et al* (2008). Os autores contrastaram as doações empresariais realizadas aos candidatos a deputado federal nas eleições de 1998 e 2002 com o favorecimento político obtido por empresas doadoras e não-doadoras de campanha. Os pesquisadores investigaram se as empresas doadoras tiveram maior valorização de suas ações quando do resultado eleitoral do que as demais, e se tiveram mais facilidade na obtenção de empréstimos públicos de curto e longo prazo. A partir da

---

<sup>18</sup> Já no final da década de 1990, Kinzo (1997) destacava a relevância das doações eleitorais como mecanismo de influência política do empresariado brasileiro nas decisões governamentais e nas políticas públicas.

análise do material empírico, concluíram que as empresas que mais contribuíram para as campanhas de candidatos a deputado federal tiveram maior valorização em suas ações imediatamente após as eleições. Por sua vez, as empresas que doaram para as candidaturas vitoriosas de deputados federais tiveram valorizações ainda maiores em suas ações do que aquelas que doaram para concorrentes derrotados. Em relação ao favorecimento político por meio de financiamentos públicos, os pesquisadores afirmam que houve um crescimento significativo nos valores emprestados às empresas que doaram aos candidatos vencedores nos quatro anos seguintes à eleição.

Lazzarini *et al* (2011) focalizaram as contribuições eleitorais empresariais realizadas em 2002 e 2006 para as campanhas à Presidência da República, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas estaduais. Conforme os autores, as empresas que mais financiaram campanhas eleitorais vitoriosas receberam mais alocações de capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Porém, o estudo não atribui essa relação necessariamente a vantagens mútuas entre técnicos do BNDES e financiadores de campanha - à medida que os primeiros são reconhecidos pela competência técnica. Lazzarini *et al* (2011) defendem as hipóteses de que os maiores financiadores das campanhas dos candidatos vencedores possuem maior chance de obter grandes contratos com o governo e de que esse tende a escolher os maiores financiadores de campanha como “campeões nacionais”, e seus setores de atuação econômica como alvos de política industrial.

Gonçalves (2011) verificou a existência de relações entre doações do setor empresarial às candidaturas de Lula, em 2002 e 2006, e benefícios tributários no período que ele exerceu a presidência (2003 a 2010). O objetivo da pesquisadora era apreender se os setores que mais contribuíram com a campanha de Lula foram os mais beneficiados com suas políticas de renúncia fiscal. Entre os resultados, a autora observou que alguns setores que tiveram participação importante nas duas campanhas de Lula receberam benefícios fiscais durante o seu governo, como foram os casos da indústria aeronáutica, do setor de bebidas, da construção civil, da indústria farmacêutica e do setor petroquímico. Contudo, Silva (2016) entende que não é possível concluir que há uma relação de causalidade entre benefícios fiscais e doação eleitoral a partir do trabalho de Gonçalves (2011), já que não se sabe o quanto as empresas doadoras foram beneficiadas, mas apenas o setor.

Oliveira e Araujo (2013) pesquisaram se ocorreram benefícios, por meio de contratos públicos, no período de 2008 a 2010, aos doadores de campanha dos deputados federais eleitos em 2006. Os pesquisadores compararam o volume de contratos obtidos pelas empresas que doaram aos candidatos não-eleitos, já que, caso houvesse forte relação para estes casos também, não seria possível relacionar as contribuições aos deputados à alocação de contratos públicos. Os autores afirmaram que as empresas doadoras às campanhas de candidatos, os quais exerceram o cargo de deputado federal ao menos por um ano, obtiveram maior valor médio de contratos públicos. Os autores ressaltaram, entretanto, que dos resultados apresentados não se pode concluir que houve corrupção entre financiadores e financiados, já que não foi possível indicar que ocorreu atuação direta do parlamentar com o intuito de favorecer os seus doadores.

Ainda no que se refere à relação entre doações de campanha e contratos governamentais no Brasil, Boas, Hidalgo e Richardson (2014) indagam quais os retornos financeiros que esperam as empresas ao financiarem candidatos a cargos públicos. Estudos anteriores foram inconclusivos, devido a desafios metodológicos e características únicas do contexto político dos EUA em que se concentraram. Contudo, usando dados referentes ao Brasil, analisaram as contribuições de campanha aos deputados federais eleitos em 2006 e os contratos públicos selados com as empresas doadoras no período posterior à eleição. Assim, buscando identificar o efeito de uma vitória eleitoral nos contratos governamentais para os doadores corporativos de um candidato, os pesquisadores concluíram que as empresas especializadas em obras públicas podem esperar um aumento substancial nos contratos – pelo menos 14 vezes o valor de suas contribuições – quando doam para um candidato a deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT) e esse candidato ganha a disputa para o cargo. Contudo, não encontraram efeitos entre os partidos aliados, indicando que o PT prioriza essa forma de gasto estatal para fortalecimento partidário ao invés de gestão de coalizão<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Boas, Hidalgo e Richardson (2014) compararam o volume de recursos obtidos através de contratos pelas empresas que doaram a todos os candidatos, aos candidatos vitoriosos, aos vitoriosos da coalizão do governo e aos vitoriosos do PT. Os autores demonstraram que houve uma relação positiva e estatisticamente significativa entre doação a candidatos eleitos pelo PT e a obtenção de contratos públicos posteriores à eleição. Para os demais partidos, não foi possível encontrar associação entre contribuições de campanha e retorno através de contratos públicos, indicando que somente o PT centralizou a destinação desses recursos aos seus doadores.



Santos *et al* (2015) testaram a hipótese de que o volume de recursos recebidos pelos candidatos por meio das indústrias afeta o comportamento do parlamentar em suas decisões. Neste sentido, os autores estudaram as votações dos deputados federais, entre 1999 e 2007, em matérias do interesse da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a proporção de recursos que os candidatos receberam das indústrias. Ao contrário do que esperavam, a proporção de financiamento privado doado pelas indústrias não apresentou significância estatística com a votação nominal dos candidatos, no período analisado. Por outro lado, a proporção de financiamento proveniente de empresas, em geral, resultou em dependência estatística com a votação em favor da agenda legislativa da CNI. No entanto, a variável que teve maior relação com o posicionamento em favor dos interesses declarados pela CNI foi a ideologia do partido do parlamentar. Assim, quanto mais à direita estava o partido do deputado, maior a chance de ele votar com os interesses da indústria.

Geara *et al* (2018) analisaram as relações entre o financiamento eleitoral empresarial dos deputados federais eleitos para a 55ª Legislatura (2015-2019) e a composição das comissões permanentes na Câmara dos Deputados durante o exercício legislativo de 2016. A partir do financiamento corporativo, os autores procuraram responder duas questões: Quais as conexões entre o financiamento eleitoral dos parlamentares e a composição das comissões permanentes da Câmara dos Deputados? Qual o potencial de influência desses investidores sobre as referidas comissões? As fontes da pesquisa foram arquivos da Câmara dos Deputados, e as informações sobre candidatos e sobre a prestação de contas eleitorais disponibilizadas pelo TSE. Os resultados revelaram uma rede de Comissões Permanentes altamente hierarquizada de acordo com o financiamento recebido pelos seus membros Deputados. As Comissões apresentam um potencial muito grande de travar projetos de lei, impedindo a apreciação desses pelo plenário. Assim, cada vez mais as empresas e os grupos de interesses veem nas Comissões um meio eficiente para defender seus interesses não só na promoção, mas também no impedimento de determinadas pautas.

Alguns casos pontuais demonstram a relação entre empresas e candidatos financiados por doações empresariais no Brasil. Resende *et al* (2020) centram-se nos efeitos que a ocorrência de desastres socioambientais exerce sobre a ação política dos parlamentares. Com objetivo de analisar o comportamento parlamentar em um momento crítico, qual seja, o desastre da barragem de Fundão, operada pela

Samarco/Vale/BHP, os autores buscaram, especificamente, responder a duas questões: o que os deputados federais propuseram acerca do desastre, e se tais iniciativas se relacionam às doações de campanha. Para tanto, analisaram as propostas legislativas apresentadas pelos deputados federais, entre 05 novembro de 2015, data de ocorrência do desastre, e 31 de dezembro de 2018. Constataram que a maioria dos deputados com alto nível de financiamento da Samarco se abstiveram de apresentar proposições acerca do desastre. Os parlamentares com atuação contrária à empresa eram oriundos principalmente dos estados atingidos pelo desastre (Minas Gerais e Espírito Santo), o que sinalizou para uma atuação no sentido de prestação de contas a seus eleitores.

Diante das pesquisas apresentadas, percebe-se que parte dos estudos sobre financiamento eleitoral empresarial tem se dedicado a analisar a eventual associação entre contribuições e retornos alcançados pelos contribuintes. Contudo, há um conjunto de trabalhos que exploram o peso dos recursos empresariais nos resultados da competição política. Cervi (2010), Mancuso (2012), Mancuso e Speck (2012), Mancuso (2015) e Carazza (2018) realçam em suas pesquisas a associação positiva entre sucesso eleitoral e financiamento proveniente de pessoas jurídicas.

Cervi (2010), ao tratar das eleições de 2008 para as prefeituras das capitais estaduais, notou a relação positiva entre o desempenho eleitoral dos candidatos e o financiamento deles por empresas. Heiler (2011) também analisou as eleições municipais de 2008, mas para as Câmaras de Vereadores de 12 municípios catarinenses. O autor constatou associação positiva entre ser eleito e estar entre os mais financiados, seja para todos os municípios da amostra, seja para o subgrupo de municípios com mais de 50 mil habitantes, seja ainda para o subgrupo de municípios menores.

Ao estudar as eleições de 2002 e 2006 para a Câmara dos Deputados no estado de São Paulo, Mancuso (2012) mostrou que o financiamento político, em geral, e o financiamento de pessoas jurídicas, em particular, fluiu mais para os candidatos vencedores do que para os candidatos derrotados, destacando-se como um dos fatores possivelmente associados – embora certamente não o único – ao êxito eleitoral. O autor analisou também a relação entre sucesso eleitoral e financiamento político (geral e de pessoas jurídicas) em todos os partidos e coligações que elegeram pelo menos um deputado federal em São Paulo, nas eleições de 2002 e 2006. O autor encontrou associação positiva entre as variáveis em grande parte dos casos.

Mancuso e Speck (2012) testaram a associação entre financiamento empresarial e desempenho eleitoral no caso das eleições de 2010 para a Câmara dos Deputados. A variável de financiamento empresarial apresentou associação positiva com a variável de desempenho eleitoral no modelo nacional e em 22 dos 27 modelos distritais.

Mancuso (2015) apresentou um balanço da literatura acadêmica, de corte empírico, sobre investimento eleitoral no Brasil entre 2001 e 2012<sup>20</sup>. A partir de seu levantamento, o pesquisador constatou que uma parte importante das pesquisas sobre receitas e despesas eleitorais no Brasil entende que há uma associação positiva e estatisticamente significativa entre arrecadação e gasto eleitoral, de um lado, e desempenho eleitoral, de outro lado. Assim, candidatos que dispõem de mais recursos para investir em atividades orientadas para a obtenção de votos, tais como publicidade, contratação de pessoal de campanha, transporte, etc. obtêm melhores resultados na competição política. À medida que - em grande parte das campanhas eleitorais - os recursos investidos pelas empresas representam mais de três quartos do total de recursos mobilizados no pleito e que a quantidade de recursos impacta no resultado eleitoral, as empresas assumem o papel de grandes responsáveis pelo financiamento eleitoral (MANCUSO, 2015).

Por fim, incorporando características tanto dos trabalhos que se dedicam a relacionar doações de empresas e benefícios para financiadores quanto das pesquisas que visam entender o impacto dos recursos empresariais na competição eleitoral, Carazza (2018) identifica um crescimento exponencial nas doações eleitorais de empresas no período de 2002 a 2014. Para o autor, além de exponencial, esse crescimento das doações é concentrado, interessado, não-ideológico e afeta o resultado das eleições. Primeiramente, é concentrado em poucos doadores que despendem grandes quantias: dos 5 bilhões movimentados em 2014, 64% tiveram como origem doações de mais de um milhão de reais. Além de concentrado, Carazza (2018) aponta que o crescimento das doações empresariais é interessado, à medida que as empresas que doam veem no Estado uma fonte de oportunidades de negócio.

---

<sup>20</sup> Em seu levantamento do estado da arte sobre investimento eleitoral no Brasil, Mancuso (2015) argumenta que os trabalhos acerca do financiamento eleitoral podem ser divididos em três vertentes: 1) a relação entre investimento e desempenho eleitoral; 2) a relação entre investimento e concessão de benefícios para os investidores e 3) os determinantes do investimento eleitoral.

Carazza (2018) compara o peso de determinado setor econômico no PIB brasileiro e o peso desse mesmo setor no financiamento eleitoral geral. A conclusão do pesquisador é de que as maiores discrepâncias estão em setores muito interessados na atuação do Estado. O setor de construção, por exemplo, doa muito mais do que seu peso no PIB justificaria em termos de financiamento. Outros ramos econômicos que se destacam entre os doadores são os setores de alimentos e de bebidas, setor financeiro, setores de siderurgia e mineração e a indústria farmacêutica. Tais setores identificam no Estado uma fonte de oportunidades para negócios: o setor de construção tem interesse em obras públicas; os setores de alimentos e bebidas objetivam créditos subsidiados do BNDES e da Caixa Econômica; o setor financeiro tem preocupações quanto à política econômica e tributária; os setores de aço e derivados e de mineração foca nos marcos regulatórios e nas políticas comerciais; e o setor farmacêutico se interessa tanto na regulação quanto nas compras governamentais<sup>21</sup>.

Outro achado de Carazza (2018) é a relação entre o crescimento econômico de determinados setores e a estratégia de desenvolvimento econômico conduzida pelos governos brasileiros de 2003 a 2014. Os setores que mais cresceram em valores de doações eleitorais no período foram os setores de óleo e gás, de perfumaria, higiene e limpeza, de mineração, indústria extrativa e petroquímica, de eletricidade, esgoto e limpeza urbana, e de alimentos e bebidas: todos setores envolvidos com contratações públicas e parcerias público-privadas.

Carazza (2018) também atenta para o caráter não ideológico das doações empresariais. Antes de 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) recebia poucas doações de empresas, e nenhuma doação expressiva. Para Samuels (2002), as poucas doações de empresas e de grandes agentes econômicos para o PT representavam uma limitação ao projeto de esquerda no Brasil. A partir de 2002, quando o PT se mostra um partido viável eleitoralmente, as empresas passam a doar somas significativas de recursos para as campanhas petistas. Com as consecutivas

---

<sup>21</sup> Carazza (2018) chama a atenção para alguns setores que, por sua vez, estão sub-representados no financiamento eleitoral. O setor agropecuário, por exemplo, doa bem menos que o seu peso no PIB. Os ruralistas perceberam, segundo o pesquisador, que a estratégia mais adequada para o agronegócio seria dispensar intermediários e defender os interesses dentro do parlamento enquanto representantes eleitos.

vitórias eleitorais, o partido passa a atrair cada vez mais recursos empresariais para custear seus gastos eleitorais.

As questões abordadas e os resultados encontrados nas investigações de Carazza (2018) realçam conclusões de outros trabalhos sobre o tema (CLAESSENS *et al*, 2008; BOAS, HIDALGO & RICHARDSON, 2014; MANCUSO, 2015). De modo geral, as empresas fazem doações eleitorais para candidatos e partidos porque observam que o Estado oferece políticas públicas que são grandes oportunidades de negócio para elas. Por fim, Carazza (2018) ainda atenta para o fato de que o dinheiro de empresas atraído para as campanhas eleitorais se torna cada vez mais decisivo nos resultados eleitorais, como já indicado por Mancuso (2015).

Mesmo diante de evidências empíricas e robustas sobre a importância do financiamento eleitoral empresarial para as competições eleitorais brasileiras, em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), instância competente para o controle da constitucionalidade das leis, decidiu pela inconstitucionalidade das doações de empresas a partidos e candidatos nas campanhas eleitorais<sup>22</sup>. A decisão da Corte Constitucional representou uma ruptura no padrão de financiamento de campanhas eleitorais que vigorava há duas décadas no país. Esse padrão tinha como pilar o financiamento de campanhas com recursos provenientes de pessoas jurídicas. Assim, ainda que o modelo de financiamento de campanhas no Brasil pudesse ser classificado como misto, na prática, predominavam os recursos privados, oriundos das doações empresariais (SPECK, 2016).

Speck (2016) lembra que, junto à decisão do STF, no mesmo mês entrou em vigor a Lei nº 13.165/2015 modificando o financiamento eleitoral e realizando outras modificações no sistema eleitoral. Assim, após duas décadas com eleições realizadas sob a influência de doações empresariais, o Brasil mudou o sistema de financiamento de campanhas, com resultados incertos para a competição política futura. As empresas, até então responsáveis por três quartos do custeio das campanhas de processos eleitorais anteriores, a partir de 2015 não estão mais permitidas a aportar recursos diretamente no financiamento de campanhas de candidatos e partidos.

---

<sup>22</sup> No dia 17 de setembro de 2015, o STF concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650/2011, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra dispositivos da Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) e da Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995). Por entender que o poder econômico estava desvirtuando o processo eleitoral, a Corte declarou que as doações de pessoas jurídicas a partidos políticos e campanhas eleitorais não eram constitucionais. Outro motivo alegado pelos Ministros referiu-se ao desequilíbrio de forças nas campanhas eleitorais resultantes da influência do poder econômico.

Nicolau (2017) indica que onze eleições (1994, 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014) foram disputadas sob a égide do financiamento empresarial. O pleito de 2016 foi o primeiro a ser realizado sob a vigência da proibição. Assim, o fim do financiamento empresarial, um dos pilares do sistema político organizado a partir de meados da década de 1990, deixa uma série de dúvidas: Será que campanhas mais baratas produzirão um quadro mais equânime na disputa presidencial? Será que a ausência de financiamento empresarial beneficiará candidatos com redes particulares (igrejas, sindicatos, corporações), que podem compensar a redução de obtenção de dinheiro? Em que medida, nomes tradicionais do mundo parlamentar, acostumados a um estilo de campanha com alto dispêndio de recursos, se adequarão a um modelo com muito menos dinheiro?

As questões trazidas por Nicolau (2017) são importantíssimas. Contudo, neste trabalho, muito mais do que pensar as estratégias adotadas por partidos e candidatos em novas circunstâncias de competição eleitoral, olha-se para o período em que vigorou o financiamento de campanhas com recursos empresariais a fim de identificar como esses recursos atuavam nos processos eleitorais municipais. Entende-se que, para investigar os impactos da proibição do STF em todos os níveis de competição eleitoral no Brasil, é preciso, primeiramente, estabelecer parâmetros de como essa competição ocorria em diferentes circunscrições sob a égide do financiamento empresarial. Como se observa nesta revisão da literatura sobre a relação entre empresariado e financiamento de campanhas, muito já foi pesquisado sobre eleições legislativas e executivas em nível estadual e nacional, contudo, pouco se sabe ainda sobre as eleições municipais.

## 2.3 NOTAS METODOLÓGICAS

### 2.3.1 Um caminho a ser traçado

O itinerário metodológico para buscar explicar as receitas eleitorais dos candidatos e dos eleitos a partir das diferentes configurações econômicas que uma determinada circunscrição eleitoral pode assumir ainda não está adequadamente traçado nos estudos sobre financiamento de campanhas eleitorais. Com exceção dos trabalhos de Carazza (2018; 2019), a relação entre variáveis macroeconômicas e

receitas de campanha tem ficado em segundo plano nas explicações<sup>23</sup>. De tal forma, investigar os reflexos da economia no financiamento de campanhas é adentrar em um campo pouco explorado e carente de balizas técnicas e metodológicas.

Diante disso, esta pesquisa - à medida que examina novas possibilidades na temática do financiamento eleitoral - assume um caráter descritivo-exploratório. Testam-se procedimentos, técnicas e métodos com a finalidade de desenvolver um percurso de investigação para responder à questão deste trabalho e também para estabelecer um processo de pesquisa que sirva de referência para trabalhos futuros. Para tanto, a fim de explorar um problema e de estabelecer uma maior proximidade com o tema, variáveis como o PIB - já bastante conhecidas em pesquisas econômicas - são abordadas sob um novo ângulo analítico.

Expostas as razões do caráter descritivo-exploratório deste trabalho, apresentam-se os métodos lógicos e técnicos<sup>24</sup> que servem de marco para a interpretação dos dados e para a condução da investigação empírica. Em relação aos métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação<sup>25</sup>, optou-se pelo método hipotético-dedutivo. A opção por esse *approach* metodológico é justificada à medida que o raciocínio hipotético-dedutivo estrutura as operações mentais que possibilitam desenvolver, no plano lógico, a investigação sobre o fenômeno do financiamento eleitoral e da sua relação com a economia das circunstâncias em que ocorre. Em outros termos, o modo de abordagem do fenômeno foi pensado a partir do falsificacionismo (POPPER, 1982; WHITTEN; KELLSTEDT, 2015), que pareceu ser o método lógico mais adequado para a apreensão da associação testada e dos resultados a que se chegou. Contudo, tal opção não renunciou a possibilidades indutivas provenientes da análise empírica conduzida.

---

<sup>23</sup> De todo modo, a relação entre variáveis econômicas e receitas de campanha não aparece como objeto central na obra de Carazza (2018). A preocupação do pesquisador é, sobretudo, com as doações de campanha e suas contrapartidas em contratos governamentais e projetos de leis no Brasil.

<sup>24</sup> Segundo Martins (2004, p. 291), uma distinção importante, extraída da obra de Florestan Fernandes, para a discussão metodológica é a divisão entre métodos lógicos ou de interpretação (processos pelos quais a realidade é investigada) e métodos técnicos ou de investigação (processos de formação das inferências e de explicação da realidade).

<sup>25</sup> Segundo Gil (2008a, p. 9), os métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação “São [...] métodos desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações”.

Quanto aos métodos técnicos<sup>26</sup>, para a coleta, a organização e a análise dos dados dos casos individuais e, em momento posterior, a comparação entre eles, optou-se por técnicas estatísticas descritivas. De modo geral, a opção por ferramentas estatísticas pareceu a mais adequada para lidar com os dados de natureza quantitativa, a saber as cifras provenientes das prestações de contas eleitorais dos candidatos que obtiveram sucesso eleitoral em suas campanhas aos Legislativos Municipais e os dados econômicos dos municípios selecionados.

### **2.3.2 Critérios de seleção**

Quanto aos critérios de seleção dos municípios analisados nesta pesquisa, seguem-se alguns comentários. Em 2010, o Estado do Rio Grande do Sul possuía uma população estimada em cerca de 11 milhões de habitantes, distribuídos entre 496 municípios. Desse total, 329 possuíam menos de 10 mil habitantes e apenas 43 municípios ultrapassaram os 50 mil habitantes. Contudo, no grupo dos municípios acima de 50 mil habitantes, somente 18 superaram a marca dos 100 mil habitantes<sup>27</sup> (ver Apêndice A). Esses números já indicavam à época a diversidade de realidades municipais no território sul-rio-grandense.

Diante de contextos municipais tão díspares entre si e da impossibilidade de se trabalhar nesta pesquisa com todos os municípios do Rio Grande do Sul, em razão do tempo limitado para a execução da pesquisa, utilizou-se critérios de inclusão e de exclusão para captar os casos que se adequassem aos objetivos da investigação. Selecionou-se os municípios de interesse por meio dos seguintes critérios: a) municípios com mais de 80 mil eleitores registrados no TSE à época dos processos

---

<sup>26</sup> Segundo Gil (2008a), os métodos que indicam os meios técnicos de investigação permitem não só “garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais”, mas também “fornecer a orientação necessária à realização da pesquisa social, sobretudo no referente à obtenção, processamento e validação dos dados pertinentes à problemática que está sendo investigada”.

<sup>27</sup> O Departamento de Economia e Estatística (DEE) do Rio Grande do Sul divulga anualmente as estimativas populacionais, desagregadas por sexo e faixa etária para os municípios do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/populacao>>. Acesso em: 02 de setembro de 2022.



eleitorais de 2008 e 2012<sup>28</sup>; b) municípios considerados de médio porte pelo IBGE<sup>29</sup> e c) municípios não localizados na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)<sup>31</sup> (ver Apêndice A). Face a esses critérios de seleção dos municípios para a pesquisa, o recorte espacial ficou constituído dos seguintes casos: Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana. A distribuição geográfica desses municípios selecionados no estado do Rio Grande do Sul pode ser observada no Apêndice B deste trabalho.

Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Viamão foram excluídas deste trabalho por fazerem parte da RMPA. A Região se caracteriza por constituir-se em um polo de atração, de complementaridade funcional e de integração das dinâmicas políticas e socioeconômicas. Essa característica, antes restrita somente a Porto Alegre e cidades mais populosas, agora se verifica também nas cidades do entorno da RMPA. Diante disso, optou-se pela exclusão dessas cidades do estudo, pois possuem são influenciadas significativamente pela proximidade da capital - Porto Alegre.

O recorte temporal, englobando os pleitos de 2008 e 2012, ocorreu devido: (1) à disponibilidade e à facilidade de acesso aos dados sobre o financiamento eleitoral dessas campanhas, visto que desde 2000 as eleições passaram a ser totalmente informatizadas, destacando-se, por exemplo, o uso da urna eletrônica; (2) à reposição dos dados eleitorais (relativos ao desempenho eleitoral e ao financiamento dos

---

<sup>28</sup> Os dados acerca do quantitativo do eleitorado podem ser encontrados no site do TSE. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado>>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

<sup>29</sup> *Cidade média* é um termo comumente usado em urbanismo para designar cidades que abriguem de 100 mil a 300 mil habitantes. Muitas cidades acima de 100 mil habitantes já abrigam empresas e serviços de alto padrão e sofisticação. De acordo com dados do IBGE obtidos com o Censo 2010, as cidades de porte médio (com população entre 100 mil e 500 mil habitantes) são as que mais crescem no país. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20090819081149/http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=5499](https://web.archive.org/web/20090819081149/http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=5499)>. Acesso em: 02 de setembro de 2022.

<sup>30</sup> As cidades de porte médio também podem ser denominadas de *centros regionais* porque, ao mesmo tempo que são subordinadas às capitais, possuem uma influência restrita em relação a outras cidades, servindo de centro para núcleos urbanos menores. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/brasil/hierarquia-das-cidades-no-brasil.htm>>. Acesso em: 02 de setembro de 2022.

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-de-porto-alegre-rmpa#:~:text=A%20Regi%C3%A3o%20Metropolitana%20de%20Porto%20Alegre%20%E2%80%93%20RMPA%20%C3%A9%20a%20%C3%A1rea,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20do%20Estado>>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

candidatos) em ambiente virtual e, desde 2006, à disposição desses dados na rede mundial de computadores; e (2) à estabilização da legislação eleitoral sobre financiamento de campanhas ao longo dessas duas competições eleitorais, permitindo a sua comparação.

Por fim, optou-se por trabalhar com os eleitos e não com a totalidade dos candidatos aos Legislativos Municipais em 2008 e 2012. Tal escolha ocorre por dois motivos: a) a impossibilidade de levantar, no prazo de uma pesquisa de dissertação, os dados de arrecadação de campanha de todos os candidatos (só em 2008, nos nove municípios, foram 1362 candidatos); e b) enfatizar os dados de financiamento dos eleitos é importante quando se considera que a literatura consagra que eles são os mais bem financiados (MANCUSO, 2015).

### **2.3.3 Coleta, organização e interpretação dos dados**

Em relação ao modo como os dados foram coletados, organizados e analisados, optou-se pela metodologia quantitativa – ainda que se tenha sempre presente a impossibilidade de uma pesquisa puramente quantitativa ou qualitativa em Ciências Sociais, podendo-se falar apenas em predominância de uma sobre a outra no exercício de determinada investigação (RAMOS, 2013). A opção pelos métodos quantitativos, assim, é justificada por serem esses os mais adequados para o tipo de problema enfrentado nesta pesquisa<sup>32</sup>. Ao buscar verificar a associação entre economia municipal e financiamento de campanhas eleitorais, os métodos quantitativos de captação, construção, organização e análise dos dados foram os mais adequados para os objetivos da investigação.

A coleta, a organização e a descrição dos dados dos casos individuais, no primeiro momento, e do conjunto de casos, na segunda etapa, ficou a cargo da estatística descritiva, que permitiu a síntese dos dados numéricos. Com a aplicação da estatística descritiva<sup>33</sup>, buscou-se descrever os fatos relacionados ao conjunto de

---

<sup>32</sup> Para Ramos (2013, p. 58), o método tem que ser adequado ao objeto. Assim, questões que envolvem relações causais, por meio das quais se testam hipóteses para verificar se determinadas variáveis apresentam certa relação e qual o sentido e a força dessa relação, pressupõem o uso de métodos quantitativos.

<sup>33</sup> A estatística descritiva, segundo Gil (2008b, p. 161), permite caracterizar o que é típico no grupo de casos, indicar a variabilidade dos casos e verificar como os casos se distribuem em relação a determinadas variáveis. A caracterização do que é típico no grupo ocorre por meio das medidas de tendência central; a indicação da variabilidade dos casos no interior do grupo é obtida por meio das

casos estudados, sem pretender tirar conclusões de caráter mais genérico. Contudo, os achados empíricos a partir dos nove casos analisados permitiram identificar tendências, levantar questões e apresentar caminhos para trabalhos futuros.

Ainda que a amostra não seja representativa do conjunto completo dos casos existentes, visto que são apenas nove casos, aplicou-se as ferramentas da estatística para verificar se a associação/correlação entre a economia municipal e determinado tipo de financiamento eleitoral predominante em uma cidade (financiamento com recursos de pessoas jurídicas ou com outro tipo de recurso) é estatisticamente significativa<sup>34</sup>.

O desenvolvimento da pesquisa seguiu os passos assim elencados: 1) revisão da literatura acerca do financiamento político, em geral, e do financiamento de campanhas eleitorais no Brasil; 2) revisão bibliográfica sobre aspectos econômicos do Rio Grande do Sul e, especificamente, sobre os municípios selecionados; 3) coletas dos dados econômicos dos municípios selecionados nos repositórios de informações do IBGE; 4) coleta dos dados referentes ao financiamento eleitoral e aos processos eleitorais nos municípios selecionados no repositório de dados eleitorais do TSE, e organização dos mesmos; 5) análise e interpretação dos dados à luz da bibliografia sobre o tema, da legislação pertinente à época das campanhas e das características econômicas dos municípios; e 6) apresentação dos resultados e conclusões.

Além da orientação empírica requerida pelas pesquisas em ciências sociais, as investigações nessa área devem disponibilizar informações satisfatórias para que possam ser falseadas e/ou replicadas (SILVA; CERVI, 2017, p. 79). Diante disso, destacam-se os procedimentos e as fontes mobilizadas no decorrer desta pesquisa.

De modo geral, os dados foram provenientes de cinco fontes: 1) o portal *Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais* do TSE<sup>35</sup>; 2) o *Sistema de Prestação*

---

medidas de dispersão; e a distribuição dos casos em relação a determinadas variáveis pode ser verificada por meio do polígono de frequências.

<sup>34</sup> Cabe ressaltar que, conforme Gil (2008a, p. 17), ainda que o método estatístico permita um razoável grau de precisão, as explicações obtidas mediante a utilização das técnicas estatísticas não podem ser consideradas absolutamente verdadeiras, mas dotadas de significativa probabilidade de serem verdadeiras – probabilidade que depende do grau de confiança estatística da pesquisa.

<sup>35</sup> Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/contas-eleitorais/contas-eleitorais-normas-e-regulamentos>>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

de *Contas Eleitorais* do TSE<sup>36</sup>; 3) o projeto *Às Claras* do portal Transparência Brasil<sup>37</sup>; 4) o *site* do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul<sup>38</sup>; e 5) os *sites* das Câmaras de Vereadores. Para os fins desta investigação, coletou-se dados referentes às características socioeconômicas dos eleitos, ao financiamento das campanhas e ao desempenho eleitoral das candidaturas que obtiveram êxito.

Para cada processo eleitoral analisado, a coleta de dados obedeceu ao seguinte procedimento: 1) nos *sites* dos Legislativos Municipais, foi realizada a identificação dos eleitos e seus respectivos partidos; 2) no portal *Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais*, foram coletadas as informações referentes ao número de candidatos, sexo dos eleitos, grau de instrução e profissão declarada; 3) no *Sistema de Prestação de Contas Eleitorais*, foram encontrados os dados referentes às fontes de financiamento dos eleitos. Agrupou-se as receitas dos candidatos em cinco categorias: recursos de pessoas físicas, recursos de pessoas jurídicas, recursos partidários, recursos próprios e outras receitas; e 4) no projeto *Às Claras*, obteve-se os dados referentes ao desempenho eleitoral dos eleitos: número de votos e custo do voto. No *site* da Fundação de Economia e Estatística<sup>39</sup> do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, buscou-se a caracterização socioeconômica dos municípios selecionados.

O procedimento analítico seguiu as seguintes etapas: 1) em cada processo eleitoral (2008 e 2012), para cada um dos municípios analisados e para cada um dos eleitos, ocorreu a distribuição do volume total de recursos obtidos para sua campanha entre as cinco categorias de financiamento; 2) os valores brutos foram transformados em percentagens e foi verificado qual a fonte de recurso que predominou em relação às demais em cada um dos candidatos eleitos; 3) na sequência, ocorreu a mesma distribuição quanto à fonte de recurso que predominou no conjunto dos eleitos em cada um dos pleitos e em cada um dos municípios; e 4) por último, deu-se a incorporação dos dados econômicos na análise e os testes estatísticos entre os pleitos nas diferentes cidades a fim de confrontar a hipótese norteadora desta investigação.

---

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/contas-eleitorais/contas-eleitorais-normas-e-regulamentos>>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://www.asclaras.org.br/@index.php>>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

<sup>38</sup> Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/>>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

<sup>39</sup> Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>>. Acesso em: 14 de abril de 2021.

### 3 BREVE CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL E DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Neste capítulo, em um primeiro momento, são apresentados aspectos gerais da economia do estado do Rio Grande do Sul no período que compreende de 1998 a 2013. A opção por esse intervalo temporal ocorre por duas razões: 1) a disponibilidade do *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul* (RIO GRANDE DO SUL, 2013), responsável por fornecer uma síntese socioeconômica da realidade gaúcha do período; e 2) a possibilidade de abarcar e enfatizar os anos em que ocorreram os dois processos eleitorais objetos deste trabalho. Em um segundo momento, de modo sumário, são descritos os perfis econômicos de nove municípios selecionados. Por fim, realiza-se o agrupamento desses municípios em três grupos, conforme suas similaridades econômicas.

#### 3.1 ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA GAÚCHA

Nesta seção, tomando como referência os três grandes setores econômicos (agropecuária, indústria e serviços), é exposto um panorama acerca dos principais aspectos da economia gaúcha. Particularmente, priorizou-se os estudos e informações referentes aos anos de 2008 e 2012, com o objetivo de compreender o contexto econômico em que ocorreram os dois processos eleitorais de interesse deste estudo.

Conforme o *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul* (RIO GRANDE DO SUL, 2013), no que se refere à agropecuária, no período de 1998 a 2013, o Rio Grande do Sul ocupou a posição de terceiro maior produtor de soja do Brasil, sendo o grão o principal produto agrícola do estado. Para além da soja, destaca-se no período o cultivo do trigo e, principalmente, do arroz<sup>40</sup> - o qual o RS é o maior produtor brasileiro. Outras culturas relevantes foram a do milho, a da mandioca, a do fumo<sup>41</sup> e

---

<sup>40</sup> Muitos municípios da Metade Sul do estado, especialmente aqueles que possuíam o arroz como produto hegemônico em suas economias, apresentaram um crescimento elevado em 2008, devido às boas condições climáticas do período (COLOMBO *et al*, 2011).

<sup>41</sup> Em relação ao cultivo do fumo, o estado é o maior produtor brasileiro, mas a produção está em constante queda, já que é alvo de políticas de substituição e diversificação de cultura, reflexo da queda no consumo mundial e aumento nas restrições ligadas aos efeitos negativos do hábito de fumar (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

a da uva. Por sua vez, as pastagens naturais da campanha gaúcha permitiram a expansão das atividades pecuárias, de grande repercussão na economia regional.

Colombo *et al* (2011), avaliando e discutindo os fatos econômicos que mais marcaram os municípios gaúchos entre 2004 e 2008, salientam que, dentre os 496 municípios do RS, 147 possuíam como principal atividade setorial a agropecuária (29,6% do total). Para esses municípios, relatam os autores, “a agropecuária é o setor que diretamente mais afeta suas economias, sem contar seus efeitos indiretos sobre a indústria e os serviços” (COLOMBO *et al*, 2011, p. 20). Desse modo, no que se refere à estrutura produtiva do RS, enquanto a agropecuária correspondia a apenas 9,8% do Valor Bruto Agregado (VAB) total<sup>42</sup> do Estado em 2008, 29,6% dos municípios dependiam direta e significativamente dela. Assim, concluem Colombo *et al* (2011, p. 20) que “o desempenho do setor agropecuário, apesar de ser o menor dos três setores em valor, afeta um grande número de municípios e regiões”.

Assim como Colombo *et al* (2011), Lazzari (2010) também identifica a importância do setor agropecuário para os pequenos municípios. Analisando os dados de 1985 a 2009, Lazzari (2010) destaca que cerca de 55% do VAB da agropecuária gaúcha possuía origem em municípios com menos de 15 mil habitantes. Além disso, com base no Censo Agropecuário de 2006, o autor realça a relevância da agricultura familiar na geração de empregos: em 2006, a agricultura familiar empregava quase 1 milhão de pessoas e gerava mais de R\$ 9 bilhões, enquanto que a não familiar empregava pouco menos de 240 mil pessoas e gerava R\$ 7,6 bilhões (LARAZZI, 2010).

Em relação ao setor industrial, no período de 1996 a 2012, houve uma consolidação da indústria gaúcha, tornando o RS um dos estados com maior grau de industrialização do país (FEE, 2013b). No período, o principal ramo da indústria gaúcha foi o de produtos alimentícios, responsável por substancial parcela do valor da produção fabril. Na sequência, a metalurgia e as indústrias mecânica, química, farmacêutica, de vestuário e calçado e de madeira e mobiliário se destacaram (FEE, 2013b).

---

<sup>42</sup> O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma do Valor Agregado Bruto (VAB) total e dos impostos. O VAB total é a soma do VAB da agropecuária, da indústria e dos serviços. O VAB da administração pública já está incluído no VAB dos serviços.

No que se refere à distribuição espacial, a produção industrial gaúcha se concentrou principalmente no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul (RUCKERT, 2012). Na área industrial da Região Metropolitana de Porto Alegre, a mais desenvolvida do estado, além da indústria mecânica e metalúrgica, alcançou também considerável expressão o setor alimentício e a indústria de calçados e de artefatos de couro. Outra área industrial relevante no período foi a dos municípios de Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Farroupilha e Santa Cruz do Sul. Nesses municípios, a atividade fabril foi marcada pela produção de vinho e beneficiamento de produtos agropastoris. Por fim, no restante do estado, destacaram-se diversos centros industriais dispersos, ligados ao processamento de matérias-primas agropastoris, como Erechim, Passo Fundo, Santa Maria, Santana do Livramento, Rosário do Sul, Pelotas, Rio Grande e Bagé (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Em 2008, 31 municípios (6,3% do total), possuíam a indústria como principal atividade econômica (COLOMBO *et al*, 2011). No entanto, o efeito era exatamente o oposto da agropecuária: o setor industrial era responsável por 26,6% do VAB do Rio Grande do Sul, porém apenas 6,3% dos municípios do Estado dependiam preponderantemente dessa atividade em termos relativos (COLOMBO *et al*, 2011). Portanto, Colombo *et al* (2011) percebem que o VAB da indústria gaúcha era localizado em poucos municípios, porém esses municípios possuíam um VAB bastante significativo.

Afirmam Colombo *et al* (2011, p. 20), por sua vez, que o setor de serviços “é recorrentemente o setor mais representativo do VAB do RS”, sendo a atividade econômica principal em 318 municípios (64,1% do total) no ano de 2008. Tal percentual é alinhado com a participação do setor no VAB total do estado, que foi de 63,5%. Na distribuição das atividades econômicas no Rio Grande do Sul, os dados do período entre 2010 e 2013, divulgados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), indicam a predominância do setor de serviços - 315 municípios (63,5%) apresentaram os serviços como principal setor do seu PIB; 140 (28,2%), agropecuária; e, 41 (8,3%) municípios, a indústria (FEE, 2013a). Além disso, é possível dizer que o setor de serviços se encontrava geograficamente bastante disperso no RS, tendo sua geração de riquezas espalhada em um grande número de municípios (CARGNIN, 2014).

Ainda sobre o setor de serviços, o mais representativo na riqueza gerada pela economia gaúcha, Cargnin (2014) destaca que o conjunto das atividades de comércio

e reparação cresceu 21,9% no Estado entre 2010 e 2013. Dentre os municípios mais populosos, o município de Caxias do Sul foi o que apresentou o melhor desempenho. No que tange à concentração, segundo os dados do *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul* (RIO GRANDE DO SUL, 2013), em 2012, os municípios com maior participação no VAB do setor possuíam 50,4% do total dos serviços do Rio Grande do Sul. Em sua maioria, o VAB total dos municípios dependeu majoritariamente do setor de serviços, como foram os casos de Santa Maria (81,9%), Passo Fundo (77,9%) e Pelotas (77,8%).

Em 14 de dezembro de 2011, a FEE divulgou os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Rio Grande do Sul nos anos 2010-2011<sup>43</sup>. Os dados apresentados pela FEE<sup>44</sup> utilizavam indicadores das estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No período, os setores da indústria e dos serviços foram os que impulsionaram o crescimento do PIB. Em relação ao período anterior (2008-2009), não houve alterações significativas, com duas exceções. Em 2009, houve um grande prejuízo para a lavoura de soja, em função da estiagem, o que prejudicou o desempenho das cidades produtoras dessa cultura, assim como os produtores de arroz. Além disso, a crise internacional de 2009 também abalou o desempenho da indústria de transformação no RS (LARAZZI, 2010; FEE, 2013b; CARGNIN, 2014).

Em 2013, a FEE apresentou o *RS em Números*, publicação anual da FEE que apresentava um conjunto sintético das principais informações socioeconômicas do Estado do Rio Grande do Sul (FEE, 2013a). Considerando o período entre 2011 e 2013, a publicação trazia que o maior setor da economia gaúcha seguia sendo o de serviços, com participação de 62%, seguido pela indústria, com 29%, e pela agropecuária, com 9%<sup>45</sup>. Os quatro maiores municípios do Rio Grande do Sul (Porto

---

<sup>43</sup> Na listagem apresentada pela instituição, entre os dez municípios com as maiores economias, encontravam-se cinco dos nove municípios selecionados para esta pesquisa (Caxias do Sul, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Pelotas e Passo Fundo). Além do PIB municipal, a estatística da FEE apresentou as dez maiores concentrações de PIB per capita do Estado. Nesta lista, quando se atenta para o rol de municípios eleitos para esta investigação, apenas Santa Cruz do Sul se destaca. A principal razão para municípios de pequena população predominarem nesse índice é a localização de grandes indústrias nessas cidades.

<sup>44</sup> "FEE apresenta PIB dos municípios gaúchos". Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/fee-apresenta-pib-dos-municipios-gauchos>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

<sup>45</sup> Em 2014, a composição do PIB gaúcho foi a seguinte: agropecuária (9,3%), indústria (23,4%) e serviços (67,3%). Diante desses números, mais uma vez fica evidente o peso dos serviços na configuração da geração de renda no Rio Grande do Sul (IBGE, 2018).



Alegre, Canoas, Caxias do Sul e Rio Grande) concentravam um terço de tudo o que foi produzido no estado (FEE, 2013a). No período, o estado registrou recessão em dois anos. Em 2012, em razão da estiagem que atingiu o setor agropecuário e, em 2011, fruto da crise internacional que abalou o desempenho da indústria de transformação (FEE, 2013b).

Em síntese, no que se refere ao setor agropecuário, pode-se afirmar que, apesar da sua participação modesta no PIB do Rio Grande do Sul no período de 1998 a 2013, quando se observa o conjunto dos pequenos municípios, o VAB agropecuário foi muito relevante<sup>46</sup>. O setor industrial, por sua vez, ainda que não tenha sido a parcela mais expressiva do PIB, respondeu por parte significativa da riqueza produzida no estado e se concentrou em algumas regiões e municípios - em especial nos municípios de médio e grande porte. Por fim, o setor de serviços foi aquele que apresentou o maior peso no PIB gaúcho, estando disperso geograficamente e - na maioria dos municípios - englobando mais de 50% do VAB gerado.

### 3.2 PERFIS ECONÔMICOS DE NOVE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

A partir das informações obtidas por meio de relatórios da FEE e de estudos que se debruçaram sobre a economia dos municípios gaúchos entre os anos de 2008 e 2012, é possível afirmar que o setor de serviços representou não só uma parte significativa do PIB dos municípios do Rio Grande do Sul no período, mas também o setor econômico mais importante do estado (LARAZZI, 2010; COLOMBO *et al*, 2011; FEE, 2013a e 2013b; RIO GRANDE DO SUL, 2013). Em 2008, 64,1% dos municípios gaúchos apresentaram como principal setor econômico os serviços, os quais também representaram 63,5% do total de riqueza gerada pelos três principais setores econômicos no estado (agropecuária, indústria e serviços) (COLOMBO *et al*, 2011). Em 2012 - apesar do desempenho negativo do setor agropecuário, com queda de 28,1%, e do setor industrial, com recuo de 2,1% - o setor de serviços apresentou crescimento de 2,4% no Estado (FEE, 2013b).

As economias de Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana - municípios

---

<sup>46</sup> Como o recorte deste trabalho englobou os municípios de porte médio, os baixos números do setor agropecuário que serão vistos na próxima seção - com exceção de Uruguaiana - parecem justificáveis, à medida que o setor se concentra nos pequenos municípios.

selecionados para este estudo - não escaparam à preponderância do setor de serviços. Em 2008, mesmo desconsiderando a participação da administração pública nos serviços, em média, o setor foi responsável por cerca de 50% do PIB dos municípios em questão; em 2012, essa média se manteve<sup>47</sup>. Mesmo sendo predominante nos nove municípios, no ano de 2008, em Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas o setor de serviços foi ainda mais relevante - representando, respectivamente, 64,3%, 62,2% e 58,1% do PIB desses municípios. Em 2012, os números não foram muito diferentes: Passo Fundo (61,2%), Santa Maria (59,8%) e Pelotas (57,1%)<sup>48</sup>.

Diante da preponderância do setor de serviços, opta-se por desconsiderar os dados acerca desse setor na análise da influência dos PIBs municipais no investimento eleitoral dos candidatos eleitos - atentando-se, por sua vez, para dois setores: indústria e administração pública<sup>49</sup>. Quando se excetua o setor de serviços, torna-se mais visível os distintos perfis econômicos dos nove municípios alvos deste trabalho. Além disso, a ênfase no setor industrial e no setor público encontra correspondência nos objetivos principais da presente investigação. Não serão ainda consideradas as parcelas dos PIBs municipais referentes à agropecuária e aos impostos; no primeiro caso, por representar parcela pouco significativa no PIB de todos os nove municípios, exceção feita à Uruguaiana; no segundo, por ser o resultado da configuração econômica do município e não a causa. De todo modo, traçam-se considerações sobre os casos em que o setor agropecuário e os impostos representam parte significativa dos PIBs municipais.

Os Gráficos 1 e 2 trazem os dados setoriais dos PIBs municipais de Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria,

---

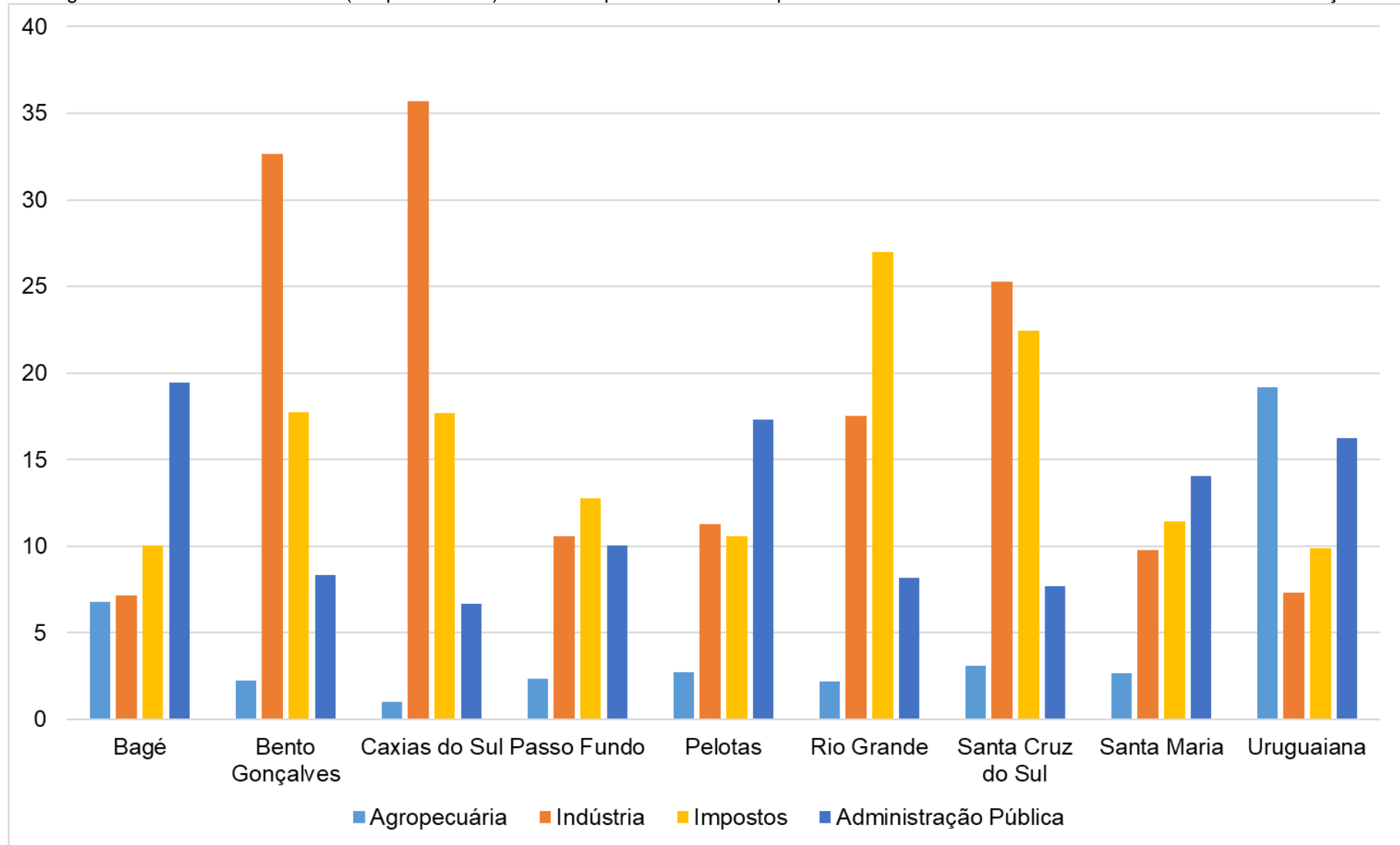
<sup>47</sup> Cabe ressaltar que, para fins de especificar o PIB dos municípios, o IBGE desagrega o PIB municipal em cinco setores: agropecuária; indústria; serviços; impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; e administração pública (a qual inclui administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) (IBGE, 2017). Contudo, as análises econômicas, em geral, consideram o setor de serviços e o de administração pública como um único setor. Para os fins desta pesquisa, trabalha-se com a perspectiva de cinco setores econômicos e compreende-se serviços e administração pública como dimensões econômicas distintas.

<sup>48</sup> “Produto Interno Bruto dos Municípios”. Dados disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio>>. Acesso em: 08 de julho de 2021.

<sup>49</sup> Os gráficos nos quais o setor de serviços está incluído podem ser cotejados no Apêndice C deste trabalho.

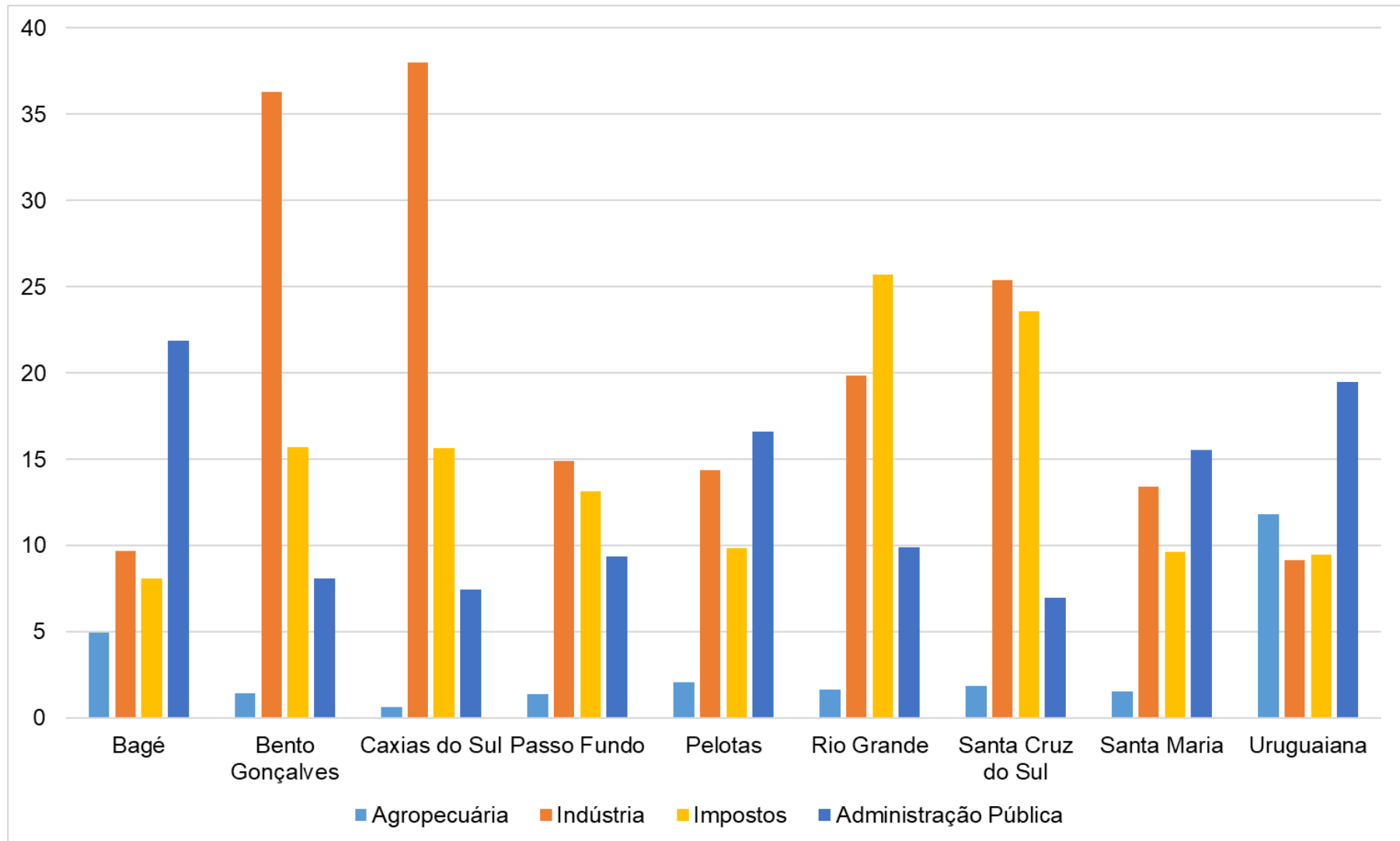
Santa Cruz do Sul e Uruguaiana nos anos de 2008 e 2012, desconsiderando o setor de serviços e destacando a participação da administração pública.

Figura 1 - Produto Interno Bruto (em percentuais) dos Municípios Seleccionados por Setor Econômico no Ano de 2008 - exceto setor de serviços



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 2 - Produto Interno Bruto (em percentuais) dos Municípios Seleccionados por Setor Econômico no Ano de 2012 - exceto setor de serviços



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com base nos Gráficos 1 e 2, percebe-se que a agropecuária foi o setor econômico predominante no município de Uruguaiana em 2008 (19,2% do PIB do município), seguida pela administração pública (16,2%). Contudo, em 2012, a administração pública passou a constituir a parcela mais relevante do PIB do município (19,5% do total). Ainda assim, quando se compara com os demais municípios deste estudo, a participação do setor agropecuário em Uruguaiana foi muito significativa em 2012 (11,8%). Considerando o VAB da atividade agropecuária em 2008, dentre os maiores municípios gaúchos no setor, Uruguaiana teve o maior crescimento (88,7%), passando da nona para a primeira posição (COLOMBO *et al*, 2011).

Na economia uruguaianense, destacam-se a cultura de arroz<sup>50</sup>, gado bovino de raças nobres europeias, gado ovino de corte e lã, gado bubalino de corte; e o comércio exterior - esse último devido à vasta infraestrutura portuária do maior porto seco da América Latina, situado na BR-290 (rodovia que liga Uruguaiana a Alegrete e, mais adiante, Porto Alegre)<sup>51</sup>. Analisando o desempenho de Uruguaiana em 2008, tem-se que a área plantada de arroz cresceu 37,5%, a quantidade produzida subiu 46,3% e o valor da produção, 128% (COLOMBO *et al*, 2011). Portanto, percebe-se que (1) a agropecuária é a principal atividade produtiva do município e (2) o crescimento acentuado da economia de Uruguaiana no período esteve fortemente ligado ao cultivo de arroz.

Conforme o Gráfico 1, no ano de 2008, Bagé, Pelotas e Santa Maria ostentavam as maiores participações da administração pública em seus PIBs - respectivamente, 19,5%, 17,3% e 14%. Em 2012, como se percebe no Gráfico 2, a principal alteração foi a inclusão de Uruguaiana no grupo de municípios com parcela expressiva do PIB composta pela administração pública: Bagé (21,9%), Uruguaiana (19,5%), Pelotas (16,6%) e Santa Maria (15,6%)<sup>52</sup>. Uma provável explicação para a

---

<sup>50</sup> Em termos de plantio, Uruguaiana é a cidade com a maior produção de arroz não apenas do RS, mas também do Brasil. A cultura do arroz correspondeu a 98,7% dos hectares plantados no município e a 98,8% do valor da produção agrícola de 2018, de acordo com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal. "Diagnóstico Municipal - Uruguaiana". Disponível em: <<https://www.uruguaiana.rs.gov.br/portal/secretarias-paginas/111/diagnostico-cidade-empresadora/>>. Acesso em: 08 de setembro de 2022.

<sup>51</sup> "Desenvolvimento Econômico". Disponível em: <<https://www.uruguaiana.rs.gov.br/portal/secretarias/20/desenvolvimento-economico>>. Acesso em: 08 de setembro de 2022.

<sup>52</sup> Em 2008, Uruguaiana já contava com uma parcela significativa de seu PIB composta pela administração pública (16,2%). Porém, o setor agropecuário apresentava uma participação maior

relevante presença do setor público nesses municípios é - para além da costumeira instalação de instituições municipais, estaduais e federais nos municípios de médio porte - o estabelecimento de universidades federais<sup>53</sup> e de instituições militares<sup>54</sup> em seus limites.

A agricultura, a pecuária e o comércio local constituíram a base da economia bageense nos anos de 2008 e 2012. Cidade eminentemente agropecuária, Bagé apresentou como sua atividade industrial predominante o beneficiamento de laticínios<sup>55</sup>. Contudo, o município se destacou principalmente pela formação de um setor público forte, especialmente na área educacional. À época, Bagé possuía uma universidade particular (Universidade da Região da Campanha - Urcamp), uma universidade federal (Universidade Federal do Pampa) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Além disso, foi marcante no município, desde sua fundação, a presença do Exército, por ser cidade de fronteira. Desse modo, Bagé é a sede da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada e conta com quatro quartéis e um hospital militar (que atende a toda região), para além de uma unidade da Justiça Militar<sup>56</sup>.

Em 2008 e 2012, a economia do município de Santa Maria dependeu principalmente do serviço público (Gráficos 1 e 2), destacando-se na região e no Rio Grande do Sul pela prestação de serviços nas áreas comercial, educacional, médico hospitalar, rodoviário e militar policial (MACHADO, 2008). Em 2012, essas funções urbanas terciárias absorveram mais de 80% da população ativa da cidade, principalmente o setor ocupado em atividade comercial e educacional (FEE. 2013b). Ainda no aspecto funcional da cidade, apareceu em segundo lugar o setor primário (agropecuário) e em terceiro lugar, o setor secundário, que no geral eram indústrias

---

(19,2%). Em 2012, essas posições se inverteram: a participação do setor público no PIB se sobrepôs à da agropecuária.

<sup>53</sup> Bagé e Uruguaiana contam com a presença de unidades da Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Pelotas, com a Universidade Federal de Pelotas (UFPel); e Santa Maria, com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<sup>54</sup> Sobre a presença do Exército e da Aeronáutica na organização espacial do Rio Grande do Sul e de Santa Maria/RS, ver Machado (2008).

<sup>55</sup> "Economia". Disponível em: <<http://www.alternet.com.br/bage/economia/index.html>>. Acesso em: 08 de setembro de 2022.

<sup>56</sup> "Projeto de Lei nº 877/2011". Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/0/4512907a688ffca483257864005af7ba?OpenDocument>>. Acesso em: 08 de setembro de 2022.

de pequeno e médio porte, voltadas principalmente para o beneficiamento de produtos agrícolas, metalurgia, mobiliários, calçados, laticínios, etc.<sup>57</sup>

Santa Maria, por sua posição geográfica central e por se situar na metade sul do estado, foi, desde os tempos do império, historicamente estratégica na questão dos conflitos com os *países do prata*. Por tal motivo, por várias décadas os investimentos concentrados no local foram referentes à segurança nacional. Assim, formaram-se uma estrutura e uma vocação econômica do município voltada para a prestação de serviços, posteriormente acentuada com o estabelecimento dos serviços públicos estatais e federais e com o desenvolvimento do comércio (MACHADO, 2008).

Com base nos Gráficos 1 e 2, nota-se que Pelotas, em 2008 e 2012, apresentou como principal setor do PIB o setor público, seguido - principalmente em 2012 - de perto pelo setor industrial<sup>58</sup>. Além da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense (IFSul), o município também contava com o Hospital Escola da UFPel, referência regional, e cinco instalações militares. No período, os setores econômicos marcantes de Pelotas foram o agronegócio e o comércio<sup>59</sup>. A região pelotense alcançou a posição de maior produtora de pêssego para a indústria de conservas do país, além de produzir outros produtos como aspargo, pepino, figo e morango. No município também se encontrou a presença de indústrias ligadas ao setor de agronegócios, têxtil, curtimento de couro e panificação. Em 2012, o reflorestamento para produção de papel e celulose foi uma atividade econômica que emergiu em toda a região (FEE, 2013b).

O município de Passo Fundo, em 2008, conforme se observa no Gráfico 1, apresentou como principal setor produtivo o industrial; a administração pública apareceu em segundo lugar no *ranking* de participação no PIB municipal. Em 2012, esse mesmo cenário permaneceu, porém, com um crescimento expressivo da participação do setor industrial na riqueza gerada pelo município - cerca de 15% do

---

<sup>57</sup> “Econômico”. Disponível em: <<https://www.santamaria.rs.gov.br/economico/484-economico>>. Acesso em: 08 de setembro de 2022.

<sup>58</sup> A economia de Pelotas está fortemente alicerçada nas atividades de comércio e serviços que, juntas, representavam 77,8% do PIB do município, em 2017. Dentre essas atividades, destacam-se os serviços públicos que, isoladamente, representavam 17,1% do PIB do município naquele mesmo ano. Por outro lado, a tradição industrial e, particularmente, agroindustrial de Pelotas vem perdendo força nos últimos tempos. Ainda em 2017, o PIB industrial de Pelotas representava apenas 9,9% do PIB municipal (VARGAS, 2020).

<sup>59</sup> “Prefeitura Municipal de Pelotas”. Disponível em: <<https://www.pelotas.com.br/>>. Acesso em: 08 de setembro de 2022.



PIB Municipal. Porém, a base econômica do município se concentrou fundamentalmente na agropecuária e no comércio, além de contar com forte setor de saúde e educacional. De modo geral, a produção e a renda estão centradas nos setores do comércio, sobretudo o varejista, e de serviços, responsável por mais de 70% dos empregos em 2012 (FEE, 2013b).

Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul e Rio Grande apresentaram as maiores participações do setor industrial em seus PIBs - tanto em 2008 quanto em 2012. Quando se observa os dados da Tabela 1 e se compara os Gráficos 1 e 2, percebe-se não só como os valores da participação industrial nos PIBs municipais são elevados como houve crescimento do setor nos quatro municípios no período. Em 2008, dentre os municípios com os maiores VABs do setor industrial, destacaram-se os altos crescimentos de Caxias do Sul (16,2%), Rio Grande (24,3%) e Santa Cruz do Sul (14,0%). Crescendo, mas abaixo da média do RS, estava o município de Bento Gonçalves (8,2%) (COLOMBO *et al*, 2011).

Tabela 1 - Participação do Setor Industrial no PIB dos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul e Rio Grande em 2008 e 2012

<b>Município</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>
Caxias do Sul	35,7%	38%
Bento Gonçalves	32,7%	36,3%
Santa Cruz do Sul	25,25%	25,4%
Rio Grande	17,5%	19,8%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O exitoso desempenho das atividades de máquinas e implementos agrícolas e metal-mecânica impulsionou o VAB do município de Caxias do Sul em 2008. O resultado da atividade de máquinas e equipamentos esteve associado ao crescimento na produção de implementos e instalações agrícolas, como tratores, colheitadeiras e silos, derivados do crescimento da renda agrícola e da expansão de linhas de crédito direcionadas ao setor (COLOMBO *et al*, 2011). Além disso, o aumento na demanda de bens de consumo duráveis, que ocorreu em função do crescimento da renda e da expansão do crédito, deu um forte impulso à produção de aparelhos de ar condicionado (FEE, 2013a). No caso dos veículos automotores, a produção de

implementos rodoviários (reboques e semirreboques) e de carrocerias para caminhões e ônibus também esteve, em parte, associada à demanda do setor agrícola, além do aumento dos investimentos em formação bruta de capital fixo (COLOMBO *et al*, 2011).

No setor industrial, o município de Rio Grande apresentou, em 2008, um desempenho muito positivo. Naquele ano, iniciaram-se pesados investimentos locais, incluindo a integração do primeiro dique seco do Brasil e a construção da plataforma P-53, incluída no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) (COLOMBO *et al*, 2011). Muito em função desses investimentos, o crescimento industrial do Município foi bastante intenso (24,3%), caracterizando-se como o grande destaque positivo do setor industrial do RS em 2008 (FEE, 2013b).

Como é possível observar nos Gráficos 1 e 2, os municípios de Rio Grande e de Santa Cruz do Sul se destacam pela significativa presença dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos<sup>60</sup> em seus PIBs. Em Rio Grande, no ano de 2008, os impostos representaram 27% do PIB; em Santa Cruz do Sul, 22,4%. Números que se mantiveram semelhantes em 2012: 25,7% em Rio Grande e 23,6% em Santa Cruz do Sul. Esses percentuais expressivos de impostos no montante do PIB podem ser explicados devido ao caráter exportador alcançado pelos dois municípios no período.

Em 2008, as principais indústrias de tabaco do Brasil estavam presentes em Santa Cruz do Sul. Entre as instaladas na cidade se encontravam a Souza Cruz, líder em participação de mercado no País, e a Philip Morris, que respondia por 54% da arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do município, entre outras. Já o município de Rio Grande se destacava pelas fábricas de insumos agrícolas e pela construção de embarcações e estruturas flutuantes. Além da relevante indústria naval, Rio Grande contava com um estaleiro que possuía o maior dique seco do continente e o terceiro maior do mundo.

Por fim, destaca-se o município de Bento Gonçalves com um PIB industrial, nos anos de 2008 e 2012, próximo aos números de Caxias do Sul, cidade tradicionalmente reconhecida pelo seu robusto parque industrial. Em 2012, o município de Bento Gonçalves figurava entre as dez maiores economias do Rio Grande do Sul (FEE,

---

<sup>60</sup> *Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos* consistem nos impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios (IBGE, 2017).

2013a). Os principais setores que moviam o município eram o moveleiro e o vitivinícola, mas também estavam fortemente presentes os setores alimentício e metalúrgico (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Exposto, de maneira sucinta, as características mais marcantes da economia dos municípios de Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana, e comentado os gráficos que trazem a divisão do PIB desses municípios por setor econômico nos anos de 2008 e 2012, na sequência, apresenta-se uma divisão dos nove municípios em três grupos, de acordo com suas similaridades econômicas. No Quadro 1, os municípios estão organizados, de cima para baixo, em ordem decrescente quanto ao percentual de participação industrial em seus PIBs em 2008 e 2012 e em ordem crescente quanto ao percentual de participação do setor público na riqueza gerada pelos municípios nos mesmos anos.

Primeiramente, comparando o *ranking* decrescente da participação industrial no PIB municipal com o *ranking* crescente da participação da administração pública na riqueza municipal nos anos de 2008 e 2012, percebe-se no Quadro 1 uma relação inversamente proporcional entre os setores: os municípios com maior participação industrial em seus PIBs apresentaram os menores percentuais de presença da administração pública na riqueza gerada pelos municípios e vice-versa. Entende-se isso como um indicativo de que tanto a indústria quanto o setor público caracterizam economicamente os municípios selecionados, seja pela maior ou menor participação em seus PIBs.

Em um segundo momento, para perceber a proximidade, a similaridade e o eventual agrupamento dos municípios, a cada um foi associada uma cor: pegando-se a primeira coluna, começou-se com tons de vermelho para os municípios mais industrializados até tons de azul para municípios menos industrializados, passando por tons de amarelo nos municípios entre esses dois polos; nas demais colunas, somente foi repetida a cor aplicada ao município na primeira.

Figura 3 - Ranking da participação industrial e participação da administração pública nos PIBs dos nove municípios nos anos de 2008 e 2012

<b>Indústria (2008)</b>	<b>Indústria (2012)</b>	<b>Administração Pública (2008)</b>	<b>Administração Pública (2012)</b>
<b>Caxias do Sul (35,7%)</b>	<b>Caxias do Sul (38%)</b>	<b>Caxias do Sul (6,7%)</b>	<b>Santa Cruz do Sul (7%)</b>
<b>Bento Gonçalves (32,7%)</b>	<b>Bento Gonçalves (36,3%)</b>	<b>Santa Cruz do Sul (7,7%)</b>	<b>Caxias do Sul (7,4%)</b>
<b>Santa Cruz do Sul (25,3%)</b>	<b>Santa Cruz do Sul (25,4%)</b>	<b>Rio Grande (8,2%)</b>	<b>Bento Gonçalves (8,1%)</b>
<b>Rio Grande (17,5%)</b>	<b>Rio Grande (19,8%)</b>	<b>Bento Gonçalves (8,3%)</b>	<b>Passo Fundo (9,4%)</b>
<b>Pelotas (11,3%)</b>	<b>Passo Fundo (14,9%)</b>	<b>Passo Fundo (10,1%)</b>	<b>Rio Grande (9,9%)</b>
<b>Passo Fundo (10,6%)</b>	<b>Pelotas (14,4%)</b>	<b>Santa Maria (14,1%)</b>	<b>Santa Maria (15,6%)</b>
<b>Santa Maria (9,8%)</b>	<b>Santa Maria (13,4%)</b>	<b>Uruguaiana (16,2%)</b>	<b>Pelotas (16,6%)</b>
<b>Uruguaiana (7,3%)</b>	<b>Bagé (9,7%)</b>	<b>Pelotas (17,3%)</b>	<b>Uruguaiana (19,5%)</b>
<b>Bagé (7,1%)</b>	<b>Uruguaiana (9,2%)</b>	<b>Bagé (19,5%)</b>	<b>Bagé (21,9%)</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: As duas primeiras colunas se referem à participação da indústria no PIB municipal nos anos de 2008 e 2012, respectivamente, e os dados foram ordenados de modo decrescente - de cima para baixo. Nas últimas duas colunas, tem-se a participação da administração pública no PIB municipal nos anos de 2008 e 2012, respectivamente, e os dados foram ordenados de forma crescente - de cima para baixo.

Utilizando esse recurso visual, é possível observar a formação de três grupos. Os municípios com tons vermelhos se concentram na extremidade superior do Quadro 1 e são, basicamente, os municípios com alta participação da indústria nos seus PIBs e com baixa presença do setor público no período. Os municípios com tons azuis, por sua vez, aparecem na extremidade inferior do Quadro 1 e se caracterizam, principalmente, por uma participação significativa da administração pública em seus PIBs, em contraponto à fraca presença industrial. Por fim, os municípios com tonalidades amarelas ficam na parte central do Quadro 1, ainda que um ou outro município deste grupo avance um pouco mais para a extremidade superior ou inferior. De modo geral, esses municípios mais centralizados no Quadro 1 se caracterizam por um maior equilíbrio entre a participação da indústria e do setor público em seus PIBs.

Diante disso, e tomando essas características econômicas como referência, define-se três conjuntos de municípios: os municípios de economia industrializada, os municípios de economia equilibrada e os municípios de economia ancorada na administração pública<sup>61</sup>. Os *municípios de economia industrializada* são Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul e se caracterizam pela presença em seus municípios de grandes empresas, que constituem um setor industrial fortemente estabelecido e robusto. Os *municípios de economia equilibrada* são Passo Fundo, Pelotas e Rio Grande e são marcados pela presença tanto de instituições públicas (em especial instituições de saúde, educacionais e militares) quanto de empresas de grande porte, que formam um parque industrial significativo. Os *municípios de economia ancorada na administração pública* são Bagé, Santa Maria e Uruguaiana e apresentam uma configuração econômica fortemente dependente da presença de instituições públicas nos seus municípios, em especial universidades e instituições militares - em geral, pela trajetória histórica desses municípios, a economia municipal se moldou de forma a atender às necessidades das instituições públicas instaladas.

---

<sup>61</sup> Ressalta-se que se trata de uma tipologia, a qual tem como finalidade auxiliar na análise e no alcance dos objetivos deste trabalho. De tal modo, tem-se a consciência de que nenhum dos municípios selecionados esgota sua economia nos limites e nas características traçadas para os conjuntos de municípios acima apresentados.

## **4 FONTES DE FINANCIAMENTO DOS ELEITOS NOS PROCESSOS ELEITORAIS DE 2008 E 2012 EM NOVE MUNICÍPIOS GAÚCHOS**

Antes de realizar a análise dos dados de financiamento e das diferentes origens dos recursos de campanha, neste capítulo, primeiramente, são descritas algumas características socioeconômicas e partidárias dos eleitos nos processos eleitorais de 2008 e de 2012 aos cargos dos Legislativos Municipais dos nove municípios do Rio Grande do Sul selecionados para este estudo. Em um segundo momento, explora-se os dados de financiamento das campanhas dos candidatos eleitos, de modo a identificar qual foi a fonte de recursos que predominou no conjunto dos eleitos e nas campanhas individuais. Por último, realiza-se algumas sínteses dos dados referentes ao investimento eleitoral das candidaturas vencedoras.

### **4.1 PROCESSO ELEITORAL DE 2008 EM NOVE MUNICÍPIOS GAÚCHOS**

Em 2008, 1362 candidatos concorreram às 115 cadeiras em disputa aos Legislativos Municipais de Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana (ver Apêndice D). As 115 vagas aos Legislativos Municipais em 2008 foram ocupadas por candidatos de 11 partidos (ver Apêndice E). O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) destacam-se na ocupação de cadeiras - respectivamente, 24,3% e 20% das vagas. Em Bagé, das 11 cadeiras em disputa, o PT ocupou 7; enquanto que, em Caxias do Sul, das 17 vagas, o PMDB conquistou 5. Além disso, o PT foi o único partido a ocupar cargos em todos os nove municípios. Nota-se, ainda, o Partido Progressista (PP) com 12,2% dos eleitos e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com 11,3%. Pelotas apresentou o maior número de partidos ocupando cargos na sua Câmara dos Vereadores em 2008, as 15 vagas do município foram distribuídas entre 9 partidos.

Em relação às características socioeconômicas dos eleitos, quanto ao sexo (ver Apêndice F), em 2008, lograram sucesso eleitoral 101 postulantes do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Bagé, Caxias do Sul e Santa Maria foram os municípios com o maior número de mulheres eleitas - 3 candidatas vitoriosas em cada um desses municípios. Por outro lado, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul não elegeram nenhuma candidata. Os demais municípios tiveram uma ou duas

postulantes do sexo feminino eleitas. Esses números pouco expressivos de eleitas estão de acordo com os encontrados por Sacchet e Speck (2006), indicando que as políticas de cotas que buscam incentivar as candidaturas femininas não parecem estar apresentando resultados satisfatórios.

No que se refere ao grau de instrução (ver Apêndice G), 52,2% dos eleitos possuíam ensino superior completo em 2008. Bagé, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana elegeram mais de 50% dos seus vereadores com ensino superior completo. Não é possível identificar uma diferença entre municípios com economias industrializadas ou municípios com economias ancoradas na administração pública e escolaridade dos eleitos, à medida que o número de eleitos com ensino superior completo é alto em todos os municípios selecionados. Esses dados indicam, sobretudo, um alto grau de instrução dos eleitos nos nove municípios deste estudo.

Quanto à atividade laboral declarada (ver Apêndice H), a principal ocupação profissional dos eleitos foi a de *vereador* (20,9% dos eleitos), apontando para uma profissionalização da política já em nível municipal. Na sequência, *advogados*, *empresários*, *professores* e *servidores públicos* são as profissões com mais eleitos - respectivamente, 12,2%, 11,3%, 10,4% e 9,6%. Tais números indicam uma presença significativa de profissionais liberais e servidores públicos no processo eleitoral dos municípios estudados. Pelotas se destaca no conjunto de municípios à medida que, dos 15 eleitos em 2008, 6 eram vereadores, 4 servidores públicos, 2 advogados, 2 professores e 1 comunicador. Em Bagé, dos 11 eleitos, 5 declararam ser ocupantes de cargo em comissão.

De maneira sucinta, em 2008, o processo eleitoral aos Legislativos Municipais dos nove municípios analisados se caracterizou por uma competitividade média de 12 candidatos por vaga. Os resultados da competição eleitoral indicaram uma predominância do PT e do PMDB nas Câmaras de Vereadores. Além disso, 87,8% dos postulantes eleitos eram do sexo masculino, mais da metade com ensino superior completo e mais de um quinto dos eleitos declararam atuar profissionalmente como vereadores.

Em relação aos dados de financiamento dos eleitos às assembleias legislativas municipais em 2008, as tabelas abaixo trazem, em percentuais, a distribuição dos recursos mobilizados pelos eleitos entre as cinco fontes de financiamento permitidas pela legislação eleitoral. Para que se possa observar mais detidamente as principais

fontes de recursos das campanhas dos eleitos, destaca-se em **negrito** a principal fonte utilizada pelo eleito e em *itálico* a segunda fonte mais relevante para a campanha do eleito - o mesmo é feito para os valores referentes ao conjunto dos eleitos.

No município de Bagé (Tabela 2), em 2008, quando se toma o conjunto dos eleitos, observa-se que os recursos próprios foram responsáveis por mais de 50% dos recursos empregados na campanha pelas candidaturas que lograram êxito no processo eleitoral. Os recursos de pessoas físicas foram a segunda fonte de financiamento mais relevante para os eleitos (37,5%). Recursos de pessoas jurídicas e recursos partidários, juntos, foram responsáveis por apenas 10% do investimento eleitoral das candidaturas eleitas - individualmente, 7,5% e 2,5%, respectivamente. Quando se apreende as campanhas de forma individual, dos 11 eleitos, 6 investiram majoritariamente seus próprios recursos na competição eleitoral, enquanto 5 contaram principalmente com recursos de pessoas físicas.

Na Tabela 3, observa-se os dados de financiamento dos eleitos no município de Bento Gonçalves em 2008. Nesse município, a presença dos recursos próprios foi ainda mais marcante no investimento eleitoral do conjunto dos eleitos (69%). Os recursos provenientes de pessoas físicas constituíram a segunda fonte mais mobilizada, contudo, não chegaram a representar um quinto dos recursos investidos (15,3%). Destaca-se que, dos 11 eleitos, 9 tiveram como principal fonte de financiamento os recursos investidos por eles próprios.

As fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Caxias do Sul em 2008 se encontram na Tabela 4. Diferente de Bagé e Bento Gonçalves, os recursos próprios não aparecem como a principal origem dos recursos de campanha do conjunto dos eleitos. Em Caxias do Sul, os recursos de pessoas jurídicas foram a principal fonte de financiamento (47,6%), seguidos, então, dos recursos próprios e dos recursos de pessoas físicas - respectivamente, 23,4% e 20,7%. Quando se observa os dados de financiamento individualmente, para as 17 vagas em disputa, teve-se 8 eleitos com predominância de recursos de pessoas jurídicas, 4 com recursos próprios, 4 com recursos de pessoas físicas e 1 com recursos principalmente partidários.



Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ADRIANA LARA	<b>45,8</b>	10,1	1,0	43,1	0,0	100,0
CLAUDIA SOUZA	0,0	0,0	17,1	<b>82,9</b>	0,0	100,0
DIVALDO LARA	0,0	0,0	10,5	<b>89,5</b>	0,0	100,0
DR. RUBEN SALAZAR	0,0	0,9	0,9	<b>98,1</b>	0,0	100,0
GUSTAVO MORAES	35,8	0,0	0,3	<b>64,0</b>	0,0	100,0
JUSSARA CARPES	<b>60,5</b>	10,8	0,0	28,7	0,0	100,0
OMAR GHANI	<b>88,1</b>	0,0	2,1	9,8	0,0	100,0
SONIA LEITE	<b>84,6</b>	0,0	0,0	15,4	0,0	100,0
SILVIO MACHADO	28,6	0,0	2,3	<b>69,1</b>	0,0	100,0
PAULINHO PARERA	<b>55,2</b>	29,7	1,0	14,1	0,0	100,0
EDEGAR FRANCO	4,5	0,0	4,4	<b>91,2</b>	0,0	100,0
TOTAL ELEITOS	37,5	7,5	2,5	<b>52,4</b>	0,0	100,0

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 3 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Bento Gonçalves em 2008

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
AIRTON MINUSCULI	28,04	13,40	8,85	<b>49,70</b>	0,00	100,00
ELVIO	0,00	0,00	5,00	<b>95,00</b>	0,00	100,00
GABARDO	0,00	0,00	6,99	<b>93,01</b>	0,00	100,00
GILMAR PESSUTTO	0,00	0,00	8,54	<b>91,46</b>	0,00	100,00
IVAR CASTAGNETTI	0,00	0,00	9,05	<b>90,95</b>	0,00	100,00
MAZZOCHIN	<b>74,88</b>	14,50	10,63	0,00	0,00	100,00
VALDECIR RUBBO	26,57	7,73	3,09	<b>62,60</b>	0,00	100,00
VANDERLEI SANTOS	0,00	0,00	10,07	<b>89,93</b>	0,00	100,00
ADELINO CAINELLI	0,00	0,00	17,42	<b>82,58</b>	0,00	100,00
MARCOS	26,85	<b>54,79</b>	18,36	0,00	0,00	100,00
PROF <sup>a</sup> NEILENE LUNELLI	18,82	0,00	19,14	<b>62,04</b>	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	15,31	6,39	9,30	<b>69,00</b>	0,00	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 4 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Caxias do Sul em 2008

<b>Eleitos</b>	<b>Pessoas Físicas (%)</b>	<b>Pessoas Jurídicas (%)</b>	<b>Recursos Partidários (%)</b>	<b>Recursos Próprios (%)</b>	<b>Outras Receitas (%)</b>	<b>Total (%)</b>
ANA CORSO	28,25	<b>58,80</b>	0,00	12,96	0,00	100,00
ASSIS MELO	5,04	<b>91,59</b>	3,38	0,00	0,00	100,00
DANIEL GUERRA	0,00	0,00	0,00	<b>100,00</b>	0,00	100,00
DENISE PESSOA	<b>74,67</b>	16,15	0,00	9,18	0,00	100,00
EDSON DA ROSA	21,98	<b>66,59</b>	11,43	0,00	0,00	100,00
FELIPE GREMELMAIER	<b>54,37</b>	22,55	8,60	14,48	0,00	100,00
FRANCISCO SPIANDORELLO	7,57	<b>71,92</b>	6,50	14,01	0,00	100,00
GUSTAVO TOIGO	10,37	<b>73,84</b>	4,51	11,28	0,00	100,00
MARCOS DANELUZ	<b>87,95</b>	12,05	0,00	0,00	0,00	100,00
MAURO PEREIRA	14,01	<b>73,69</b>	3,39	8,92	0,00	100,00
MOISÉS PAESE	0,00	0,00	18,15	<b>81,85</b>	0,00	100,00
RENATO NUNES	<b>64,54</b>	12,97	11,14	11,35	0,00	100,00
RENATO OLIVEIRA	29,25	21,94	<b>39,07</b>	9,75	0,00	100,00
VINICIUS DE TOMASI RIBEIRO	2,19	<b>47,11</b>	4,86	12,97	32,87	100,00
ALAOR DE OLIVEIRA	0,00	10,45	8,65	<b>80,90</b>	0,00	100,00
GENI PETEFFI	28,13	<b>34,62</b>	2,92	34,33	0,00	100,00
RODRIGO BELTRÃO	35,61	19,66	0,00	<b>44,73</b>	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	20,71	<b>47,55</b>	5,46	23,43	2,85	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na Tabela 5, são apresentadas as fontes de financiamento das candidaturas eleitas ao Legislativo Municipal de Passo Fundo em 2008. Em termos de investimento eleitoral do conjunto dos eleitos, tem-se em Passo Fundo um cenário próximo ao de Bagé: sendo o financiamento com recursos próprios a principal origem dos valores investidos nas campanhas (55,8%). Os recursos provenientes de pessoas físicas ocuparam a posição seguinte, representando 27,2% dos recursos dos eleitos. Particularizando cada eleito, tem-se que 50% das candidaturas que lograram êxito eleitoral tiveram como principal fonte de financiamento seus próprios recursos.

Pelotas (Tabela 6) traz como principal fonte de financiamento do conjunto de eleitos para o Legislativo Municipal em 2008 os recursos provenientes de pessoas físicas (58,1%). Nesse município, os recursos próprios, ainda que ocupem a segunda posição no *ranking* de financiamento dos eleitos, representam apenas 26,2% do investido nas campanhas; os recursos de pessoas jurídicas constituíram pouco mais da metade do valor referente aos recursos próprios (14%). A predominância dos recursos de pessoas físicas repercutiu nas candidaturas individuais: 11 dos 15 eleitos tiveram nas doações registradas por CPFs sua principal fonte de financiamento.

A Tabela 7 apresenta os dados de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Rio Grande em 2008. Analisando o conjunto das candidaturas eleitas, percebe-se um equilíbrio entre as fontes de financiamento. Ainda que a principal origem dos recursos tenha sido as doações de pessoas jurídicas (33,6%), os recursos próprios, os recursos de pessoas físicas e os recursos partidários apresentaram significativa relevância no pleito - respectivamente, 25,8%, 23,7% e 16,8%. O equilíbrio das fontes de financiamento no conjunto dos eleitos repercutiu nas candidaturas individuais à medida que, dos 13 eleitos, 3 tiveram como principal fonte os recursos de pessoas jurídicas, 5 os recursos próprios, 4 os recursos de pessoas físicas e 1 os recursos partidários.

Tabela 5 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Passo Fundo em 2008

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ARISTEU DALLA LANA	0,00	3,24	0,00	<b>96,76</b>	0,00	100,00
DEBASTIANI	<b>56,41</b>	0,00	0,00	43,59	0,00	100,00
DIOGENES BASEGIO	2,08	0,00	0,00	<b>97,92</b>	0,00	100,00
JOÃO PEDRO	0,00	27,06	2,10	<b>70,83</b>	0,00	100,00
JULIANO ROSO	<b>65,22</b>	16,40	6,70	11,68	0,00	100,00
LUIZ MIGUEL	2,50	<b>57,57</b>	0,00	39,92	0,00	100,00
PATRIC CAVALCANTI	<b>64,13</b>	14,96	3,49	17,41	0,00	100,00
RAFAEL BORTOLUZZI	0,00	0,00	16,34	<b>83,66</b>	0,00	100,00
PAULO NECKLE	<b>59,03</b>	7,29	2,02	31,66	0,00	100,00
RUI LORENZATO	<b>49,01</b>	0,00	0,00	33,00	17,99	100,00
ROQUE PASTEL NOEL	34,63	21,65	0,00	<b>43,72</b>	0,00	100,00
TASSI	28,47	18,98	0,00	<b>52,54</b>	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	27,21	13,14	1,92	<b>55,83</b>	1,90	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 6 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Pelotas em 2008

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ADEMAR ORNEL	<b>55,93</b>	10,77	0,00	21,06	12,24	100,00
ADALIM MEDEIROS	<b>57,26</b>	0,00	0,00	42,74	0,00	100,00
DIARONE SANTOS	<b>68,14</b>	0,00	0,00	31,86	0,00	100,00
EDUARDO LEITE	<b>65,75</b>	3,33	0,66	30,26	0,00	100,00
EDUARDO MACLUF	<b>69,10</b>	23,64	0,60	6,67	0,00	100,00
IDEMAR BARZ	7,44	7,44	5,32	<b>79,79</b>	0,00	100,00
IVAN DUARTE	10,75	<b>46,39</b>	0,00	42,85	0,00	100,00
JOSE ARTUR	41,90	6,00	2,72	<b>49,38</b>	0,00	100,00
MILTINHO	<b>56,75</b>	18,50	0,00	24,76	0,00	100,00
MIRIAM MARRONI	<b>84,69</b>	10,20	0,00	5,10	0,00	100,00
PEDRINHO	<b>58,38</b>	0,00	0,00	41,62	0,00	100,00
PROFESSOR ADINHO	<b>54,70</b>	13,28	12,94	19,08	0,00	100,00
VALDOMIRO	<b>60,01</b>	0,00	5,01	34,99	0,00	100,00
ZEQUINHA DOS RODOVIÁRIOS	8,70	0,00	1,54	<b>89,75</b>	0,00	100,00
SIZENANDO	<b>67,63</b>	11,11	2,22	19,03	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	<b>58,07</b>	13,97	1,13	26,16	0,66	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 7 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Rio Grande em 2008

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ALEXANDRE LINDENMEYER	<b>45,52</b>	42,68	3,09	8,70	0,00	100,00
CLAUDIO COSTA	28,50	0,00	10,33	<b>61,17</b>	0,00	100,00
DELAMAR MIRAPALHETA	2,56	36,69	4,00	<b>56,75</b>	0,00	100,00
GIOVANI	7,56	0,00	6,35	<b>86,08</b>	0,00	100,00
JULIO MARTINS	0,00	0,00	3,90	<b>96,10</b>	0,00	100,00
LU COMPIANI	2,77	<b>74,67</b>	22,57	0,00	0,00	100,00
RENATÃO ALBUQUERQUE	<b>60,29</b>	29,91	9,80	0,00	0,00	100,00
RENATINHO	<b>53,05</b>	16,08	1,93	28,94	0,00	100,00
REPOLHINHO	23,09	0,00	<b>71,10</b>	5,80	0,00	100,00
THIAGUINHO	<b>74,42</b>	0,00	25,58	0,00	0,00	100,00
KANELÃO	0,00	<b>50,33</b>	43,66	6,01	0,00	100,00
PATOLA	33,93	0,00	16,99	<b>49,08</b>	0,00	100,00
SPOTORNO	35,35	<b>39,51</b>	5,09	20,06	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	23,73	<b>33,63</b>	16,83	25,81	0,00	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No município de Santa Cruz do Sul (Tabela 8), em 2008, quando se toma o conjunto dos eleitos, semelhante ao que aconteceu em Bagé, Bento Gonçalves e Passo Fundo, a principal origem dos recursos investidos nas campanhas vencedoras foram os próprios candidatos eleitos (58,7%). Na sequência, apareceram os recursos de pessoas físicas como outra fonte de financiamento relevante (32,6%). Os recursos de pessoas jurídicas e os partidários não alcançaram 10% do montante investidos

pelos eleitos. Individualmente, dos 11 eleitos, 7 recorreram aos recursos próprios como tipo de recurso predominante nas suas campanhas.

Em Santa Maria, no pleito de 2008, como indicado na Tabela 9, a fonte de recursos predominante nas campanhas do conjunto de eleitos à assembleia legislativa municipal foram as pessoas físicas (43,6%). Por sua vez, os recursos próprios representaram 36,8% do investimento eleitoral das candidaturas eleitas. 15,8% foi a parcela financiada por pessoas jurídicas. Embora no conjunto dos eleitos o financiamento de pessoas físicas tenha preponderado, tomando-se as campanhas individuais, dos 14 eleitos, 8 usaram principalmente recursos próprios para convencer os eleitores no processo eleitoral.

Por fim, a Tabela 10 traz as fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Uruguaiana em 2008. No município, os recursos próprios representam quase 70% do investimento eleitoral do grupo das campanhas vitoriosas - dos 30% restantes, os recursos de pessoas físicas englobam 25,1%. A preponderância dos recursos próprios no processo eleitoral de Uruguaiana em 2008 aparece ainda mais forte na análise dos eleitos individualmente: 9 dos 11 eleitos usaram principalmente os próprios recursos nas campanhas; 3 usaram somente recursos próprios.

Os dados de arrecadação de recursos das campanhas eleitorais vencedoras permitem concluir que os recursos próprios foram a principal fonte de financiamento utilizada pelos eleitos no processo eleitoral de 2008 nos nove municípios apresentados. Em cinco municípios, os recursos próprios constituíram a maior parcela dos recursos de campanha mobilizados pelos candidatos eleitos (Bagé, Bento Gonçalves, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul e Uruguaiana). Nos municípios em que não foi a principal fonte, os recursos investidos pelos próprios candidatos se apresentaram como a segunda origem mais relevante para suas campanhas (Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria). Em Rio Grande e Santa Maria, a diferença entre a primeira e a segunda fonte de recursos mais mobilizada foi de menos de 10%, mostrando que, apesar de não terem sido a origem predominante, os recursos próprios foram igualmente importantes. As pessoas jurídicas foram as maiores colaboradoras para as campanhas de Caxias do Sul e Rio Grande; e as pessoas físicas, para as de Pelotas e Santa Maria. Quando se observa somente as campanhas individuais, dos 115 eleitos, 57 tiveram como recursos principais os investidos por eles próprios.



Tabela 8 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Santa Cruz do Sul em 2008

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ANDRÉ SCHEIBLER	18,12	<b>52,18</b>	1,07	28,63	0,00	100,00
ARI THESSING	33,99	4,75	0,00	<b>61,26</b>	0,00	100,00
CARLÃO	0,00	0,00	2,52	<b>97,48</b>	0,00	100,00
HERMANY	<b>78,03</b>	0,00	0,00	21,97	0,00	100,00
HILDO NEY	0,00	0,00	0,00	<b>100,00</b>	0,00	100,00
MARCELO MORAES	<b>98,62</b>	0,00	1,38	0,00	0,00	100,00
NERI SIQUEIRA	0,00	0,00	14,35	<b>85,65</b>	0,00	100,00
PAULO BENEDUZI	0,00	0,00	1,61	<b>98,39</b>	0,00	100,00
PROF. ALCEU CRESTANI	0,00	0,00	15,52	<b>84,48</b>	0,00	100,00
PROFESSOR NASÁRIO	0,00	0,00	<b>93,71</b>	6,29	0,00	100,00
WILSON RABUSKE	43,00	0,00	0,00	<b>57,00</b>	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	32,55	6,41	2,38	<b>58,67</b>	0,00	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 9 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Santa Maria em 2008

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ADMAR POZZOBOM	<b>68,80</b>	30,03	0,00	1,17	0,00	100,00
DENARDIN	12,94	37,31	0,00	<b>49,75</b>	0,00	100,00
FORT	<b>44,43</b>	8,46	0,00	33,56	13,54	100,00
HELEN CABRAL	<b>73,59</b>	20,03	0,00	6,32	0,06	100,00
JOÃO CARLOS MACIEL	35,96	0,00	0,11	<b>63,93</b>	0,00	100,00
JORGE RICARDO	<b>53,68</b>	0,00	0,00	46,32	0,00	100,00
JORJÃO	7,69	19,23	0,00	<b>69,23</b>	3,85	100,00
MANOEL BADKE	0,00	7,41	0,00	<b>92,59</b>	0,00	100,00
MARIA DE LOURDES CASTRO	25,32	0,00	0,00	<b>74,68</b>	0,00	100,00
MARION MORTARI	22,99	0,00	<b>51,09</b>	25,93	0,00	100,00
SANDRA REBELATO	8,24	0,00	0,32	<b>91,43</b>	0,00	100,00
SÉRGIO CECHIN	10,30	21,22	0,00	<b>68,48</b>	0,00	100,00
TUBIAS CALIL	<b>65,30</b>	24,41	7,44	2,85	0,00	100,00
WERNER REMPEL	26,03	8,88	5,54	<b>59,55</b>	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	<b>43,60</b>	15,83	2,63	36,78	1,15	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 10 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Uruguaiana em 2008

<b>Eleitos</b>	<b>Pessoas Físicas (%)</b>	<b>Pessoas Jurídicas (%)</b>	<b>Recursos Partidários (%)</b>	<b>Recursos Próprios (%)</b>	<b>Outras Receitas (%)</b>	<b>Total (%)</b>
ADALBERTO SILVA	0,00	0,00	0,00	<b>100,00</b>	0,00	100,00
CLEMENTE	<b>88,54</b>	0,00	0,00	11,46	0,00	100,00
FERNANDO TARRAGÓ	11,36	0,00	0,00	<b>88,64</b>	0,00	100,00
JOSEFINA SOARES	23,54	8,41	4,04	<b>64,02</b>	0,00	100,00
KIKO BARBARÁ	0,00	0,00	2,63	<b>97,37</b>	0,00	100,00
MAURO BRUM	32,46	0,00	1,39	<b>66,14</b>	0,00	100,00
NERAI KAUFMANN	0,00	0,00	0,00	<b>100,00</b>	0,00	100,00
RAFAEL ALVES	0,00	0,00	0,00	<b>100,00</b>	0,00	100,00
RISSO BARBEIRO	0,00	6,41	0,00	<b>93,59</b>	0,00	100,00
ROGÉRIO DE MORAES	25,68	6,52	6,26	<b>61,54</b>	0,00	100,00
RONNIE MELLO	<b>53,39</b>	15,85	5,02	9,18	16,57	100,00
<b>TOTAL ELEITOS</b>	25,12	2,88	2,01	<b>68,98</b>	1,02	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## 4.2 PROCESSO ELEITORAL DE 2012 EM NOVE MUNICÍPIOS GAÚCHOS

De 2008 para 2012, os municípios de Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana tiveram um crescimento populacional significativo (ver Apêndice A), que implicou em um aumento expressivo do número de vereadores em seus Legislativos<sup>62</sup>. Assim, em 2012, 2260 candidatos concorreram aos 169 cargos nos Legislativos Municipais (ver Apêndice I). Como em 2008, não se observa reflexos das configurações econômicas na competitividade dos pleitos municipais de 2012. Contudo, é possível afirmar que houve um aumento da competitividade no conjunto dos municípios: Bento Gonçalves apresentou uma relação de 10 candidatos por vaga, enquanto Pelotas atingiu o número de 18 candidatos por vaga - em 2008, os números mínimo e máximo foram, respectivamente, 8 (Santa Maria) e 15 (Bagé).

Em 2012, 13 partidos elegeram candidatos para as 169 vagas aos Legislativos Municipais (ver Apêndice J). Embora com um percentual menor do que em 2008, o PT continuou sendo o partido com o maior número de eleitos (20,1%) - no pleito anterior foram 24,3%. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que em 2008 obteve 7,8% das cadeiras, em 2012, foi o segundo partido a ocupar mais vagas (14,2%). PMDB, PP, PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PSDB ocuparam, respectivamente, 13%, 11,8%, 10% e 8,9% das vagas em disputa. O PP foi o único partido a ocupar cargos em todos os nove municípios - posto que havia sido ocupado pelo PT em 2008. Por fim, Pelotas, novamente, apresentou o maior número de partidos ocupando cargos na sua Câmara de Vereadores em 2012: as 21 vagas foram ocupadas por 11 partidos. Contudo, Caxias do Sul também apresentou 11 partidos que ocuparam suas 23 cadeiras do Legislativo.

Em relação às características socioeconômicas, quanto ao sexo (Apêndice K), em 2012, foram eleitos 149 candidatos do sexo masculino (88,2%) e 20 do sexo feminino (11,8%). Em relação a 2008, no conjunto, esses números indicam uma diminuição no número de mulheres eleitas. Contudo, Santa Maria e Bagé apresentaram um aumento no número de eleitas - respectivamente, 5 eleitas de 21 vagas (31,25%) e 4 de 17 (23,5%). Por sua vez, Pelotas não elegeu nenhuma mulher.

---

<sup>62</sup> As regras de definição do número de vereadores de cada Legislativo Municipal estão previstas no Art. 29, IV, da Constituição Federal de 1988 e relacionam o número de cadeiras com o número de habitantes do município (BRASIL, 1988).

Quando se compara o perfil dos eleitos em 2008 com o de 2012, percebe-se que, apesar das políticas de cotas para candidaturas de mulheres (SACCHET e SPECK, 2012), não houve uma repercussão positiva no número de eleitos nos municípios analisados.

Quanto à escolaridade (Apêndice L), em 2012, 48,5% dos eleitos possuíam ensino superior completo. O percentual é menor que 2008 (52,2%), contudo, ainda indica um alto grau de instrução dos eleitos nos nove municípios. Dos 23 eleitos para o Legislativo de Caxias do Sul, 15 possuíam ensino superior completo. Além de Caxias do Sul, os municípios de Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Uruguaiana elegeram mais de 50% dos seus vereadores com ensino superior completo.

No que se refere à atividade laboral declarada (Apêndice M), assim como em 2008, no pleito de 2012, a principal ocupação profissional dos eleitos foi a de *vereador* (27,8% dos eleitos), indicando uma tendência de profissionalização da política em nível municipal - destacando-se o crescimento do número de eleitos que declararam a vereança como ocupação profissional: em 2008, 20,9%; em 2012, 27,8%. Assim como no pleito anterior, as demais profissões mais frequentes entre os eleitos foram *empresários, professores, servidores públicos e advogados* - respectivamente, 10,6%, 7,7%, 6,5% e 5,9%. Tais números reforçam a presença significativa de profissionais liberais e servidores públicos no processo eleitoral dos municípios estudados.

De modo geral, em 2012, o processo eleitoral às assembleias legislativas municipais de Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana se caracterizou por uma competitividade média de 13 candidatos por vaga - indicando uma concorrência por votos mais acirrada que a de 2008, apesar do aumento no número de cadeiras em disputa em 2012. Além disso, quanto aos resultados desse processo eleitoral, novamente, o PT foi o partido que mais logrou êxito eleitoral nas Câmaras de Vereadores dos municípios analisados. Contudo, a segunda posição - que em 2008 havia sido ocupada pelo PMDB -, em 2012, foi preenchida pelo PTB. Por fim, houve um aumento no número de candidatos eleitos do sexo masculino (88,2% contra 87,8% de 2008) e, outra vez, destacou-se o alto grau de instrução dos eleitos e atuação profissional declarada de mais de um quarto dos eleitos como vereadores.

Em relação aos dados de financiamento dos eleitos às assembleias legislativas municipais em 2012, as tabelas abaixo trazem, em percentuais, a distribuição dos recursos mobilizados pelos eleitos entre as cinco fontes de financiamento permitidas

pela legislação eleitoral. Para que se possa observar mais detidamente as principais fontes de recursos das campanhas dos eleitos, destaca-se em **negrito** a principal fonte utilizada pelo eleito e em *itálico* a segunda fonte mais relevante para a campanha do eleito - o mesmo é feito para os valores referentes ao conjunto dos eleitos.

Em Bagé, no processo eleitoral de 2012, como indicado na Tabela 11, a fonte de recursos predominante nas campanhas do conjunto de eleitos à assembleia legislativa municipal foram as pessoas físicas (55,18%). Os recursos próprios, por sua vez, constituíram 33,01% do investimento eleitoral das candidaturas eleitas. Por fim, pessoas jurídicas e partidos contribuíram, juntos, com 11,8% dos recursos mobilizados pelos eleitos. Apesar de, no conjunto dos eleitos, o financiamento de pessoas físicas ter sido o mais relevante, encarando-se as campanhas individuais, houve empate entre recursos próprios e recursos de pessoas físicas. Dos 17 eleitos em Bagé no ano de 2012, 8 contaram principalmente com recursos próprios e 8 tiveram mais recursos de pessoas físicas em suas campanhas - apenas 1 se destacou pela presença de recursos de pessoas jurídicas.

A Tabela 12 apresenta os dados de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Bento Gonçalves em 2012. Analisando o conjunto das candidaturas eleitas, percebe-se que os recursos próprios foram a principal origem dos recursos empregados nas campanhas (48,5%) - o que já havia sido identificado em 2008 no município. Não se despreza, porém, a presença dos recursos de pessoas físicas (37,9%) - constituindo a segunda fonte de financiamento mais importante para os eleitos. Empresas e partidos, mais uma vez, aparecem com baixa participação no processo eleitoral de Bento Gonçalves - respectivamente, 8,5% e 5,1%. Individualmente, a preponderância dos recursos próprios fica ainda mais evidente: das 17 vagas em disputa, 12 foram ocupadas por candidatos que utilizaram principalmente seus próprios recursos para convencer os eleitores - as demais vagas foram distribuídas entre 3 candidatos com maioria de recursos de pessoas físicas, 1 com recursos de pessoas jurídicas e 1 com predomínio de recursos partidários em seu caixa de campanha.

Tabela 11 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Bagé em 2012

<b>Eleitos</b>	<b>Pessoas Físicas (%)</b>	<b>Pessoas Jurídicas (%)</b>	<b>Recursos Partidários (%)</b>	<b>Recursos Próprios (%)</b>	<b>Outras Receitas (%)</b>	<b>Total (%)</b>
ANTENOR TEIXEIRA	<b>70,61</b>	0,00	29,39	0,00	0,00	100,00
BOCÃO	0,00	0,00	10,52	<b>89,48</b>	0,00	100,00
CAIO FERREIRA	<b>93,91</b>	2,25	0,00	3,83	0,00	100,00
CARLINHOS DO PAPELÃO	<b>97,13</b>	0,00	1,43	1,45	0,00	100,00
CLAUDIA SOUZA	25,08	0,00	0,88	<b>74,04</b>	0,00	100,00
DIVALDO LARA	23,91	<b>44,82</b>	0,24	31,03	0,00	100,00
EDIMAR FAGUNDES	<b>69,36</b>	0,00	24,40	6,24	0,00	100,00
ESQUERDA	0,00	0,00	2,33	<b>97,67</b>	0,00	100,00
GERALDO SALIBA	0,00	0,00	25,39	<b>74,61</b>	0,00	100,00
JANISE COLLARES	<b>38,33</b>	13,36	25,38	22,93	0,00	100,00
LELINHO	28,08	7,02	0,00	<b>64,90</b>	0,00	100,00
OMAR GHANI	<b>54,01</b>	34,84	0,00	11,15	0,00	100,00
PAULINHO PARERA	40,98	1,62	0,00	<b>57,40</b>	0,00	100,00
RAFAEL FUCA	<b>75,80</b>	19,60	0,00	4,60	0,00	100,00
SONIA LEITE	34,50	0,00	0,37	<b>65,12</b>	0,00	100,00
TÉIA	<b>70,62</b>	3,67	0,00	25,71	0,00	100,00
UILSON MORAES	35,60	0,00	0,00	<b>64,40</b>	0,00	100,00
<b>TOTAL ELEITOS</b>	<b>55,18</b>	9,72	2,08	33,01	0,00	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 12 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Bento Gonçalves em 2012

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ADELINO CAINELLI	0,00	0,00	8,19	<b>91,81</b>	0,00	100,00
ENIO DE PARIS	13,72	0,00	0,75	<b>85,54</b>	0,00	100,00
MARCOS BARBOSA	0,00	2,31	5,31	<b>92,38</b>	0,00	100,00
MARINI	38,38	0,78	0,00	<b>60,85</b>	0,00	100,00
MARLEN PELICOLI	<b>88,11</b>	8,49	0,00	3,40	0,00	100,00
MOACIR CAMERINI	44,11	1,07	<b>44,53</b>	10,28	0,00	100,00
MOISÉS SCUSSEL	5,90	5,80	0,28	<b>88,01</b>	0,00	100,00
NEILENE LUNELLI	45,81	0,89	0,00	<b>53,30</b>	0,00	100,00
NUNES	<b>50,21</b>	15,75	0,00	34,04	0,00	100,00
PACO	30,81	4,33	0,00	<b>64,86</b>	0,00	100,00
PESSUTTO	13,75	0,00	3,74	<b>82,51</b>	0,00	100,00
PROFESSOR CLEMENTE	12,31	30,59	2,22	<b>54,88</b>	0,00	100,00
PROFESSOR MARCIO	21,95	22,61	1,49	<b>53,95</b>	0,00	100,00
RAQUETE	0,00	<b>81,97</b>	1,64	16,39	0,00	100,00
RUBINHO	<b>38,92</b>	18,32	9,16	33,59	0,00	100,00
TONIETTO	48,14	0,00	2,47	<b>49,39</b>	0,00	100,00
VANDERLEI SANTOS	43,81	6,43	2,14	<b>47,62</b>	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	37,87	8,54	5,10	<b>48,49</b>	0,00	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



As fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Caxias do Sul em 2012 se encontram na Tabela 13. No município, a principal origem dos recursos de campanha do conjunto dos eleitos foram os recursos provenientes de pessoas jurídicas (45,1%). Na sequência, aparecem os recursos de pessoas físicas (24,2%), os recursos próprios (21,4%) e os recursos partidários (9,3%). Quando se observa os dados de financiamento individualmente, para as 23 vagas em disputa, obteve-se 10 candidaturas vencedoras com predomínio do financiamento de pessoas jurídicas, 6 com recursos de pessoas físicas, 6 com recursos próprios e uma com recursos partidários principalmente.

Na Tabela 14, são apresentadas as fontes de financiamento das candidaturas eleitas à assembleia municipal de Passo Fundo em 2012. Em termos de investimento eleitoral do conjunto dos eleitos, teve-se no processo eleitoral municipal um equilíbrio entre recursos próprios e recursos de pessoas físicas - ainda que os recursos próprios tenham sido a principal origem dos recursos (38,3%), enquanto as doações de pessoas físicas representaram a parcela de 35,2% do investido pelos eleitos. Em relação ao pleito de 2008, houve uma queda considerável na importância dos recursos próprios: em 2008, constituíam 55,8% dos recursos arrecadados pelos eleitos; em 2012, 38,3%. Empresas e partidos, por sua vez, contribuíram com 14,9% e 11,6%, respectivamente. Tomando-se cada eleito como unidade de análise, teve-se 10 candidatos que lograram êxito eleitoral tendo os recursos próprios como sua principal fonte de financiamento. Por fim, as doações de pessoas físicas predominaram nos recursos de campanha de 7 eleitos, e os recursos de pessoas jurídicas e partidários constituíram a maior parte dos recursos investidos de 4 candidaturas - duas em cada fonte.

Tabela 13 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Caxias do Sul em 2012

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ADILÓ	18,70	<b>62,52</b>	3,30	15,48	0,00	100,00
BANDEIRA	0,00	<b>84,25</b>	15,75	0,00	0,00	100,00
DANIEL GUERRA	0,00	0,00	0,00	<b>100,00</b>	0,00	100,00
DENISE PESSÔA	23,74	23,97	<b>45,65</b>	6,64	0,00	100,00
EDICARLOS	<b>59,25</b>	0,00	27,35	13,40	0,00	100,00
EDSON DA ROSA	36,15	<b>55,64</b>	8,21	0,00	0,00	100,00
ELÓI FRIZZO	0,00	<b>75,25</b>	17,10	7,64	0,00	100,00
FELIPE GREMELMAIER	<b>56,41</b>	19,07	5,45	19,07	0,00	100,00
FLAVIO CASSINA	0,00	<b>92,46</b>	7,54	0,00	0,00	100,00
GUILA SEBEN	28,97	<b>60,53</b>	10,50	0,00	0,00	100,00
GUSTAVO TOIGO	2,55	<b>79,67</b>	2,39	15,39	0,00	100,00
JAISON BARBOSA	<b>71,82</b>	0,00	3,76	24,42	0,00	100,00
KIKO	<b>69,51</b>	20,65	0,00	9,83	0,00	100,00
MAURO PEREIRA	16,22	<b>75,20</b>	3,37	5,21	0,00	100,00
NERI - O CARTEIRO	0,00	0,00	32,04	<b>67,96</b>	0,00	100,00
RENATO NUNES	0,00	0,00	36,47	<b>63,53</b>	0,00	100,00
RAFAEL BUENO	<b>46,16</b>	9,59	23,86	20,38	0,00	100,00
RENATO OLIVEIRA	16,78	<b>49,08</b>	6,18	27,96	0,00	100,00
RODRIGO BELTRÃO	<b>48,59</b>	30,12	11,77	9,52	0	100,00
VINICIUS RIBEIRO	24,54	<b>59,64</b>	1,85	13,97	0,00	100,00
VIRGILI COSTA	0,00	0,00	8,57	<b>91,43</b>	0,00	100,00
WASHINGTON VALENTE	11,84	7,89	2,09	<b>78,18</b>	0,00	100,00
ZORAIDO SILVA	15,66	26,09	8,73	<b>49,52</b>	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	24,24	<b>45,09</b>	9,27	21,40	0,00	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 14 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Passo Fundo em 2012

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ALEX	<b>49,97</b>	7,02	16,73	26,28	0,00	100,00
CLAUDIA FURLANETTO	<b>66,24</b>	0,00	6,44	27,32	0,00	100,00
DALLA LANA	16,95	0,00	1,71	<b>81,34</b>	0,00	100,00
DR. ALBERI GRANDO	0,00	0,00	0,00	<b>100,00</b>	0,00	100,00
DR. ERNANI LAIMER	29,13	<b>61,16</b>	0,00	9,71	0,00	100,00
EDUARDO PELICIOILLI	<b>59,23</b>	0,00	28,37	12,40	0,00	100,00
GLEISON	33,39	0,00	16,72	<b>49,90</b>	0,00	100,00
ISAMAR	25,86	26,51	5,61	<b>42,02</b>	0,00	100,00
JOÃO PEDRO	<b>45,05</b>	35,23	2,31	17,41	0,00	100,00
MARCIO PATUSSI	6,78	8,59	3,90	<b>80,73</b>	0,00	100,00
MARCOS DA SILVA	<b>34,15</b>	26,93	11,99	26,93	0,00	100,00
PADRE WILSON	23,80	14,88	<b>33,06</b>	28,27	0,00	100,00
PATRIC CAVALCANTI	22,34	5,15	<b>59,04</b>	13,46	0,00	100,00
PAULO NECKLE	<b>80,73</b>	0,00	2,18	17,09	0,00	100,00
PAULO PONTUAL	20,48	<b>53,06</b>	12,80	13,66	0,00	100,00
PEDRO DANIELI	26,09	1,04	0,00	<b>72,87</b>	0,00	100,00
RUFA	<b>47,51</b>	13,73	6,23	32,53	0,00	100,00
RUI LORENZATO	42,81	2,77	3,57	<b>50,84</b>	0,00	100,00
SIDNEI AVILA	32,16	13,64	6,96	<b>47,23</b>	0,00	100,00
TASSI	21,25	28,80	1,39	<b>48,55</b>	0,00	100,00
TCHEQUINHO	22,48	2,34	11,53	<b>63,65</b>	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	35,22	14,92	11,56	<b>38,30</b>	0,00	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nos dados de financiamento dos eleitos ao seu Legislativo Municipal em 2012, Pelotas (Tabela 15) traz um cenário de equilíbrio ainda mais destacado que Passo Fundo no mesmo ano. Quando se observa as duas principais fontes de financiamento do conjunto de eleitos, a diferença é de 1,7%. Assim, ainda que os recursos próprios tenham sido a origem majoritária dos recursos (36,3%), as pessoas físicas contribuíram com 34,6% do investimento eleitoral das candidaturas vitoriosas. Contudo, os recursos de pessoas jurídicas e os recursos partidários também foram significativos - respectivamente, 17,6% e 11,5%. Individualmente, se em 2008 a predominância dos recursos de pessoas físicas no conjunto encontrou reflexos nas candidaturas individuais (11 dos 15 eleitos tiveram nas doações registradas por CPFs sua principal fonte de financiamento), em 2012, a repercussão dos recursos não foi tão evidente: apenas 7 dos 21 eleitos foram aportados principalmente por pessoas físicas. Quanto aos demais, 8 encontraram nos recursos próprios sua principal fonte; 5 nos recursos de pessoas jurídicas; e 1 nos recursos partidários.

A Tabela 16 apresenta os dados de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Rio Grande em 2012. Analisando o conjunto das candidaturas vencedoras, percebe-se um equilíbrio entre as fontes de financiamento - que já havia ocorrido em 2008. No pleito anterior, os recursos de pessoas jurídicas, por uma pequena margem, haviam se destacado como a principal origem dos recursos de campanha. Em 2012, quem se destaca são os recursos próprios (34,57%), ficando as doações de pessoas jurídicas em segundo lugar, com 25,8% do total investido pelos eleitos. Os recursos de pessoas físicas e os recursos partidários apresentaram significativa relevância no pleito - respectivamente, 23,7% e 15,9%. No entanto, o equilíbrio das fontes de financiamento no conjunto dos eleitos não encontrou reflexos nas candidaturas individuais: dos 21 eleitos, 11 tiveram como principal fonte os recursos próprios. Recursos de pessoas jurídicas, pessoas físicas e partidários foram a principal fonte de 4, 4 e 2 eleitos, respectivamente - não representando individualmente o seu peso no conjunto.

Tabela 15 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Pelotas em 2012

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ADEMAR ORNEL	44,37	<b>45,02</b>	8,68	1,93	0,00	100,00
PROFESSOR ADINHO	<b>72,96</b>	0,00	11,76	15,28	0,00	100,00
ANDERSON GARCIA	<b>71,46</b>	0,00	0,60	27,93	0,00	100,00
ANTONIO PERES	2,94	<b>63,81</b>	0,00	33,25	0,00	100,00
BETO DA Z TRÊS	30,24	15,93	21,33	<b>32,50</b>	0,00	100,00
GAÚCHO	26,44	28,85	11,35	<b>33,37</b>	0,00	100,00
GOVERNAÇÃO	13,54	42,79	0,00	<b>43,67</b>	0,00	100,00
IDEMAR BARZ	36,36	<b>44,80</b>	0,19	18,65	0,00	100,00
IVAN DUARTE	38,13	<b>48,52</b>	0,00	13,35	0,00	100,00
JOSÉ SIZENANDO	37,23	20,07	0,00	<b>42,70</b>	0,00	100,00
MARCOLA	7,55	0,00	<b>86,69</b>	5,76	0,00	100,00
MARCUS CUNHA	27,44	3,40	0,91	<b>68,25</b>	0,00	100,00
RAFAEL AMARAL	<b>58,96</b>	10,19	19,32	11,52	0,00	100,00
RICARDO SANTOS	15,21	0,00	0,00	<b>84,79</b>	0,00	100,00
ROGER NEY	0,01	16,25	2,07	<b>81,67</b>	0,00	100,00
SALVADOR RIBEIRO	<b>57,08</b>	0,00	2,33	40,58	0,00	100,00
TENENTE BRUNO	<b>50,70</b>	2,88	22,91	23,51	0,00	100,00
VIANA	37,84	<b>43,72</b>	2,51	15,93	0,00	100,00
VICENTE AMARAL	<b>69,30</b>	9,15	0,00	21,55	0,00	100,00
VITOR PALADINI	<b>58,02</b>	5,51	1,09	35,37	0,00	100,00
WALDOMIRO	30,51	23,56	8,24	<b>37,69</b>	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	34,56	17,62	11,50	<b>36,33</b>	0,00	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 16 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Rio Grande em 2012

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ANDRÉA TIA DÉIA	0,00	0,00	32,78	<b>67,22</b>	0,00	100,00
ANDRE BATATINHA	43,56	2,07	<b>47,04</b>	7,34	0,00	100,00
DIRNEI MOTTA	0,00	12,58	16,14	<b>71,29</b>	0,00	100,00
CHARLES SARAIVA	2,49	<b>62,70</b>	0,00	34,81	0,00	100,00
CLAUDIO COSTA	44,70	0,00	7,47	<b>47,83</b>	0,00	100,00
FLÁVIO SANTOS	0,00	0,00	21,07	<b>78,93</b>	0,00	100,00
FLÁVIO VIGILANTE	<b>59,21</b>	31,57	4,96	4,26	0,00	100,00
GIOVANI MORALLES	<b>64,89</b>	0,00	1,77	33,34	0,00	100,00
JAIR RIZZO	28,03	23,59	8,29	<b>40,10</b>	0,00	100,00
JOEL DE ÁVILA	20,29	3,78	1,51	<b>74,41</b>	0,00	100,00
JULIO CESAR	0,00	0,00	45,58	<b>54,42</b>	0,00	100,00
KANELÃO	0,00	<b>91,61</b>	0,44	7,95	0,00	100,00
LU COMPIANI	11,67	40,48	<b>47,85</b>	0,00	0,00	100,00
NANDO RIBEIRO	45,38	0,00	5,35	<b>49,26</b>	0,00	100,00
PAULO ROLDÃO	<b>51,26</b>	0,00	21,80	26,94	0,00	100,00
PROFª DENISE	12,78	15,69	0,00	<b>71,53</b>	0,00	100,00
RENATINHO	19,83	<b>56,66</b>	1,13	22,38	0,00	100,00
REPOLHINHO	30,29	3,12	1,96	<b>64,63</b>	0,00	100,00
SPOTORNO	28,00	<b>40,71</b>	1,87	29,42	0,00	100,00
THIAGUINHO	<b>86,66</b>	0,00	0,68	12,65	0,00	100,00
VAVÁ	10,43	6,89	1,08	<b>81,61</b>	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	23,73	25,80	15,90	<b>34,57</b>	0,00	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No município de Santa Cruz do Sul (Tabela 17), em 2012, quando se apreende o conjunto dos eleitos ao Legislativo Municipal, a principal origem dos recursos investidos nas campanhas vencedoras foi dos próprios candidatos eleitos (51,9%) - ainda que um pouco menos que em 2008, quando os recursos próprios constituíram 58,7% do total investido. Na sequência, apareceram os recursos de pessoas físicas como outra fonte de financiamento relevante (23,8%). Os recursos de pessoas jurídicas e os partidários que no pleito anterior não haviam alcançado 10% do montante investidos pelos eleitos, em 2012, participaram com 11,7% e 12,6%, respectivamente, dos valores aportados nas campanhas. Em relação às candidaturas individuais, 11 dos 17 eleitos recorreram aos recursos próprios como origem de recurso predominante nas suas campanhas.

Em Santa Maria, no pleito de 2012, como se observa na Tabela 18, a fonte de recursos predominante no investimento eleitoral do conjunto de eleitos à assembleia legislativa municipal foram os recursos próprios (54,1%). Por sua vez, os recursos de pessoas físicas representaram 27,4% dos recursos de campanha das candidaturas vencedoras. As doações de pessoas jurídicas tiveram a ínfima participação de 5,6% e os recursos partidários responderam por 12,9% dos recursos investidos. Em comparação com 2008, os recursos de pessoas físicas e jurídicas decaíram face ao aumento dos recursos próprios e partidários. Tomando-se as campanhas individuais, os recursos próprios reforçaram sua predominância no pleito de 2012: dos 21 eleitos, 15 fizeram campanha principalmente com os próprios recursos.

Por último, a Tabela 19 traz as fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Uruguaiana em 2012. No município, apesar dos recursos próprios representarem 48,4% do investimento eleitoral do grupo de eleitos e, assim, constituírem a principal fonte de recursos das suas campanhas, comparado ao pleito anterior, identifica-se uma queda significativa - em 2008, os recursos próprios eram responsáveis por quase 70% dos recursos investidos. Na sequência, os recursos provenientes de pessoas físicas ocuparam a segunda posição entre as principais origens dos recursos de campanha, com 36,1% do total investido. A preponderância dos recursos próprios no processo eleitoral de Uruguaiana em 2012 aparece na análise dos eleitos individualmente, embora com menos destaque que em 2008: 7 dos 11 eleitos usaram principalmente os próprios recursos nas campanhas; 3 contaram majoritariamente com recursos de pessoas físicas; 1 com doações de pessoas jurídicas.

Tabela 17 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Santa Cruz do Sul em 2012

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ALBERTO HECK	29,28	0,00	0,00	<b>70,72</b>	0,00	100,00
ANDRÉ SCHEIBLER	30,63	0,00	7,51	<b>61,87</b>	0,00	100,00
ARI THESSING	0,00	0,00	<b>87,96</b>	12,04	0,00	100,00
CARLÃO	0,00	0,00	9,27	<b>90,73</b>	0,00	100,00
ELO	0,00	0,00	16,43	<b>83,57</b>	0,00	100,00
ELSTOR	0,00	0,00	8,78	<b>91,22</b>	0,00	100,00
GERSON TREVISAN	39,74	17,03	0,00	<b>43,22</b>	0,00	100,00
HERMANY	<b>64,55</b>	1,69	0,00	33,76	0,00	100,00
HILDO NEY CASPARY	8,33	0,00	3,33	<b>88,33</b>	0,00	100,00
ILARIO KELLER	17,19	0,00	14,05	<b>68,76</b>	0,00	100,00
LUIS RUAS LUIZINHO	0,00	<b>58,68</b>	16,55	24,77	0,00	100,00
PAULO LERSCH	22,35	<b>69,03</b>	0,00	8,63	0,00	100,00
ALCEU CRESTANI	0,00	25,04	0,00	<b>74,96</b>	0,00	100,00
PROF NASÁRIO	0,00	46,15	0,00	<b>53,85</b>	0,00	100,00
REJANE HENN	<b>47,43</b>	0,00	34,93	17,65	0,00	100,00
SOLANGE FINGER	<b>44,05</b>	19,84	8,84	27,27	0,00	100,00
WILSON RABUSKE	35,64	0,00	0,00	<b>64,36</b>	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	23,80	11,73	12,57	<b>51,89</b>	0,00	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



Tabela 18 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Santa Maria em 2012

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ADMAR POZZOBOM	23,86	21,72	1,69	<b>52,73</b>	0,00	100,00
ANITA COSTA BEBER	0,00	0,00	0,00	<b>100,00</b>	0,00	100,00
CORONEL VARGAS	0,00	21,82	6,25	<b>71,93</b>	0,00	100,00
DANIEL DINIZ	<b>71,44</b>	11,74	14,91	1,90	0,00	100,00
DR. DEILI	0,00	0,00	0,84	<b>99,16</b>	0,00	100,00
DR. OVIDIO	0,00	0,00	0,00	<b>100,00</b>	0,00	100,00
DR TAVORES	0,00	0,00	1,65	<b>98,35</b>	0,00	100,00
FORT	24,57	0,00	36,33	<b>39,10</b>	0,00	100,00
JOÃO CARLOS MACIEL	1,22	4,87	0,00	<b>93,92</b>	0,00	100,00
JOÃO KAUS	0,00	0,00	0,00	<b>100,00</b>	0,00	100,00
JORGE TRINDADE	0,00	0,00	14,60	<b>85,40</b>	0,00	100,00
LUCIANO GUERRA	<b>47,32</b>	12,85	24,41	15,42	0,00	100,00
MANOEL BADKE	0,00	0,00	5,64	<b>94,36</b>	0,00	100,00
MARCELO BISOGNO	<b>57,85</b>	0,80	0,00	41,35	0,00	100,00
MARIA DE LOURDES CASTRO	5,82	3,29	5,80	<b>85,08</b>	0,00	100,00
MARTA ZANELLA	<b>49,93</b>	0,00	25,37	24,70	0,00	100,00
JOÃO CHAVES	29,72	21,01	15,38	<b>33,88</b>	0,00	100,00
PAULO DENARDIN	21,10	14,07	<b>33,18</b>	31,65	0,00	100,00
SANDRA REBELATO	13,95	0,00	16,28	<b>69,77</b>	0,00	100,00
SERGIO CECHIN	<b>55,86</b>	0,00	11,76	32,38	0,00	100,00
WERNER REMPEL	0,00	0,00	0,00	<b>100,00</b>	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	27,41	5,61	12,86	<b>54,12</b>	0,00	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 19 - Fontes de financiamento dos eleitos aos cargos do Legislativo Municipal de Uruguaiana em 2012

Eleitos	Pessoas Físicas (%)	Pessoas Jurídicas (%)	Recursos Partidários (%)	Recursos Próprios (%)	Outras Receitas (%)	Total (%)
ADALBERTO SILVA	16,67	0,00	13,33	<b>70,00</b>	0,00	100,00
DUDU DO SAMBA	34,85	<b>42,97</b>	0,00	22,18	0,00	100,00
EGIDIO CARVALHO	<b>54,88</b>	0,00	5,06	40,07	0,00	100,00
FERNANDO TARRAGÓ	43,25	0,00	5,98	<b>50,77</b>	0,00	100,00
IRANI FERNANDES	0,00	0,00	0,00	<b>100,00</b>	0,00	100,00
JOSEFINA SOARES	40,98	0,00	0,00	<b>59,02</b>	0,00	100,00
JUSSARA OSÓRIO	<b>59,12</b>	26,81	14,07	0,00	0,00	100,00
MARCELO LEMOS	5,25	11,51	21,08	<b>62,15</b>	0,00	100,00
RAFAEL ALVES	0,00	0,00	29,74	<b>70,26</b>	0,00	100,00
RISSO BARBEIRO	10,78	13,66	0,00	<b>75,56</b>	0,00	100,00
RONNIE MELLO	<b>67,57</b>	3,89	12,97	15,56	0,00	100,00
TOTAL ELEITOS	36,07	5,09	10,43	<b>48,41</b>	0,00	100,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tomados em conjunto, os dados de financiamento das campanhas eleitorais vencedoras em 2012 permitem, ainda com maior força que em 2008, concluir que os recursos próprios foram a principal origem dos recursos utilizados pelos eleitos no processo eleitoral dos municípios selecionados. Desta vez, os recursos próprios constituíram a maior parte dos recursos de campanha investidos pelos candidatos eleitos em sete municípios - somente Bagé e Caxias do Sul contaram mais com outras fontes. Ainda assim, em Bagé, os recursos investidos pelos próprios candidatos se apresentaram como a segunda fonte de financiamento mais relevante, sendo a primeira os recursos provenientes de pessoas físicas. Em Caxias, por sua vez, os recursos próprios não figuraram entre as principais fontes de recursos para campanhas; as origens mais relevantes foram, primeiramente, as pessoas jurídicas e, na sequência, as pessoas físicas. Passo Fundo, Pelotas e Rio Grande tiveram uma

diferença entre a primeira e a segunda fonte de recursos mais mobilizada de menos de 10%, indicando certo equilíbrio entre os recursos próprios e outras fontes nesses municípios. Semelhante a 2008, quando se observa somente as campanhas individuais, dos 169 eleitos, 88 tiveram como recursos principais os investidos por eles próprios.

## 5 ECONOMIA MUNICIPAL E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS

Neste capítulo, explora-se as possíveis associações entre as economias municipais (industrializadas, equilibradas e ancoradas na administração pública) e as fontes de financiamento de campanhas eleitorais. Para isso, mobiliza-se os dados econômicos dos nove municípios selecionados para este estudo, em especial os referentes aos PIBs municipais, e os dados de financiamento das campanhas dos eleitos aos Legislativos Municipais dos mesmos municípios nas eleições de 2008 e 2012. Dessa forma, busca-se oferecer uma resposta a respeito da importância da economia municipal para os recursos utilizados nas campanhas eleitorais.

### 5.1 INDÚSTRIA E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS COM RECURSOS DE PESSOAS JURÍDICAS

Nesta seção, tendo como base os nove municípios selecionados e as eleições municipais de 2008 e 2012, analisa-se a associação entre a participação do setor industrial no PIB municipal e o financiamento de campanhas com recursos de pessoas jurídicas. A participação da indústria na economia municipal é mensurada por meio do percentual do setor industrial no PIB municipal. O financiamento eleitoral por pessoas jurídicas, por sua vez, é operacionalizado por intermédio do percentual de recursos de pessoas jurídicas investidos pelos eleitos.

Nos Gráficos 03 e 04, o *percentual de recursos de pessoas jurídicas* é calculado sobre o total de recursos investidos pelos eleitos em cada município. Esse indicador permite identificar a relevância dos recursos de pessoas jurídicas em determinado pleito municipal. Em Caxias do Sul, na eleição de 2008, por exemplo, os recursos de pessoas jurídicas representaram 47,55% do total investido pelos eleitos em suas campanhas, mostrando a importância desse tipo de recurso no financiamento eleitoral do município. Por sua vez, em 2008, na eleição de Uruguaiana, as pessoas jurídicas colaboraram com apenas 2,88% dos recursos de campanha dos eleitos.

Diante disso, passa-se a discutir a seguinte hipótese: quanto maior a presença do setor industrial no PIB de um município, maior a participação dos recursos de pessoas jurídicas na campanha dos eleitos. Conseqüentemente, a relevância dos recursos de pessoas jurídicas nas campanhas eleitorais municipais cresce à medida que a indústria de um município é mais robusta e significativa para sua economia.

Assim, espera-se que, em municípios de economia industrializada, os recursos de pessoas jurídicas apareçam entre as principais fontes de financiamento das candidaturas vitoriosas. Em municípios de economia ancorada na administração pública, a expectativa é inversa: uma participação pouco expressiva de doações registradas por CNPJs nas campanhas.

Conforme o Gráfico 3, em 2008, os municípios de economia ancorada na administração pública responderam positivamente à hipótese. Bagé, Santa Maria e Uruguaiana, municípios com pouca presença industrial em seus PIBs e setor público expressivo economicamente, apresentaram percentuais baixos de recursos de pessoas jurídicas entre seus dados de financiamento eleitoral. O Gráfico 4 reforça a hipótese à medida que apresenta esses municípios, em 2012, novamente, com baixos percentuais de participação da indústria em seus PIBs e baixos valores de doações de pessoas jurídicas em seus processos eleitorais. Pode-se, assim, supor que, em municípios de economia ancorada na administração pública, a baixa presença industrial reflete no financiamento de campanhas de origem empresarial.

Nos municípios de economia equilibrada, a hipótese também encontra respaldo empírico. Conforme os dados do Gráfico 3, em 2008, Passo Fundo, Pelotas e Rio Grande, municípios em que indústria e administração pública contribuíram de forma balanceada na composição dos PIBs municipais, apresentaram percentuais de participação industrial no PIB e de financiamento de campanhas com recursos de origem empresarial próximos. Em 2012, como se nota no Gráfico 4, a situação se repetiu: à medida que cresceu a participação da indústria na geração de riqueza local, cresceu também a participação das doações de empresas nas campanhas dos eleitos. Portanto, é possível afirmar, que neste conjunto de municípios, a associação entre presença do setor industrial e presença de recursos de pessoas jurídicas no financiamento existe e é positiva.

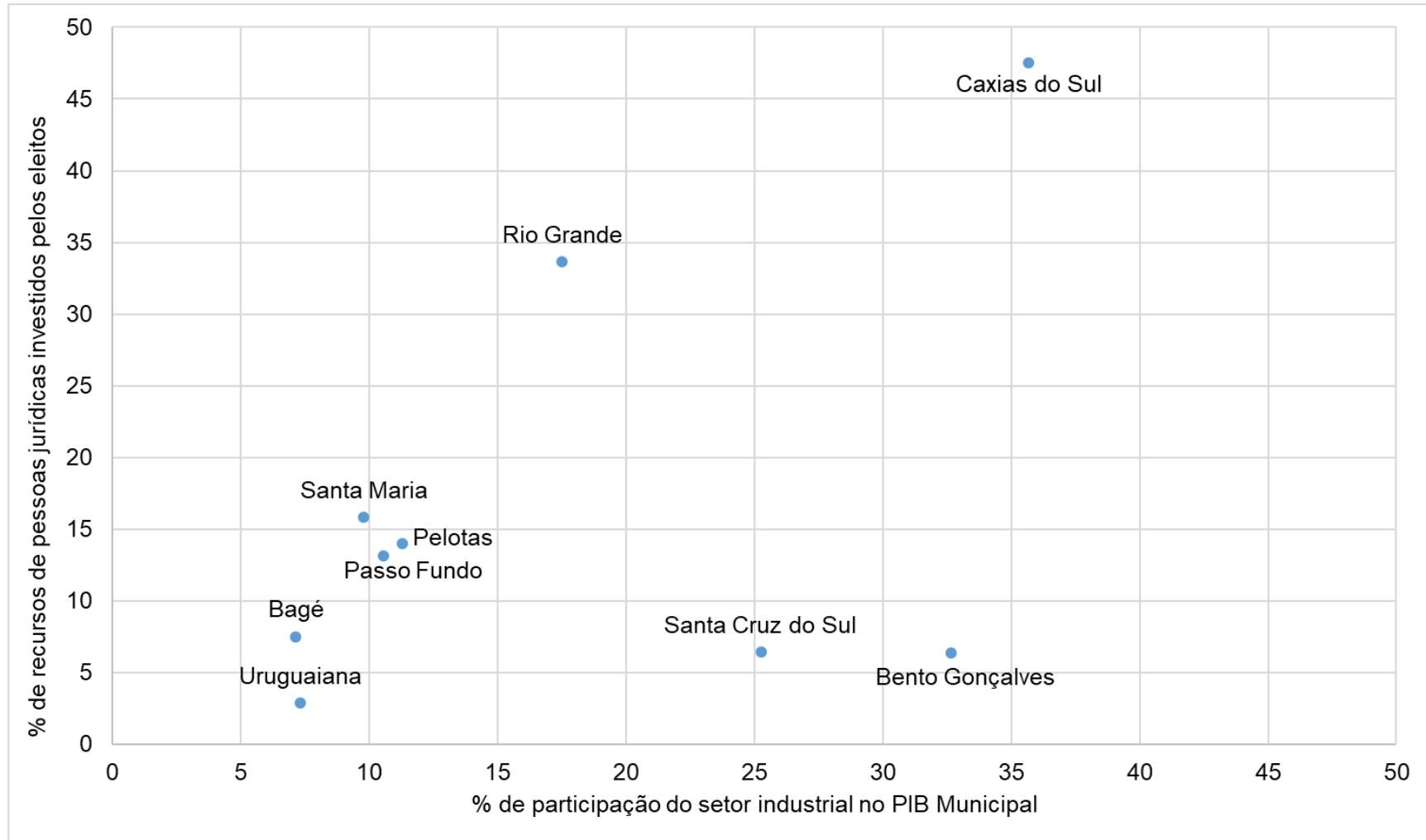
Em relação aos municípios de economia industrializada, em 2008, no Gráfico 3, percebe-se que apenas Caxias do Sul traz dados que correspondem à hipótese de pesquisa. Ainda que Caxias do Sul seja um caso exemplar de alta presença do setor industrial na economia municipal repercutindo em altos percentuais de recursos de pessoas jurídicas no financiamento de campanhas, os municípios de Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul, também marcados pela participação da produção industrial em seus PIBs, fogem ao padrão esperado. Esses dois municípios apresentaram, apesar

dos altos PIBs industriais, poucos recursos de pessoas jurídicas no financiamento dos eleitos.

O comportamento dos municípios de economia industrializada se repetiu no ano de 2012, como mostra o Gráfico 4: Caxias do Sul, novamente, apresentou uma forte associação entre presença industrial e financiamento de pessoas jurídicas; enquanto, Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul mostraram percentuais de investimento eleitoral empresarial muito aquém do peso dos seus setores industriais nos PIBs municipais. Assim, com exceção de Caxias do Sul, dos demais, por serem municípios empiricamente reconhecidos por seus setores industriais, esperava-se um significativo volume de recursos de pessoas jurídicas na campanha dos eleitos. Porém, o que se verificou foi percentuais próximos a municípios nos quais a indústria importa pouco para o PIB.

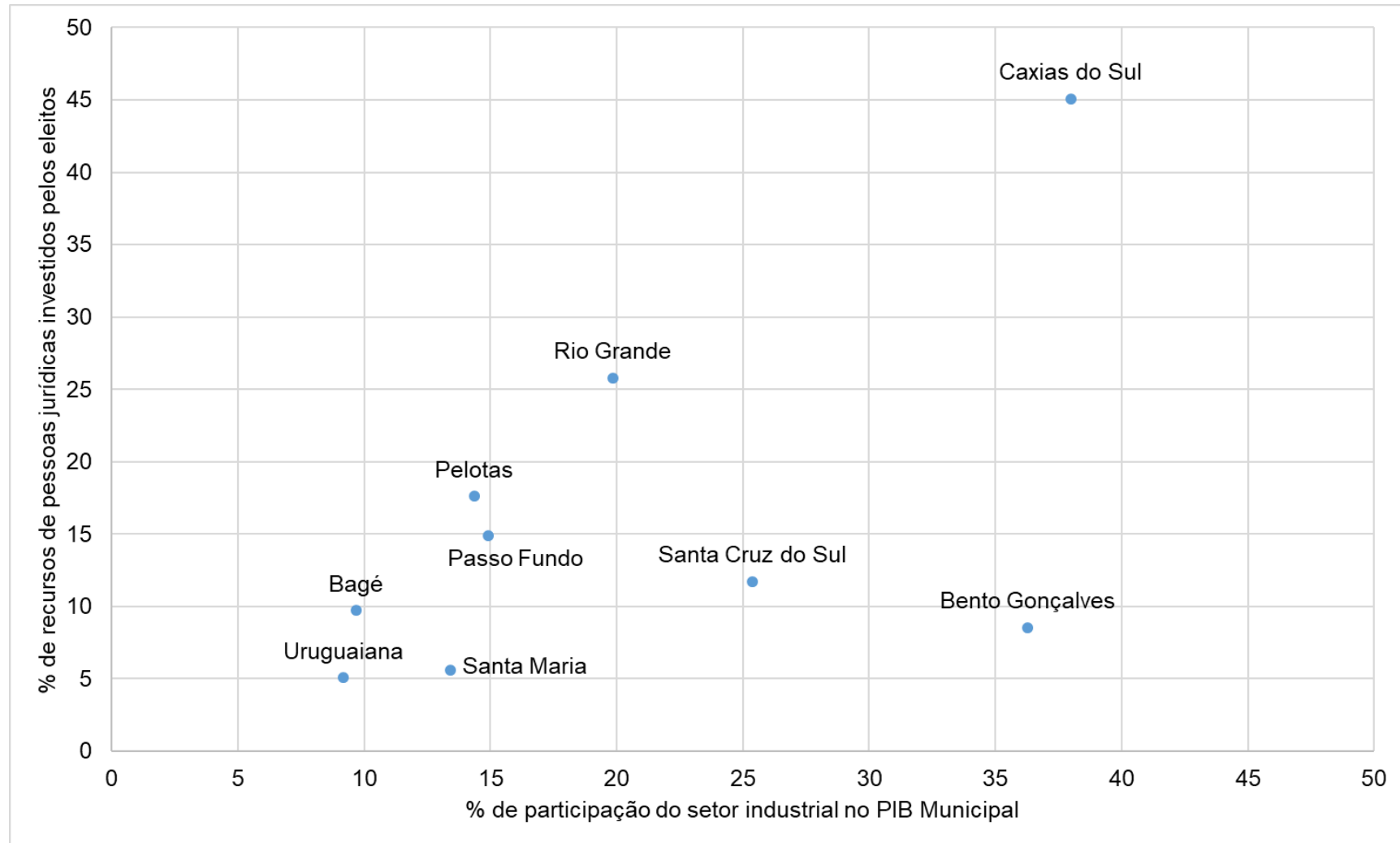
Quando se sobrepõe os Gráficos 3 e 4 (Apêndice N), percebe-se que, entre 2008 e 2012, houve poucas alterações na relação entre indústria e financiamento de pessoas jurídicas nos municípios estudados - indicando uma continuidade. Nos anos de 2008 e 2012, os municípios caracterizados pela presença da administração pública seguiram uma tendência de baixa participação das pessoas jurídicas no financiamento eleitoral. Os municípios em que indústria e setor público colaboram de forma parecida para o PIB municipal apresentaram doações de pessoas jurídicas proporcionais à participação do setor industrial nos seus PIBs. Contudo, os municípios industriais se dividiram: Caxias do Sul correspondeu ao padrão de alta participação do setor industrial no PIB, alta participação das pessoas jurídicas no financiamento; já Santa Cruz do Sul e Bento Gonçalves apresentaram dados referentes ao financiamento de pessoas jurídicas semelhantes aos de municípios como Bagé e Uruguaiana.

Figura 4 - Associação entre Participação da Indústria no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2008



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Figura 5 - Associação entre Participação da Indústria no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2012



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



A partir do que é observado nos Gráficos 3 e 4, surge a seguinte questão: por quais motivos Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul fugiram ao padrão desenhado pela hipótese deste trabalho? Para responder a isso, duas explicações possíveis e divergentes são traçadas - e servem de referência para serem testadas em futuros trabalhos. A primeira resposta possível defende que Santa Cruz do Sul e Bento Gonçalves distanciaram-se da tendência esperada devido a particularidades dos seus setores industriais. A segunda explicação, por sua vez, advoga que Caxias do Sul foi a exceção, à medida que já seria esperado pouca preocupação dos industriais de grande porte com a política local, como ocorreu em Bento e Santa Cruz.

Em 2008 e 2012, Santa Cruz do Sul e Bento Gonçalves apresentaram indústrias que possuíam como foco principal mercados externos, ou seja, a exportação de seus produtos. Nesse período, as principais indústrias de tabaco do Brasil estavam presentes em Santa Cruz do Sul (Souza Cruz, Universal Leaf Tabacos, JTI Processadora de Tabacos, Associated Tobacco do Brasil e Premium Tabacos do Brasil) e grandes empresas como Phillip Morris Brasil, Metalúrgica Mor, Mercur, Excelsior Alimentos e Xalingo também possuíam sua sede ou suas fábricas no município. Em Bento Gonçalves, os setores moveleiro, vitivinícola, alimentício e metalúrgico estavam fortemente presentes - o município era sede de cinco das quinhentas maiores empresas do Sul do Brasil (Todeschini, Vinícola Salton, Bertolini, Unicasa e Newsul). Assim, abrigando grandes empresas em suas circunscrições que possuíam interesse - sobretudo - no comércio exterior de seus produtos, os municípios de Santa Cruz do Sul e Bento Gonçalves teriam se distanciado da tendência esperada devido a essa particularidade dos seus setores industriais.

À medida que suas economias se direcionaram à exportação de produtos, os industriais de Santa Cruz do Sul e Bento Gonçalves não encontraram motivos para se interessar pela política local. Tal desinteresse, em tese, deve ser apresentado por demais municípios em que se localizam grandes empresas - algo a ser explorado em novas pesquisas. Pressupõe-se que tal comportamento por parte dos industriais de investir poucos recursos ou optar por não financiar campanhas eleitorais municipais ocorra devido a divisão de competências entre os entes federativos. Segundo o Art. 22, VIII, da Constituição Federal de 1988, compete privativamente à União legislar sobre comércio exterior e interestadual (BRASIL, 1988). Assim, investir em políticos locais não seria do interesse dos industriais desses municípios, pois a legislação que

os interessa é de responsabilidade do Congresso Nacional e não da Câmara Municipal.

A segunda explicação toma o comportamento de Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul como regra, e Caxias do Sul como a exceção. Advoga-se que, em municípios de porte médio, localizados relativamente distantes da influência da capital do estado e com participação relevante do setor industrial no PIB municipal, a despreocupação dos industriais com a política local seria a tendência esperada. Isso ocorreria, sobretudo, devido à importância que as indústrias de grande porte representam para a economia deste tipo de município. A economia municipal seria tão dependente do setor industrial que a representação política dos industriais na Câmara de Vereadores ocorreria de forma automática, não havendo necessidade de um esforço de financiamento de campanhas por parte do setor.

Isto posto, Caxias do Sul não seria o caso exemplar de forte presença industrial e, conseqüentemente, forte participação de recursos empresariais que tão bem ilustra a hipótese deste trabalho. Ao contrário, esperar-se-ia dos industriais caxienses um descuido para com a política municipal, ao passo que as grandes indústrias de máquinas e instalações agrícolas de Caxias do Sul, por exemplo, teriam interesse em política de comércio exterior e interestadual, a qual é de responsabilidade do estado e/ou da União. Contudo, para explicar a condição de exceção do município à regra, aventa-se a hipótese de que o caráter e os objetivos do empresariado caxiense o fazem atuar de maneira mais direta na política local.

O setor industrial de Caxias do Sul não agiria apenas com objetivos de influenciar legislações estaduais e federais a curto e médio prazo. O comportamento mais definido e estratégico do grupo industrial levaria em conta que, não raramente, os políticos que iniciam a carreira política no município alcançam cargos políticos nas esferas estaduais e federais<sup>63</sup>. Portanto, seria de suma importância para o setor industrial caxiense manter os canais de comunicação abertos com os políticos do município: uma forma de fazer isso seria financiar, com seus recursos, campanhas de candidatos locais desde o começo de suas carreiras políticas. Para além do argumento das características próprias do empresariado do município, também se somaria a explicação o argumento de que Caxias do Sul tem interesses nos mercados

---

<sup>63</sup> Desde a redemocratização, Caxias do Sul já foi a cidade na qual começaram a carreira política três governadores do estado do Rio Grande do Sul: Pedro Simon (1987-1990), Germano Rigotto (2003-2007) e José Ivo Sartori (2015-2019).

locais, regionais, nacionais e internacionais - o que faria o setor industrial financiar candidatos em todos os níveis de competição eleitoral.

As considerações traçadas acima trazem muitas hipóteses a serem investigadas em uma futura agenda de pesquisa. No entanto, neste trabalho, a primeira explicação, que enfatiza as características peculiares da economia dos municípios de Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul, parece ser a mais adequada para explicar o comportamento anômalo desses dois municípios frente à hipótese que aqui é testada. Por fim, as características que são levantadas para justificar a condição de exceção de Caxias, parecem - tomando a hipótese de que onde há forte setor industrial, há forte presença deste no financiamento eleitoral - ser características esperadas pelos municípios que seguem tal tendência. Assim, as exceções seriam Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul, e não Caxias do Sul. No entanto, reforça-se que essas são suposições que serão testadas em próximas pesquisas.

## 5.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS COM RECURSOS DE PESSOAS JURÍDICAS

O comportamento do financiamento de campanhas com recursos de pessoas jurídicas em municípios de economia ancorada na administração pública é o alvo desta seção. No Capítulo 2 deste trabalho, em especial na seção em que se caracterizou e agrupou os municípios conforme suas similaridades, foi identificada uma relação de proporcionalidade inversa entre participação do setor industrial e participação da administração pública nos PIBs municipais. Percebeu-se que, municípios com alta participação da indústria no PIB, como Caxias do Sul, por exemplo, contavam com setores públicos rarefeitos e com pouca relevância para a economia do município e vice-versa (ver Quadro 1). Assim, pressupõe-se que os dados de financiamento, quando confrontados com os dados econômicos da relevância do setor público nos municípios, apresentem um comportamento oposto aos mesmos dados de investimento eleitoral contrastados com a presença industrial nos municípios.

Diante disso, ao ter como ponto de partida os nove municípios selecionados e as eleições municipais de 2008 e 2012, analisa-se a associação entre a participação da administração pública no PIB municipal e o financiamento de campanhas com recursos de pessoas jurídicas. A participação da administração pública na economia

municipal é mensurada por meio do percentual de presença do setor no PIB municipal. O financiamento eleitoral por pessoas jurídicas, por sua vez, é operacionalizado por intermédio do percentual de recursos de pessoas jurídicas investidos pelos eleitos.

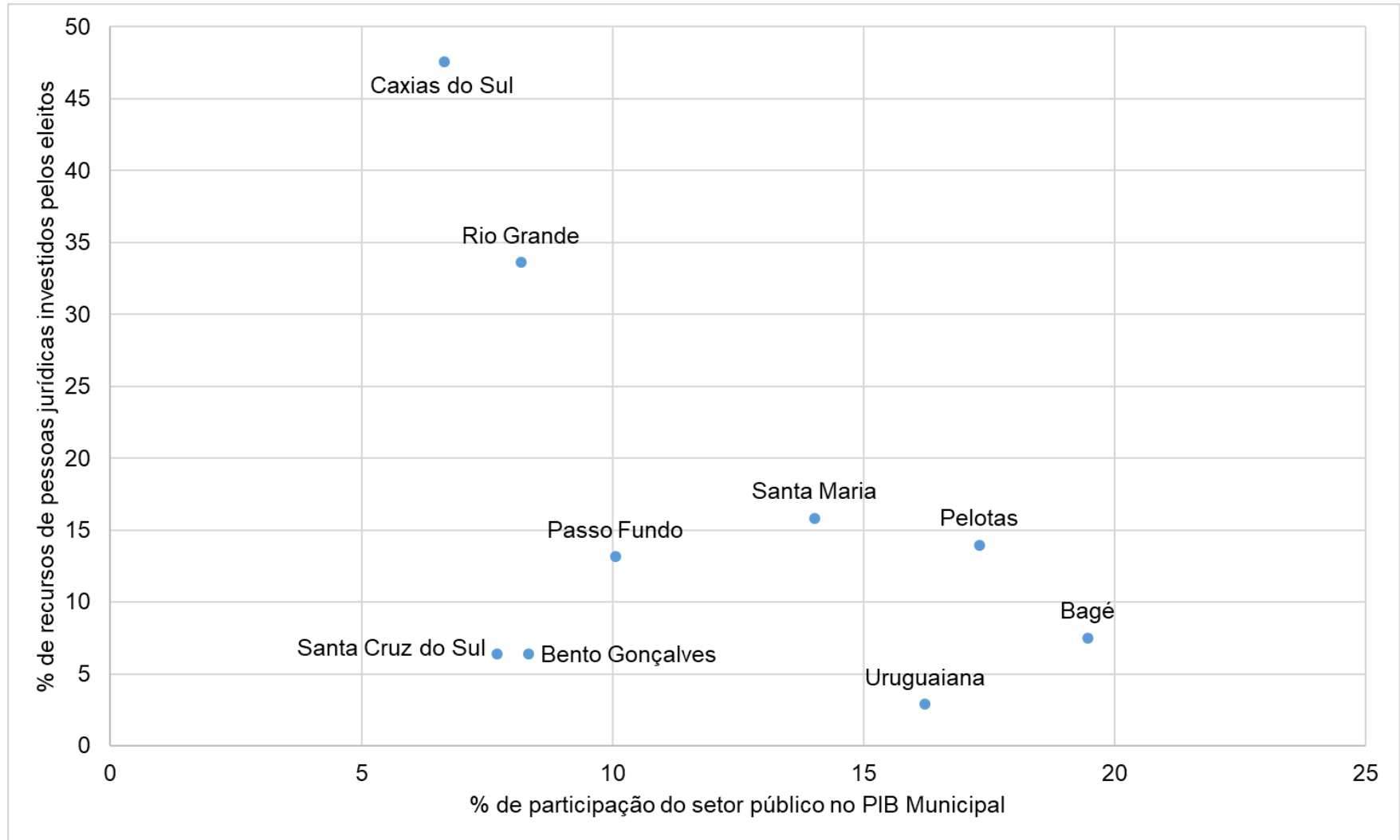
Tanto em 2008 quanto em 2012, é possível observar nos Gráficos 5 e 6<sup>64</sup>, uma associação oposta à encontrada na seção anterior. Assim, ao contrário dos indícios de uma associação positiva entre participação do setor industrial no PIB municipal e presença de recursos de pessoas jurídicas nas campanhas vencedoras, quando se busca identificar os reflexos da administração pública sobre as doações de empresas, tem-se a indicação do caminho de uma associação negativa. Nos municípios em que se encontrou a maior participação da administração pública no PIB municipal, também se observou os menores percentuais de participação dos recursos provenientes de pessoas jurídicas nas campanhas dos eleitos.

A condição de proporcionalidade inversa é tão destacada entre participação do setor industrial e participação do setor público nos PIBs municipais que até os casos de exceção são os mesmos: Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul. A segunda hipótese deste trabalho - que busca observar uma associação negativa entre as economias municipais em que o setor público constitui parcela significativa do PIB e a presença de recursos empresariais nos processos eleitorais - é confrontada pelo comportamento desses dois municípios, dos quais se esperava percentuais muito maiores de doações de pessoas jurídicas, dado seus setores públicos enxutos e suas indústrias marcantes economicamente: expectativa que não foi observada na empiria.

---

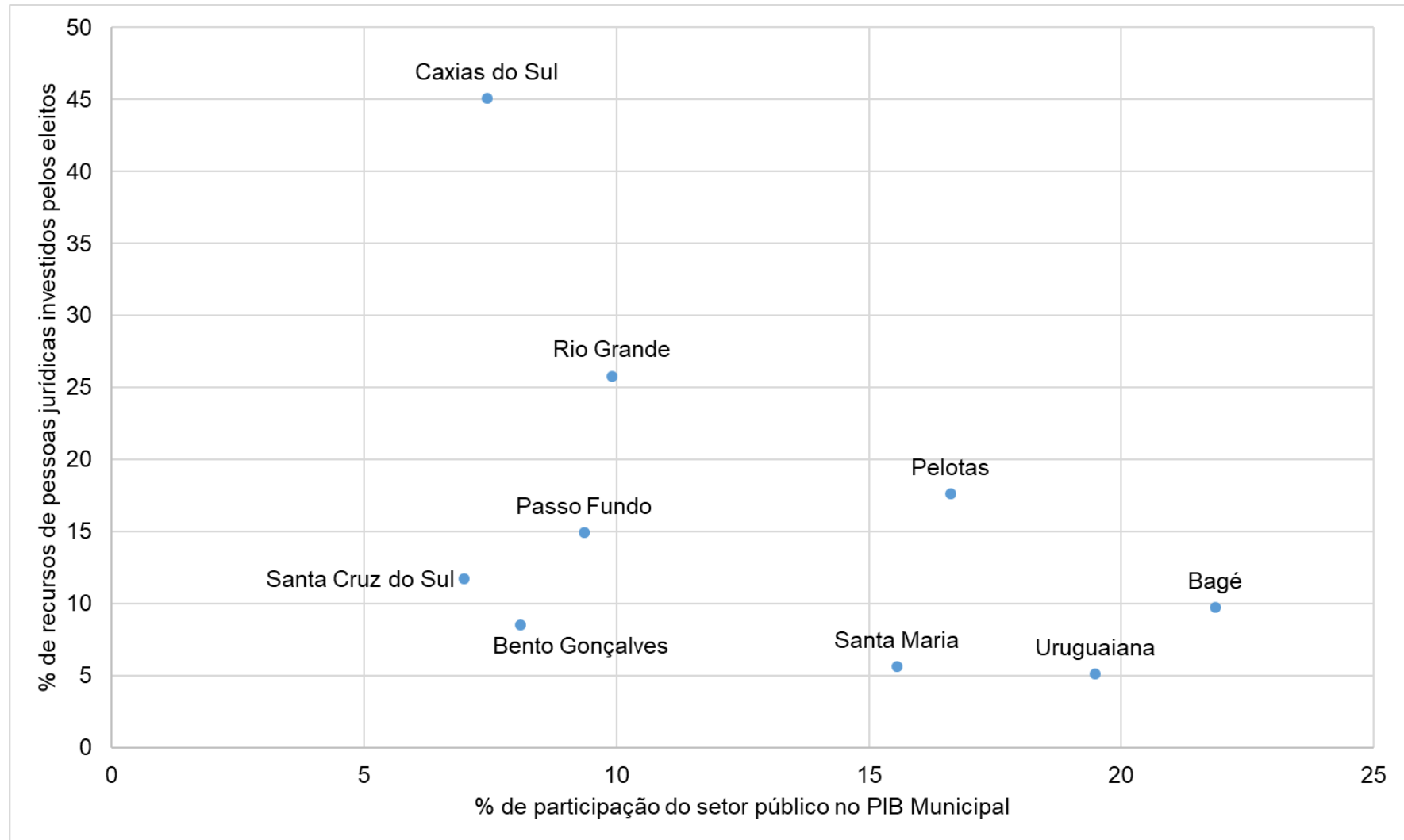
<sup>64</sup> A sobreposição dos Gráficos 5 e 6 pode ser observada no Apêndice O.

Figura 6 - Associação entre Participação da Administração Pública no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2008



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Figura 7 - Associação entre Participação da Administração Pública no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2012



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

### 5.3 ECONOMIAS MUNICIPAIS E FONTES DE FINANCIAMENTO ELEITORAL

No Quadro 2, são retomados os tipos de economias municipais, apresentados no Capítulo 2, e indicadas as principais fontes de financiamento de campanhas eleitorais utilizadas pelo conjunto dos eleitos em cada município e em cada processo eleitoral - descritas no Capítulo 3. A partir desta figura e das observações das seções anteriores deste Capítulo, são traçadas algumas considerações<sup>65</sup>.

Na competição eleitoral de 2008 e 2012 aos seus Legislativos Municipais, os municípios de economia ancorada na administração pública (Bagé, Santa Maria e Uruguaiana) tiveram praticamente duas fontes de financiamento principais: recursos próprios e recursos provenientes de pessoas físicas. Entre essas duas origens de recursos, os investimentos realizados pelos próprios candidatos foram predominantes. Não se encontrou, nesses municípios, em nenhuma ocasião, os recursos de pessoas jurídicas entre as principais fontes de financiamento. Tal ausência corrobora a hipótese desta pesquisa: é preciso ter um setor industrial forte para se ter percentuais significativos de recursos empresariais em eleições municipais. Os municípios em questão se caracterizaram justamente pelo incipiente setor industrial e, diante disso, os candidatos que objetivavam lograr êxito eleitoral precisaram buscar em outras fontes os recursos necessários.

Nos municípios de economia equilibrada (Passo Fundo, Rio Grande e Pelotas), as fontes principais de recursos foram mais diversas e mais balanceadas entre si. Recursos próprios, recursos de pessoas físicas e recursos de pessoas jurídicas contribuíram com parcelas próximas e significativas para as campanhas dos eleitos. Com PIBs municipais mais diversificados, os candidatos parecem ter tido mais opções de recursos à sua disposição ou, na hipótese contrária, precisamente pela falta de uma origem de recursos largamente predominante, necessitaram recorrer a mais de uma fonte de financiamento para captar os recursos necessários à obtenção dos votos e, decorrente, sucesso eleitoral. De todo modo, o equilíbrio do peso dos setores no PIB municipal parece ter tido reflexos na distribuição mais equânime dos recursos de campanha entre as diferentes fontes de financiamento.

---

<sup>65</sup> Algumas associações realizadas entre variáveis, mas não apresentadas no Capítulo 4 constam no Apêndice P deste trabalho.

Figura 8 - Principais fontes de financiamento do conjunto de eleitos aos Legislativos Municipais dos municípios selecionados em 2008 e 2012

<b>Grupo</b>	<b>Municípios</b>	<b>Fontes de Financiamento (2008)</b>	<b>Fontes de Financiamento (2012)</b>
Municípios de economia industrializada	Caxias do Sul	<b>Pessoas Jurídicas</b> <i>Recursos Próprios</i>	<b>Pessoas Jurídicas</b> <i>Pessoas Físicas</i>
	Bento Gonçalves	<b>Recursos Próprios</b> <i>Pessoas Físicas</i>	<b>Recursos Próprios</b> <i>Pessoas Físicas</i>
	Santa Cruz do Sul	<b>Recursos Próprios</b> <i>Pessoas Físicas</i>	<b>Recursos Próprios</b> <i>Pessoas Físicas</i>
Municípios de economia equilibrada	Rio Grande	<b>Pessoas Jurídicas</b> <i>Recursos Próprios</i>	<b>Recursos Próprios</b> <i>Pessoas Jurídicas</i>
	Passo Fundo	<b>Recursos Próprios</b> <i>Pessoas Físicas</i>	<b>Recursos Próprios</b> <i>Pessoas Físicas</i>
	Pelotas	<b>Pessoas Físicas</b> <i>Recursos Próprios</i>	<b>Recursos Próprios</b> <i>Pessoas Físicas</i>
Municípios de economia ancorada na administração pública	Santa Maria	<b>Pessoas Físicas</b> <i>Recursos Próprios</i>	<b>Recursos Próprios</b> <i>Pessoas Físicas</i>
	Uruguaiana	<b>Recursos Próprios</b> <i>Pessoas Físicas</i>	<b>Recursos Próprios</b> <i>Pessoas Físicas</i>
	Bagé	<b>Recursos Próprios</b> <i>Pessoas Físicas</i>	<b>Pessoas Físicas</b> <i>Recursos Próprios</i>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nota: Em **negrito**, a principal fonte de financiamento do conjunto dos eleitos do município no processo eleitoral em questão; em *itálico*, a segunda principal origem dos recursos de campanha. Por último, destacado em verde, as situações em que a diferença entre a principal fonte de recursos e a fonte secundária foi de menos de 10 pontos percentuais, caracterizando um equilíbrio entre as fontes de financiamento.

Por fim, os municípios de economia industrializada (Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul) se dividiram quanto às principais fontes de financiamento de campanhas. Caxias do Sul correspondeu à hipótese de pesquisa: o forte setor industrial do município compareceu com o mesmo peso entre as principais fontes de financiamento dos eleitos. Contudo, Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul apresentaram como a origem predominante dos recursos de campanha das candidaturas vitoriosas os recursos investidos pelos próprios candidatos. Nesses dois municípios, caracteristicamente marcados por suas indústrias, essas não tiveram preocupação com a disputa local à



Câmara de Vereadores em 2008 e 2012. Possivelmente, pela importância que apresentavam às economias de Bento e de Santa Cruz, as empresas já encontravam representantes de seus interesses nas assembleias legislativas municipais. Por sua vez, os interessados nas cadeiras do Legislativo Municipal precisaram procurar em outras fontes os recursos necessários para o financiamento de suas campanhas.

Portanto, entende-se que a hipótese do trabalho, levando em consideração os dois processos eleitorais e os nove municípios de médio porte selecionados, foi corroborada. Não se extrapola as conclusões dessa pesquisa para além do conjunto de municípios analisados. Contudo, identifica-se algumas tendências e questões a serem exploradas futuramente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recursos financeiros sempre estiveram presentes na estruturação e na realização de competições políticas, em especial as eleitorais. Contudo, tornaram-se imprescindíveis à medida que o sufrágio foi sendo ampliado e o contato direto entre candidato e eleitor se mostrou impossível. Nesse contexto, para obter os votos necessários e ocupar cargos públicos eletivos, os candidatos passaram a investir em meios de comunicação modernos, de amplo alcance e caros. Assim, ao passo que avançou o processo de democratização, as campanhas eleitorais ficaram mais onerosas e a captação de votos demandou cada vez mais recursos para a sua consecução.

Se, por um lado, havia uma grande demanda por recursos para financiar as campanhas eleitorais, por outro, mudanças no papel e nas funções do Estado aproximaram as empresas e seus recursos do financiamento político. Além da incorporação de funções regulatórias, o processo de modernização do Estado foi marcado pela transformação do próprio Estado em um agente econômico e um grande cliente de produtos e serviços do setor privado. Desse modo, percebendo como o Estado passou a influenciar em suas vidas, as empresas e os grupos de interesse buscaram influenciar as decisões políticas e as políticas públicas que poderiam vir a prejudicá-los ou beneficiá-los. Um dos modos que esses agentes econômicos encontraram de exercer influência sobre a política institucional foi financiar candidatos e esperar o apoio desses em relação aos seus interesses. As empresas, então, se tornaram a principal fonte de recursos das campanhas eleitorais.

No Brasil, a relação entre empresariado e financiamento de campanhas ocupa uma posição de destaque nos estudos sobre investimento eleitoral. De modo geral, os trabalhos têm se debruçado sobre: 1) a relação entre doações eleitorais de empresas e favorecimento político dos doadores 2) e o impacto dos recursos empresariais sobre os resultados eleitorais. Em relação ao primeiro tema, uma série de pesquisas têm identificado que os doadores empresariais esperam ou efetivamente recebem benefícios ao financiarem campanhas. Quanto ao impacto das doações de empresas sobre os resultados eleitorais, vários trabalhos realçam a associação positiva entre sucesso eleitoral e financiamento proveniente de pessoas jurídicas.

A literatura de recorte empírico sobre o financiamento de campanhas eleitorais no Brasil, porém, tem se dedicado pouco a entender a dinâmica dos recursos de

campanha em nível municipal e o grau de participação das empresas nos processos eleitorais locais. Nesse ínterim, este trabalho buscou colocar em relevo algumas questões e discussões sobre o financiamento eleitoral em processos eleitorais locais. Em especial, procurou entender como diferentes configurações de economias municipais afetaram de formas distintas o financiamento de candidatos eleitos aos Legislativos Municipais de municípios de porte médio no Rio Grande do Sul em 2008 e 2012.

Neste estudo, a partir dos critérios de inclusão e de exclusão de casos, chegou-se a nove municípios - Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana. Tal amostra não permitiu, a princípio, a aplicação de testes estatísticos que possibilitassem a extrapolação dos resultados para outras realidades municipais semelhantes. Contudo, observando o comportamento da correlação entre financiamento eleitoral e economia municipal nesses nove casos, por meio de técnicas de associação e gráficos de dispersão, foi possível (1) testar a hipótese norteadora desta investigação e (2) apontar tendências a serem objetos de pesquisa empírica em trabalhos futuros.

A descrição das características econômicas e a análise da composição do PIB dos nove municípios permitiram a formação de três grupos: os municípios de economia industrializada, os municípios de economia equilibrada e os municípios de economia ancorada na administração pública. Os *municípios de economia industrializada* foram Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul e se caracterizaram pela presença em seus municípios de grandes empresas, que constituem um setor industrial fortemente estabelecido e robusto. Os *municípios de economia equilibrada* foram Passo Fundo, Pelotas e Rio Grande e ficaram marcados pela presença tanto de instituições públicas quanto de empresas de grande porte. Os *municípios de economia ancorada na administração pública* foram Bagé, Santa Maria e Uruguaiana e apresentaram uma configuração econômica fortemente dependente da presença de instituições públicas nos seus municípios, em especial universidades e instituições militares.

Os dados de financiamento do conjunto dos eleitos nos nove municípios permitiram concluir que os recursos próprios foram a principal origem dos recursos utilizados nos processos eleitorais em 2008 e 2012. Nos poucos casos em que não foram o principal recurso utilizado pelos candidatos vitoriosos, constituíram a segunda fonte mais utilizada por eles. Quando se observa somente as campanhas individuais,

em 2008, dos 115 eleitos, 57 tiveram como recursos principais os investidos por eles próprios; em 2012, dos 169 eleitos, 88 contaram principalmente com recursos próprios.

Quanto à relação entre economia municipal e financiamento de campanhas, a hipótese que norteou o trabalho foi a de que quanto maior a presença do setor industrial no PIB de um município, maior a participação dos recursos de pessoas jurídicas na campanha dos eleitos. Outra hipótese testada foi a de que, substituindo o setor industrial pela administração pública na equação acima, a associação se tornaria negativa: quanto maior a presença do setor público no PIB de um município, menor a participação dos recursos empresariais nas suas campanhas eleitorais.

Entende-se que a hipótese foi corroborada, ao passo que, tanto no cenário em que se destacou o setor industrial quanto no que se deu relevo à administração pública, o comportamento esperado pelos dados de financiamento ocorreu. Com exceção de dois casos: Bento Gonçalves e Santa Cruz do Sul. Nesses dois municípios, apesar do robusto setor industrial e da participação significativa desse setor no PIB dos municípios, não houve presença expressiva das pessoas jurídicas no financiamento dos eleitos. Uma possível explicação para o comportamento anômalo desses dois casos é o interesse das indústrias localizadas em seus limites na exportação de seus produtos. À medida que as políticas de comércio exterior não são de responsabilidade municipal, os industriais desses municípios não se preocupam com a política local. Contudo, essa é uma hipótese a ser testada em trabalhos futuros.

Neste trabalho de caráter eminentemente exploratório, as observações realizadas - a partir dos nove casos analisados - tiveram como objetivo apontar tendências e elementos de padronização a serem mais aprofundados em próximas pesquisas. O comportamento do setor industrial no financiamento das campanhas em processos eleitorais municipais parece ser um importante tema a constituir uma agenda de pesquisa no âmbito dos estudos sobre investimento eleitoral no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BOAS, Taylor C.; HIDALGO, F. Daniel; RICHARDSON, Neal P. The spoils of victory: campaign donations and government contracts in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 76, n. 2, p. 415-429, 2014.

BOLOGNESI, Bruno; CERVI, Emerson Urizzi. **Distribuição de recursos e sucesso eleitoral nas eleições de 2006**. 35º Encontro Anual da ANPOCS. Anais eletrônicos [...] Caxambu, MG: ANPOCS, p. 24-28, 2011.

BOURDOUKAN, Adla Youssef. **O bolso e a urna: financiamento político em perspectiva comparada**. 2009. 151 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

CAMPOS, Mauro Macedo. **Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil**. 2009. 237 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

CAMPOS, Mauro Macedo; BORSANI, Hugo. **Financiamento Público Indireto no Brasil: impactos da mídia eletrônica para partidos e eleições**. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES, v. 1, n. 1, 2011.

CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, eleições e poder**. Nota Bene. YouTube, 17 de julho de 2019. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=exXnsQuslVI&t=1839s&ab\\_channel=NotaBene](https://www.youtube.com/watch?v=exXnsQuslVI&t=1839s&ab_channel=NotaBene)>. Acesso em: 08 de novembro de 2022.

CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, eleições e poder: as engrenagens do sistema político brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2018.

CARGNIN, Antonio Paulo *et al.* Quinze anos de transformações na economia e sociedade gaúchas contados pelas páginas do Atlas Socioeconômico do RS. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 24, p. 29-62, 2014.

CERVI, Emerson Urizzi. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos: as eleições de 2008 nas capitais de Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 135-167, 2010.

CERVI, Emerson Urizzi. Doações de campanha e desempenho eleitoral: uma análise comparativa sobre as eleições para prefeito de capitais brasileiras em 2008 e 2012. **Agenda Política**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 26-54, 2013.

CERVI, Emerson Urizzi. Financiamento político e eleitoral no Brasil: das abordagens acadêmicas às aplicações práticas, o papel do dinheiro na democracia representativa. In: BONIFÁCIO, R., *et al.* (Orgs.). **O voto para presidente no Brasil: 1989 a 2010, condicionantes e fatores explicativos**. Teresina: Edufpi, 2014.

CLAESSENS, Stijn; FEIJEN, Erik; LAEVEN, Luc. Political connections and preferential access to finance: the role of campaign contributions. **Journal of Financial Economics**, v. 88, n. 3, p. 554-580, 2008.

COLOMBO, Jéfferson Augusto; SÁ, Rodrigo de; ROCHA, Roberto Pereira da. PIB dos Municípios do RS em 2008. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 39, n. 1, 2011.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 2012.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora UnB, 2009.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e política**: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal. 2011. 350 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.

FLORES, Sílvia Amélia Mendonça *et al.* Alinhamento de interesses entre empresas e Senado: um estudo das doações financeiras a campanhas eleitorais. **Desafio Online**, v. 8, n. 2, p. 235-262, 2020.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **RS em números: 2013**. Porto Alegre: FEE, 2013a. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/publicacao/rs-em-numeros-2013/>>. Acesso em: 06 de setembro de 2022.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado Bruto por setores de atividade — 1996-2012**. Porto Alegre: FEE, 2013b. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pib-estadual-serie-historica1995-2012.php>>. Acesso em: 05 de agosto de 2022.

GEARA, L. E. *et al.* O financiamento eleitoral nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados: uma análise do metarrelacionamento entre empresas e parlamentares. **E-Legis** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, v. 11, n. 26, p. 60-81, 2018.

GIL, Antonio Carlos. Análise e Interpretação. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, p. 155-179, 2008b.

GIL, Antonio Carlos. Métodos das Ciências Sociais. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, p. 8-25, 2008a.

GONÇALVES, Maetê P. **Financiamento político e benefícios tributários**: Uma análise da atuação de setores contemplados com benefícios tributários no financiamento de campanhas eleitorais (2003-2010). Trabalho apresentado ao 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 2011.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**: revista de cultura e política, p. 193-223, 2003.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HEILER, Jeison Giovani. Democracia: O jogo das incertezas. Uma abordagem empírica do financiamento de campanhas eleitorais. **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 2, p. 677-707, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais Brasil 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. **Fundamentos da pesquisa em ciência política**. São Paulo: Blucher, 2015.

KEYNES, John Maynard. O Fim do Laissez-Faire. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **Keynes**. São Paulo: Ática, p. 106-126, 1984.

KINZO, Maria D.'Alva Gil. Funding Parties and Elections in Brazil. In: BURNELL, P.; WARE, A. (Eds.). **Funding Democratization**. Manchester: Manchester University Press, 1997.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 349-385, 2012.

KRAUSE, Silvana; REBELLO, Maurício Michel; SILVA, Josimar Gonçalves da. O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): autores, objetivos, êxito e fracasso (1988-2010). **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 247-272, 2015.

LAZZARI, Martinho Roberto. A economia gaúcha na visão das Contas Regionais—1981-2009. In: **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, p. 1-15, 2010.

LAZZARINI, Sérgio G. *et al.* **What do Development Banks do? Evidence from Brazil 2002–2009**. Harvard Business School, Working Paper n. 12-047. University of Harvard, 2011.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MACHADO, Márcia Kaipers. **A presença do Exército e da Aeronáutica na organização espacial de Santa Maria-RS**. 2008. 175 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

MANCUSO, Wagner Pralon. Empresas e financiamento de campanhas eleitorais de candidatos a deputado federal pelo estado de São Paulo nas eleições de 2002 e 2006. In: COSTA, A. J. D., *et al* (Orgs.). **Desenvolvimento e crise na América Latina: estado, empresas e sociedade**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015.

MANCUSO, Wagner Pralon; FIGUEIREDO FILHO, Dalson B. **Financiamento empresarial nas campanhas para deputado federal no Brasil (2002-2010): determinantes e consequências.** Trabalho apresentado ao 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 2014.

MANCUSO, Wagner Pralon; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento empresarial e desempenho eleitoral no Brasil: um estudo das eleições para deputado federal em 2010. **VIII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade.** Curitiba. 2012.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, p. 121-142, 2008.

MARENCO, André. Financiamento de campanhas eleitorais. In: AVRITZER, Leonardo, *et al.* (Eds.). **Corrupção: ensaios e críticas.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MARENCO, André. Quando leis não produzem os resultados esperados: financiamento eleitoral em perspectiva comparada. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 45-76, 2010.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NICOLAU, Jairo. Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014). **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 83-106, 2017.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Silva Nunes de; ARAUJO, Gustavo Batista. **Doações de Campanha para Deputados Federais Influenciam a Alocação Posterior de Contratos Públicos? A eleição de 2006 e o interstício 2008-2010.** Trabalho apresentado ao 37º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia, SP, 2013.

PIRONI, Cristiane Rachel. **Igualdade política e financiamento de campanhas eleitorais.** 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

POPPER, Karl. Ciência: Conjecturas e refutações. In: **Conjecturas e Refutações.** 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 63-88.

RAMOS, Marília Patta. Métodos quantitativos e pesquisa em Ciências Sociais: Lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. **Mediações**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 55-65, 2013.

REBELLO, Maurício Michel; GIORA, Gustavo; SCAPINI, Marina. Dinheiro realmente importa?: uma análise do financiamento de campanha nas eleições para a ALERGS em 2014. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 169-188, set.-dez. 2016.

REIS, Palhares Moreira. Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais. In: AGRA, W. M.; COELHO, M. V. F. (Coords.). **Direito Eleitoral e**



**Democracia** - Desafios e Perspectivas. Brasília: OAB Editora, p. 227-263, 2010.

RESENDE, Roberta Carnelos *et al.* Comportamento parlamentar e financiamento de campanha: o caso do rompimento da barragem em Mariana. **Revista Debates**, v. 14, n. 3, p. 23-42, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ (SEPLAG). **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul** – Edição Eletrônica. Porto Alegre, 2013.

RUBIO, Delia Ferreira. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. **Novos estudos CEBRAP**, p. 6-16, 2005.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo. O Rio Grande do Sul como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 313-328, 2012.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião pública**, v. 18, p. 177-197, 2012.

SAMUELS, David. Does Money Matter? Credible Commitments and Campaign Finance in New Democracies: Theory and Evidence from Brazil. **Comparative Politics**, 34(1), p. 23-42, 2001c.

SAMUELS, David. Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lucio R. (Ed.). **Reforma política: lições da história recente**. FGV Editora, 2006. p. 133-156.

SAMUELS, David. Incumbents and challengers on a level playing field: assessing the impact of campaign finance in Brazil. **Journal of Politics**, v. 63, n. 2, p. 569-584, 2001b.

SAMUELS, David. Money, elections, and democracy in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 43, n. 2, p. 27-48, 2001a.

SAMUELS, David. Pork Barreling is not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Source of the Personal Vote in Brazil. **The Journal of Politics**, 64(3), p. 845-863, 2002.

SAMUELS, David. When does every Penny Count? Intra-party Competition and Campaign Finance in Brazil. **Party Politics**, 7(1), p. 89-102, 2001d.

SANTOS, Manoel Leonardo *et al.* Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 33-59, abr. 2015.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada: 1 O Debate Contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SILVA, Bruno Fernando da. **Para além do financiamento empresarial: a alocação de recursos econômicos nas campanhas à câmara dos deputados (2010-2014)**. 2016. 114 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2016.

SILVA, Bruno Fernando da. **A relação entre dinheiro e (expectativa de) voto a partir das eleições municipais de 2008, 2012 e 2016**. XI Encontro ABCP. Anais eletrônicos [...] Curitiba: ABCP, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/32fhQE0>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

SILVA, Bruno Fernando da; CERVI, Emerson Urizzi. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 23, p. 75-110, 2017.

SPECK, Bruno Wilhelm. **O dinheiro na política**. Disciplina de Pós-Graduação em Ciência Política. Unicamp / Univesp: 2013a. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=ilKtknnGSE8&t=331s&ab\\_channel=UNIVESP](https://www.youtube.com/watch?v=ilKtknnGSE8&t=331s&ab_channel=UNIVESP)>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

SPECK, Bruno Wilhelm. O financiamento de campanhas eleitorais. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG: PNUD, p. 153-158, 2006b.

SPECK, Bruno Wilhelm. O financiamento político e a corrupção no Brasil. In: **Temas de corrupção política**. São Paulo: Balão Editorial, p. 49-97, 2012.

SPECK, Bruno Wilhelm. Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil. **Elecciones**, Perú, año 5, n. 6, p. 133-162, 2006a.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 2, p. 109-126, 2013.

SPECK, Bruno Wilhelm. Game over: duas décadas de financiamento de campanhas com doações de empresas no Brasil. **Revista de estudios brasileños**, v. 3, n. 4, p. 125-135, 2016.

TELLES, Helcimara de Souza. Estratégias de Campanha Política: slogans e retóricas nas eleições para prefeitos no Brasil. **América Latina Hoy**, nº 51, Salamanca: Editora Universidade de Salamanca, 2009.

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp. **O Mercado de Trabalho de Pelotas**. Pelotas: Observatório Social do Trabalho, 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

Tabela 1 - Número de Habitantes em 2010 e Número de Eleitores em 2008 e 2012 nos Municípios do Rio Grande do Sul com mais de 100 mil habitantes (em números absolutos)

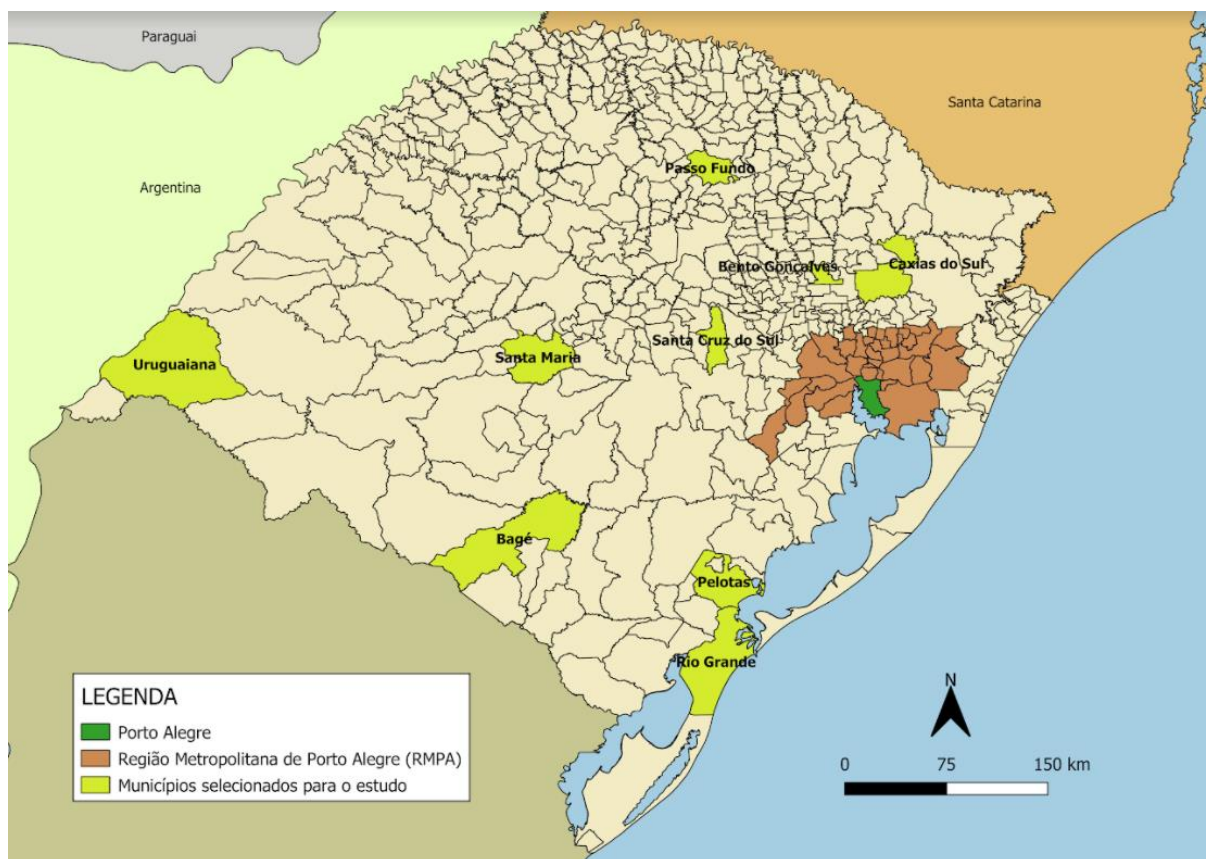
<b>Municípios</b>	<b>Número de Habitantes (2010)(1)</b>	<b>Número de Eleitores (2008)(2)</b>	<b>Número de Eleitores (2012)(3)</b>
Bento Gonçalves	107.278	76.122	80.736
Bagé	116.794	84.914	88.512
Cachoeirinha	118.278	89.232	95.570
Santa Cruz do Sul	118.374	88.389	93.837
Uruguaiana	125.435	87.598	90.492
Sapucaia do Sul	130.957	96.357	101.004
Passo Fundo	184.826	128.001	136.044
Alvorada	195.673	128.249	138.366
Rio Grande	197.228	139.091	147.155
São Leopoldo	214.087	147.869	158.406
Novo Hamburgo	238.940	172.235	177.318
Viamão	239.384	153.566	162.398
Gravataí	255.660	166.129	178.125
Santa Maria	261.031	187.541	196.224
Canoas	323.827	237.427	228.445
Pelotas	328.275	242.976	249.959
Caxias do Sul	435.564	295.225	319.511
Porto Alegre	1.409.351	1.037.372	1.074.220

Fonte: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Notas: (1) Os dados foram coletados pelo IBGE no Censo Populacional de 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 de junho de 2022. (2) Os dados se referem ao eleitorado dos municípios no mês de dezembro de 2008. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado>>. Acesso em: 21 de junho de 2022. (3) Os dados se referem ao eleitorado dos municípios no mês de dezembro de 2012. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado>>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

## APÊNDICE B

Figura 1 - Distribuição espacial dos municípios selecionados no estado do Rio Grande do Sul



Elaborado por Pedro Azeredo de Ugalde.

Fonte: Base de Dados Geográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## APÊNDICE C

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto (em percentuais) dos Municípios Seleccionados por Setor Econômico no Ano de 2008

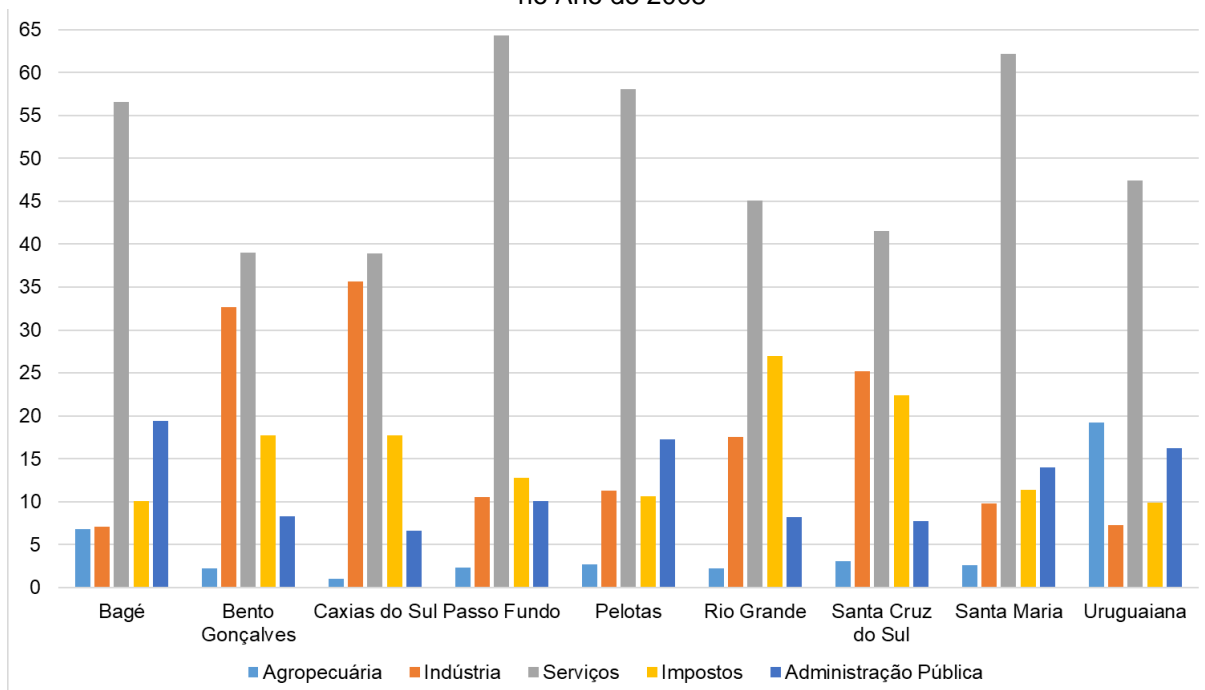
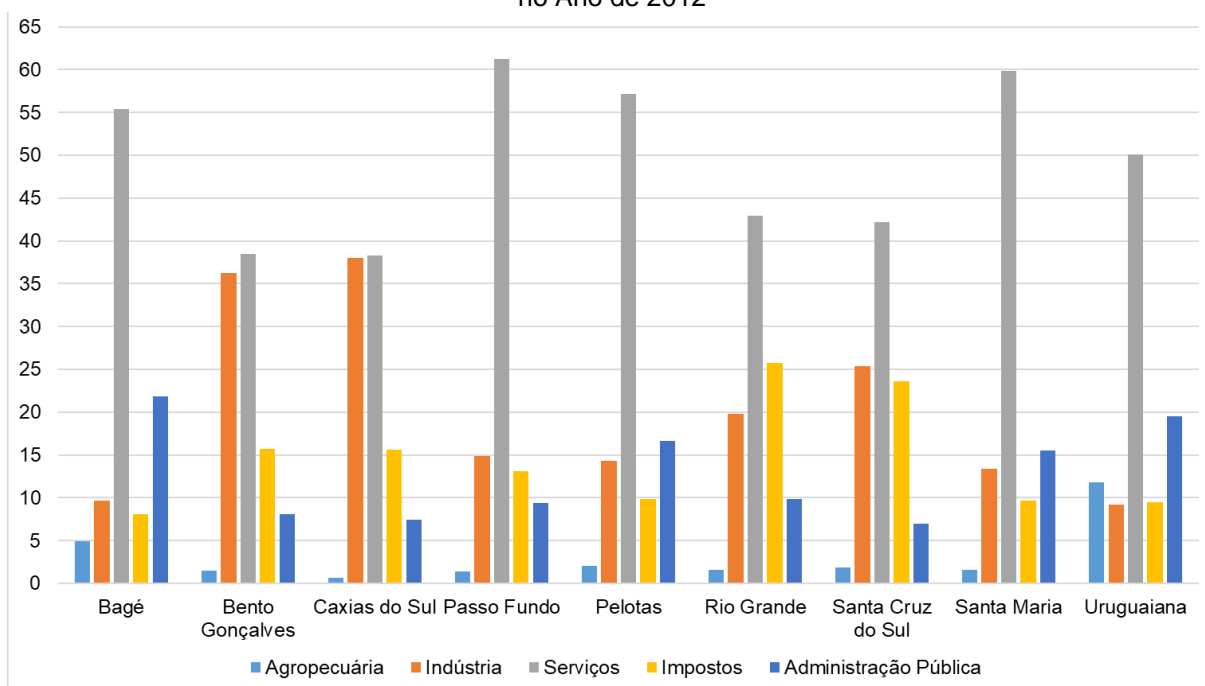


Gráfico 2 - Produto Interno Bruto (em percentuais) dos Municípios Seleccionados por Setor Econômico no Ano de 2012



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## APÊNDICE D

Tabela 2 - Número de candidatos e número de eleitos nas eleições legislativas municipais de 2008 nos municípios selecionados

<b>Município</b>	<b>Nº de candidatos</b>	<b>Nº de eleitos</b>	<b>Relação candidato x vaga</b>
Bento Gonçalves	97	11	9
Santa Maria	117	14	8
Uruguaiana	122	11	11
Santa Cruz do Sul	153	11	14
Caxias do Sul	157	17	9
Rio Grande	168	13	13
Bagé	170	11	15
Passo Fundo	171	12	14
Pelotas	207	15	14
<b>Total</b>	<b>1362</b>	<b>115</b>	<b>12</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## APÊNDICE E

Quadro 1 - Número de eleitos por partido nas eleições legislativas municipais de 2008 nos municípios selecionados

<b>Partidos /Municípios</b>	<b>PT</b>	<b>PMDB</b>	<b>PP</b>	<b>PSDB</b>	<b>DEM</b>	<b>PDT</b>	<b>PTB</b>	<b>PRB</b>	<b>PCdoB</b>	<b>PPS</b>	<b>PR</b>
<b>Bagé</b>	7	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1
<b>Bento Gonçalves</b>	2	3	2	1	1	1	-	1	-	-	-
<b>Caxias do Sul</b>	4	5	-	2	-	3	-	1	2	-	-
<b>Passo Fundo</b>	1	2	1	-	1	3	2	-	1	-	1
<b>Pelotas</b>	4	2	2	1	1	1	1	1	-	2	-
<b>Rio Grande</b>	3	4	-	1	-	1	1	-	1	2	-
<b>Santa Cruz do Sul</b>	2	-	2	2	1	-	4	-	-	-	-
<b>Santa Maria</b>	4	3	4	1	1	-	-	1	-	-	-
<b>Uruguaiana</b>	1	3	2	5	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	28	23	14	13	5	9	9	4	4	4	2

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## APÊNDICE F

Tabela 3 - Sexo dos eleitos nas eleições legislativas municipais de 2008 nos municípios selecionados

Município	Masculino	Feminino
Bagé	8	3
Bento Gonçalves	10	1
Caxias do Sul	14	3
Passo Fundo	12	0
Pelotas	14	1
Rio Grande	12	1
Santa Cruz do Sul	11	0
Santa Maria	11	3
Uruguaiana	9	2
Total	101	14

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



## APÊNDICE G

Quadro 2 - Grau de instrução dos eleitos nas eleições legislativas municipais de 2008 nos municípios selecionados

<b>Escolaridade / Municípios</b>	<b>Superior completo</b>	<b>Superior incompleto</b>	<b>Médio completo</b>	<b>Médio incompleto</b>	<b>Fundamental completo</b>	<b>Fundamental incompleto / Lê e escreve</b>
<b>Bagé</b>	7	1	1	1	-	1
<b>Bento Gonçalves</b>	4	-	1	2	2	2
<b>Caxias do Sul</b>	11	2	1	1	-	2
<b>Passo Fundo</b>	6	-	5		1	-
<b>Pelotas</b>	6	-	4	3	2	-
<b>Rio Grande</b>	5	2	2	2	-	2
<b>Santa Cruz do Sul</b>	6	-	4	-	1	-
<b>Santa Maria</b>	8	3	2	-	1	-
<b>Uruguaiana</b>	7	-	1	2	1	-
<b>Total</b>	60	8	21	11	8	7

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## APÊNDICE H

Quadro 3 - Ocupação profissional declarada pelos eleitos nas eleições legislativas municipais de 2008 nos municípios selecionados

<b>Municípios / Ocupação declarada</b>	<b>Bagé</b>	<b>Bento Gonçalves</b>	<b>Caxias do Sul</b>	<b>Passo Fundo</b>	<b>Pelotas</b>	<b>Rio Grande</b>	<b>Santa Cruz do Sul</b>	<b>Santa Maria</b>	<b>Uruguaiana</b>	<b>Total</b>
Advogado	-	-	3	2	2	3	1	1	2	14
Comerciante / Comerciário / Empresário / Representante Comercial	1	3	1	2	-	2	1	2	1	13
Locutor e Comentarista de Rádio e Televisão e Radialista / Comunicólogo	-	1	1	-	1	1	1	-	-	5
Médico	1	-	-	2	-	-	-	1	1	5
Ocupante de cargo em comissão	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Outros	3	2	7	2		3	3	4	2	26
Professor de Ensino Fundamental e Médio	-	2	-	2	2	-	2	3	1	12
Servidor Público Municipal, Estadual e Federal	-	-	2	1	4	1	1	1	1	11
Vereador	1	3	3	1	6	3	2	2	3	24

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## APÊNDICE I

Tabela 4 - Número de candidatos e número de eleitos nas eleições legislativas municipais de 2012 nos municípios selecionados

<b>Município</b>	<b>Nº de candidatos</b>	<b>Nº de eleitos</b>	<b>Relação candidato x vaga</b>
Uruguaiana	123	11	11
Bento Gonçalves	170	17	10
Santa Cruz do Sul	183	17	11
Bagé	221	17	13
Santa Maria	235	21	11
Passo Fundo	252	21	12
Rio Grande	344	21	16
Caxias do Sul	357	23	16
Pelotas	375	21	18
<b>Total</b>	<b>2260</b>	<b>169</b>	<b>13</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## APÊNDICE J

Quadro 4 - Número de eleitos por partido nas eleições legislativas municipais de 2012 nos municípios selecionados

<b>Partidos /Municípios</b>	<b>PT</b>	<b>PTB</b>	<b>PMDB</b>	<b>PP</b>	<b>PDT</b>	<b>PSDB</b>	<b>DEM</b>	<b>PRB</b>	<b>PCdoB</b>	<b>PPS</b>	<b>PR</b>	<b>PSB</b>
<b>Bagé</b>	7	5	1	2	-	-	-	1	-		1	-
<b>Bento Gonçalves</b>	4	1	2	3	3	1	-	1	-	2	-	-
<b>Caxias do Sul</b>	3	3	3	2	5	1	1	1	2	-	-	2
<b>Passo Fundo</b>	4	2	3	2	3	-	1	-	2	2	-	2
<b>Pelotas</b>	4	2	1	2	3	2	2	1	-	2	-	2
<b>Rio Grande</b>	3	3	6	-	-	2	-	1	1	3	-	2
<b>Santa Cruz do Sul</b>	5	6	-	2	1	2	1	-	-	-	-	-
<b>Santa Maria</b>	4	2	4	3	1	3	2	-	-	-	1	-
<b>Uruguaiana</b>	-	-	2	4	1	4	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	34	24	22	20	17	15	7	5	5	9	2	8

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nota: Santa Maria teve 1 vereador eleito pelo partido PPL.

## APÊNDICE K

Tabela 5 - Sexo dos eleitos nas eleições legislativas municipais de 2008 nos municípios selecionados

Município	Masculino	Feminino
Bagé	13	4
Bento Gonçalves	15	2
Caxias do Sul	22	1
Passo Fundo	20	1
Pelotas	21	0
Rio Grande	18	3
Santa Cruz do Sul	15	2
Santa Maria	16	5
Uruguaiana	9	2
Total	149	20

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## APÊNDICE L

Quadro 5 - Grau de instrução dos eleitos nas eleições legislativas municipais de 2012 nos municípios selecionados

<b>Escolaridade / Municípios</b>	<b>Superior completo</b>	<b>Superior incompleto</b>	<b>Médio completo</b>	<b>Médio incompleto</b>	<b>Fundamental completo</b>	<b>Fundamental incompleto / Lê e escreve</b>
<b>Bagé</b>	6	3	5		2	1
<b>Bento Gonçalves</b>	7	1	4	1	1	3
<b>Caxias do Sul</b>	15	2	4	1	1	-
<b>Passo Fundo</b>	11	3	4	-	3	-
<b>Pelotas</b>	12	2	3	2	-	2
<b>Rio Grande</b>	6	1	5	3	3	3
<b>Santa Cruz do Sul</b>	9	-	3	3	2	-
<b>Santa Maria</b>	10	4	6	1	-	-
<b>Uruguaiana</b>	6	-	3	-	-	2
<b>Total</b>	82	16	37	11	12	11

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## APÊNDICE M

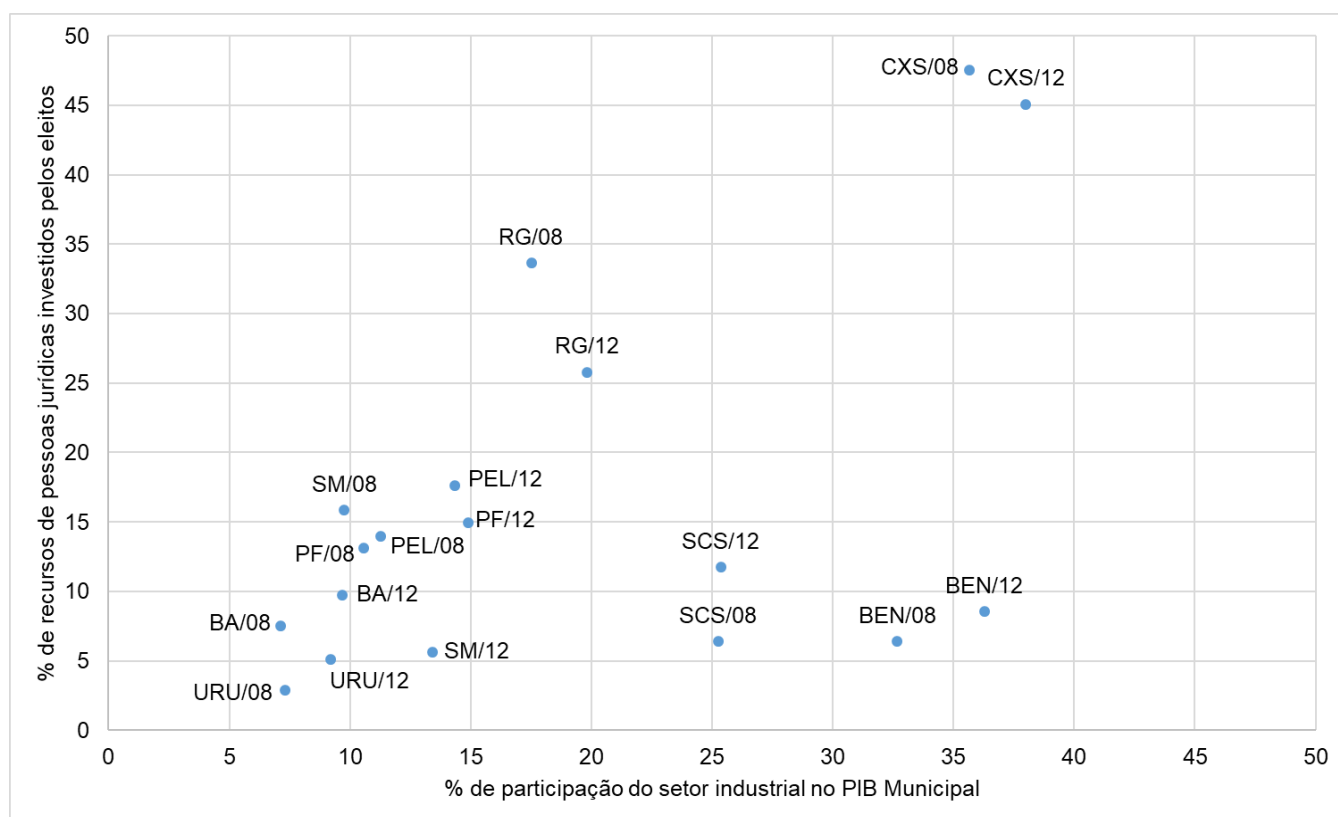
Quadro 6 - Ocupação profissional declarada pelos eleitos nas eleições legislativas municipais de 2010 nos municípios selecionados

<b>Municípios / Ocupação declarada</b>	<b>Bagé</b>	<b>Bento Gonçalves</b>	<b>Caxias do Sul</b>	<b>Passo Fundo</b>	<b>Pelotas</b>	<b>Rio Grande</b>	<b>Santa Cruz do Sul</b>	<b>Santa Maria</b>	<b>Uruguaiana</b>	<b>Total</b>
Advogado	-	2	1	1	3	1	-	1	1	10
Comerciante / Comerciário / Empresário / Representante Comercial	4	1	3	5	1	-	1	3	-	18
Locutor e Comentarista de Rádio e Televisão e Radialista / Comunicólogo	1	1	-	-	-	-	-	3	3	8
Médico	-	-	-	2	1	-	-	3	1	7
Ocupante de cargo em comissão	2	-	-	1	-	1	2	-	-	6
Outros	3	5	9	8	6	7	3	5	3	49
Professor de Ensino Fundamental, Médio e Superior	1	2	1		2	2	4	1	-	13
Servidor Público Municipal, Estadual e Federal	-	2	-	3	2	1	1	2	-	11
Vereador	6	4	9	1	6	9	6	3	3	47

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## APÊNDICE N

Gráfico 3 - Associação entre Participação da Indústria no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2008 e 2012

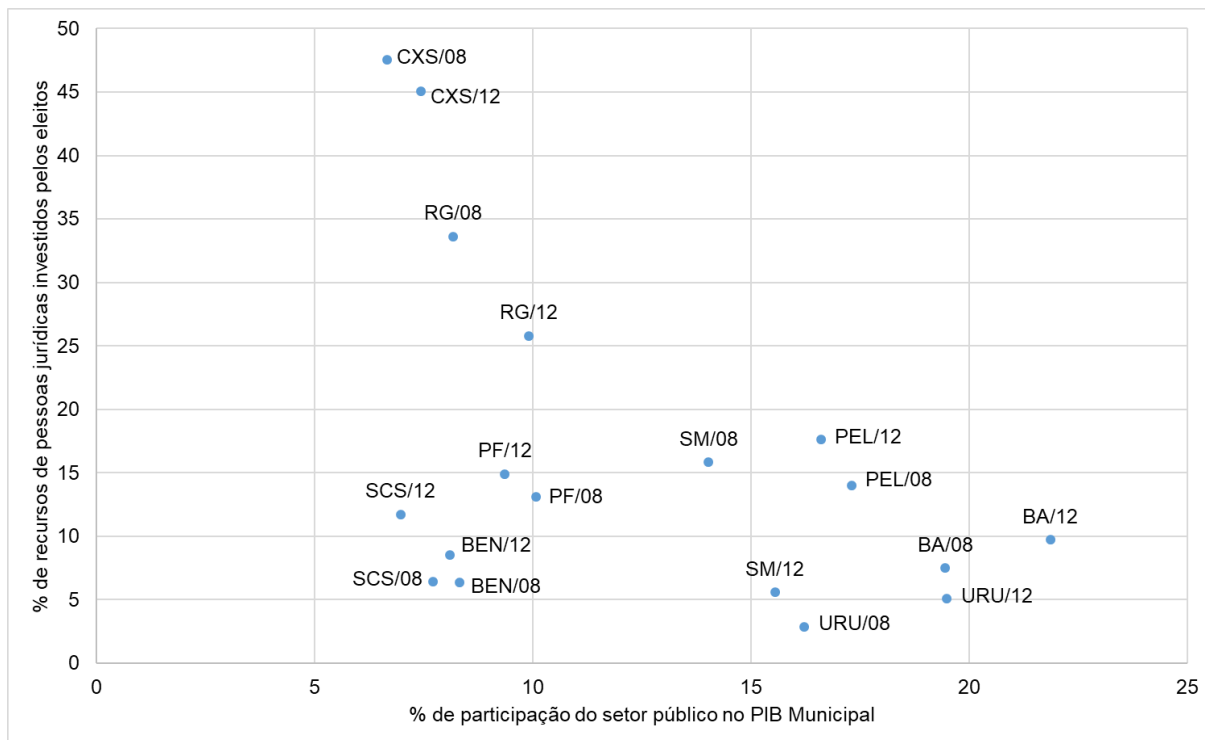


Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



## APÊNDICE O

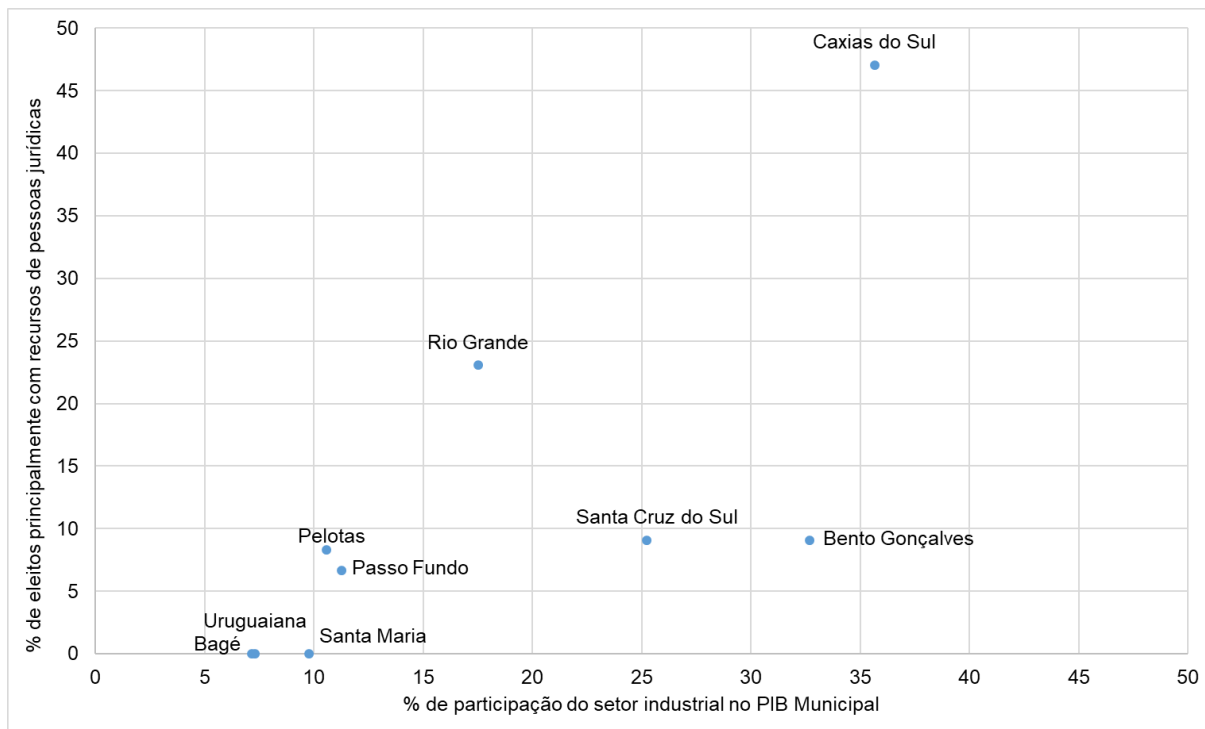
Gráfico 4 - Associação entre Participação da Indústria no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2008 e 2012



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

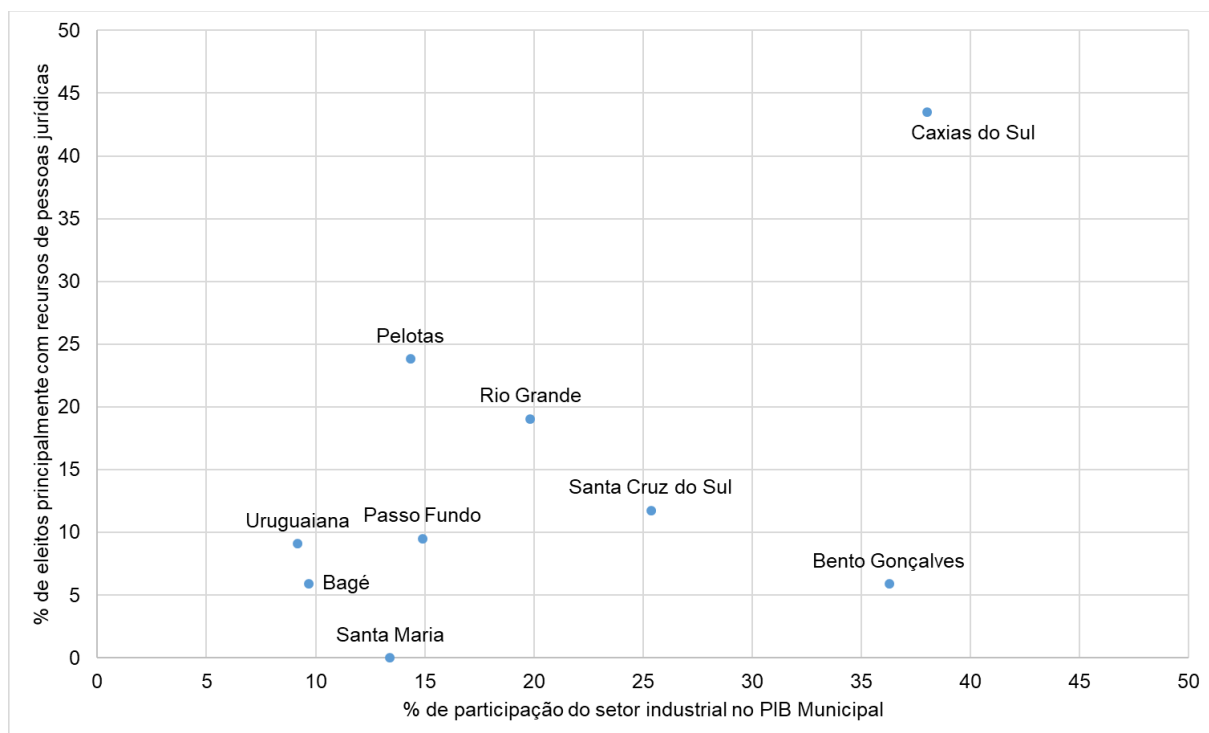
## APÊNDICE P

Gráfico 4 - Associação entre Participação da Indústria no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2008



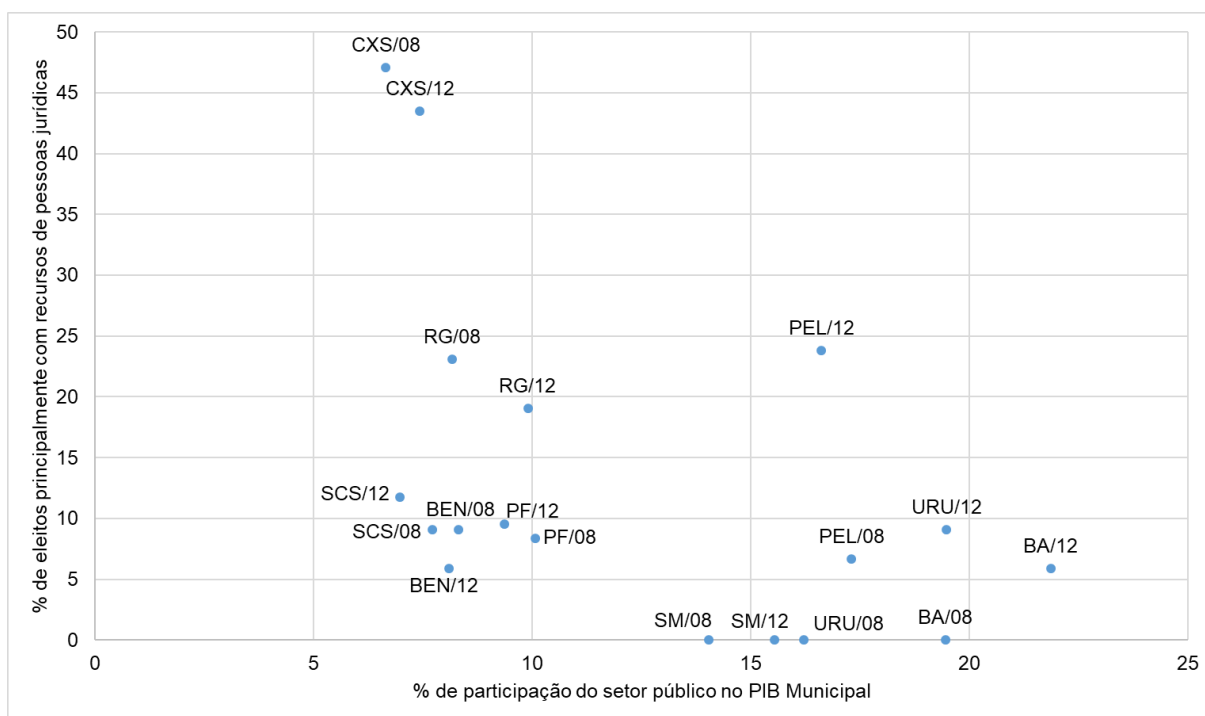
Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Gráfico 5 - Associação entre Participação da Indústria no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2012



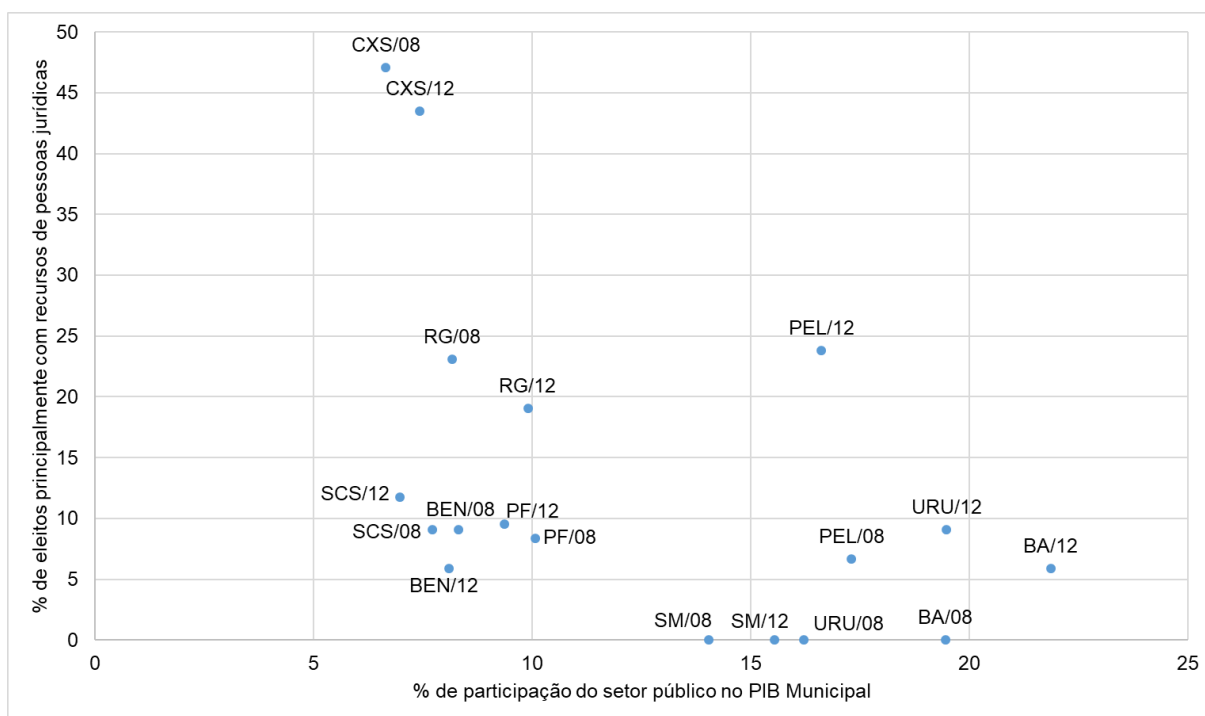
Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Gráfico 6 - Associação entre Participação da Administração Pública no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2008 e 2012



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Gráfico 6 - Associação entre Participação da Administração Pública no PIB Municipal e Financiamento de Campanha com Recursos de Pessoas Jurídicas em nove municípios gaúchos em 2008 e 2012



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).